



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 267.3.55.O

DATA: 20/09/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h35min

TÉRMINO: 22h53min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Item 2.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 282-C,
DE 2016
(DO SENADO FEDERAL)**

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 22/15, e 84/11, apensadas (Relator: Deputado Betinho Gomes); e da Comissão Especial, pela admissibilidade das Emendas apresentadas de nºs 1 a 12 e, no mérito, pela aprovação desta e das Emendas de nºs 3, 4, 7, 8 e 11, com substitutivo; e pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 84/11, e 22/15, apensadas, e das Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 9, 10 e 12. (Relatora: Deputada Shéridan).

Tendo apensadas as PECs nºs 84/11 e 22/15.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Há requerimento de retirada de pauta sobre a mesa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, inciso II, “c”, combinado com o art. 117, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia da PEC 282/2016.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Passa-se à continuação da votação.

Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, uma pergunta: V.Exa. vai tentar votar hoje somente a PEC 282?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Isso. Só vai ser votada a PEC 282.

O SR. GLAUBER BRAGA - Não se vai tentar votar matéria infraconstitucional hoje?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Não. Pelo que eu saiba, não, Deputado Glauber Braga.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem 1 minuto.

Após o Deputado Glauber Braga, terá a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Deputada Erika Kokay acabou de falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Mas eu dei a palavra a ela, Deputado Laerte.

O SR. LAERTE BESSA - V.Exa. tem que seguir o Regimento, senão a sessão não anda.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu sei, mas eu já concedi a palavra a ela, Deputado.

O SR. LAERTE BESSA - Ela acabou de falar e ainda fica conversando fiado, xingando o Presidente da República.

Presidente, se não seguirmos o Regimento, não votaremos nada. V.Exa. tem pressa para votar, mas, desse jeito, não vai conseguir votar nada.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu fico muito impressionada com o fato de a diferença provocar tanto ódio e com a forma como se está construindo uma cultura de ódio, inclusive de ódio LGBTfóbico.

Foi emitida uma decisão que preserva a resolução do Conselho Federal de Psicologia — CFP, mas que diz que psicólogos podem trabalhar com terapia de reversão, terapia essa que parte do pressuposto de que algo tem que ser revertido. Parte-se inicialmente do pressuposto de que orientação sexual pode ser revertida, ou seja, que ela é uma opção. Isso é uma ignorância, como o fundamentalismo é.

O fundamentalismo é pouco reflexivo porque se apaga a dogmas e a bandeiras contra os direitos dos outros e acha que há ser humano que não merecem ser o que é, não merece amar. Os fundamentalistas acham que há seres humanos que têm que viver no armário. Por isso, esses passarão. Eles são os obscurantistas. Eles são os que fizeram as fogueiras.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero colaborar como Vice-Presidente da Comissão e trazer tranquilidade, porque eu entendi que a informação tem repercussão no posicionamento do Deputado Glauber e do PSOL.

Para tranquilizá-los, afirmo que a matéria infraconstitucional não está em condições de vir a plenário hoje. Votaremos simplesmente a PEC da cláusula de desempenho e pelo fim das coligações.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados, Deputadas e todos aqueles que acompanham a sessão neste momento, antes de entrar no tema, quero dizer que, mais uma vez, fora do microfone, um Parlamentar agrediu o Deputado Jean Wyllys.

Quando o Deputado Jean Wyllys o desafiou para dizer também ao microfone aquilo que disse, ele não o fez, preocupado com as consequências que sua ação teria no Conselho de Ética.

Nós vamos ficar em cima desse tipo de comportamento aqui no plenário da Câmara. Podem ter certeza de que, uma hora dessas, gravaremos esse tipo de agressão. Não pensem que esse tipo de ação intimidará a bancada do PSOL. Manifesto toda a nossa solidariedade aqui ao Deputado Jean Wyllys, que, mais uma vez, teve um Parlamentar lhe dizendo todo o tipo de ofensa e tentando intimidá-lo. *(Palmas.)*

Sobre a matéria em pauta, Presidente, vende-se para o Brasil uma versão que não é verdadeira. A versão é que existem muitos partidos no Brasil e que, para que tenhamos uma melhoria do sistema político, tem que ser aprovada uma cláusula de barreira, para evitar a existência dos chamados partidos de aluguel.

Primeiro, como sempre diz o Deputado Chico Alencar e agora repetimos, se há partido pequeno não ideológico que se vende, há partido grande que compra.

Segundo, outras alterações legislativas poderiam ser aprovadas sem impedir a existência de partidos programáticos, ideológicos. O fim da coligação proporcional, combinado com a não soma do tempo para o programa de TV para quem está fazendo a disputa majoritária, já tiraria, por completo, o poder de barganha do pequeno partido não ideológico que quer entrar no balcão. Agora, por que isso não



se aprova? Por que tem que ser a cláusula de barreira? Por um motivo simples: para inviabilizar a ascensão de partidos programáticos que se destaquem no período das campanhas eleitorais por discursos contundentes e por diálogos diretos com o eleitor brasileiro.

Daí a posição da bancada do PSOL contra a cláusula de barreira. É claro que 1,5% é melhor do que 3% — ninguém está aqui para contestar isso —, mas queremos discutir o conceito da cláusula de barreira, demonstrando que existiriam outros instrumentos para que o fim publicamente relatado pudesse ser alcançado.

Não é, portanto, à toa que apresentamos aqui requerimento de retirada de pauta, Deputado José Rocha. Nós não consideramos que essas alterações sejam modificações substantivas, robustas, que possam ser a representação de uma reforma política verdadeira. Uma reforma política verdadeira é aquela que amplia os instrumentos de participação direta da sociedade.

Os senhores querem votar aqui a reforma da Previdência; já votaram a reforma trabalhista, com terceirização total e irrestrita, já votaram o congelamento de investimentos em saúde e educação por 20 anos. Vamos aprovar na reforma política que as matérias não debatidas no período de campanha eleitoral e que se queiram implementar como programa de Governo só podem acontecer se passarem por plebiscito ou referendo da sociedade brasileira? Vamos discutir com a sociedade brasileira em referendo aquilo que for aprovado aqui na Câmara dos Deputados, Deputado Tripoli? Esta é uma possibilidade concreta: um referendo para o que ficar discutido e aprovado na Câmara.

Uma reforma política assim, que amplia os instrumentos de participação direta, nós aceitamos. Agora, uma reforma que só queira diminuir a possibilidade de



ascensão de novas forças políticas para garantir o peso da representação da ordem, não.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo 1 minuto ao Deputado Ronaldo Fonseca. Em seguida ouviremos o Deputado José Rocha.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos restabelecer a verdade. Estão fazendo uma celeuma, no Brasil e aqui no plenário, em torno da decisão do Juiz Waldemar, acusando-no de ter falado de “cura gay”.

Ora, basta saber ler para ver que a decisão preserva os direitos individuais dos homossexuais, a plena liberdade da pesquisa científica e também a liberdade...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - V.Exa. vai me desculpar, Deputado, mas eu vou lhe cortar a palavra, porque ela foi concedida para que falasse sobre a matéria em pauta.

O SR. RONALDO FONSECA - V.Exa. está me censurando, Sr. Presidente? A Deputada Erika Kokay acabou de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Estamos aqui votando a reforma política. Não estou entendendo a discussão de V.Exas. Ela não é sobre a reforma política.

O SR. RONALDO FONSECA - A Deputada Erika Kokay acabou de fazer uso da palavra para falar sobre isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - V.Exas. querem votar a reforma ou seguir essa linha?

Vou conceder 1 minuto a V.Exa., mas não aceitarei mais essa discussão. O assunto em pauta é reforma política. (*Palmas.*)



Deputado Ronaldo Fonseca, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, eu estou apenas estabelecendo a verdade. Eu não gosto de polêmica — V.Exa. sabe disso —, mas estão fazendo uma celeuma no Brasil e também neste Plenário. Quem trouxe esse assunto não fui eu, foi o outro lado.

O Juiz Waldemar não fez mais do que preservar os direitos individuais dos homossexuais, a liberdade do exercício da profissão e a plena liberdade da pesquisa científica, só isso. Não falou nada sobre “cura gay” — está dito.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR, ao Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço vênias ao ilustre Líder Glauber, que se coloca aqui como único integrante de partido programático. Não é só o PSOL que se pode considerar um partido programático — nós temos, nesta Casa, diversos partidos também programáticos.

O Deputado Glauber, com todo o respeito, afirma que, se o partido pequeno se vende, isso acontece porque há o grande para comprá-lo. Eu digo, fazendo apenas uma contraposição ao que foi dito por S.Exa., que, se não houver o pequeno, o partido grande não tem o que comprar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos há mais de 8 meses discutindo uma reforma política, matéria da mais alta importância para o País, para a recuperação desta Casa como uma casa composta por políticos. Nós não podemos, a esta altura, faltando apenas 9 dias para a conclusão do prazo determinado por lei, deixar de apresentar os resultados dessa reforma ao povo brasileiro. Portanto, vários Líderes partidários se reuniram e firmaram um acordo para votar a PEC 282, que foi pautada na tarde hoje pela Presidência da Casa.

Quero, a propósito, fazer rasgados elogios a V.Exa., caro Presidente, pela conduta com que tem conduzido esta Casa neste período de interinidade, e dizer que não cabe ao PSOL, liderado pelo ilustre Deputado Glauber Braga, procrastinar a apreciação dessa matéria através de requerimento de retirada de pauta, demonstrando a intenção de obstruir a votação da reforma política, que todos nós



desejamos — tenho certeza de que esse é também o desejo do PSOL e de todos os partidos com assento na Casa.

Eu apelo ao ilustre Deputado Glauber Braga, para que nós possamos avançar na discussão e na conclusão da votação da PEC 282, evitando requerimentos que possam procrastinar o processo de votação.

O PR confirma o acordo feito com diversos Líderes partidários. Vamos votar honrando esse acordo, para que possamos ter as diretrizes das eleições de 2018 e, conseqüentemente, das eleições que se sucederão.

Essa é a posição do PR no dia de hoje, relativamente à votação da PEC 282.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado José Rocha.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Peço aos Líderes que, se possível, sejam um pouco mais rápidos, para avançarmos na pauta, o que é de interesse de todos. Peço a todos compreensão nesse sentido.

Proponho ao Plenário um acordo, para que votemos hoje a PEC nos dois turnos. Isso acontecendo, libero V.Exas. do painel amanhã. Caso contrário, ficará mantido o horário de 14 horas.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu ouvi atentamente aos pronunciamentos. Os que sucederam o do nobre Deputado Glauber demonstraram o grau de importância que os partidos dão ao PSOL.

O PSOL fez a sua reclamação, o que é um direito legítimo que tem o Deputado Glauber, como Líder da bancada.

Nós temos alguns pontos em comum com o PSOL. Na questão ambiental, por exemplo, marchamos juntos — não tenho dúvidas disso. Temos um trabalho muito próximo, nós do PSDB e os membros do PSOL. Há matérias em que divergimos, há matérias em que convergimos em alguns pontos e divergimos em outros.

Neste caso específico, respeitando os direitos da minoria, buscamos saber o que a sociedade pretende no momento. A sociedade pretende uma única coisa: representatividade no Congresso Nacional. Para que isso aconteça, nós temos que buscar um entendimento daquilo que possa transferir, do Congresso Nacional, a possibilidade de escolha do eleitor, que o eleitor possa dizer que confia e confiará em quem deteve o mandato popular.

Quando nós estamos aqui discutindo os três principais itens do fim das coligações proporcionais para 2020, querendo dizer que o cidadão comum, ao assistir à televisão, aos debates durante as campanhas eleitorais, aos embates aqui no Congresso Nacional, muitas vezes não entende como alguém que tem posição tão divergente, do dia para a noite, passa a convergir. O fim da não coligação permitirá que, durante o processo eleitoral, cada partido tenha que mergulhar



internamente, para que possa, dentro do seu programa, do seu estatuto partidário, apresentar-se à sociedade, e não mais ficar camuflado, porque ele não estará mais coligado proporcionalmente, ou seja, ele poderá ter transparência nos seus atos. E tenho certeza, Deputado Glauber Braga, de que é o que se espera: transparência nos atos públicos.

O segundo aspecto — vou mais à frente — é a questão da cláusula de desempenho. Um Deputado que já esteve na Casa há cerca de 20, 30 anos, outro dia visitou a Câmara e me disse: *“Eu não sei como vocês aqui se entendem. Na minha época, havia dois microfones de aparte de cada lado. Agora existem 14 microfones de aparte, sete de cada lado”*. Eu lhe respondi que, na época dele, existiam 7 ou 8 partidos políticos, que hoje somos 27 partidos políticos dentro da Câmara dos Deputados e que 30 estão em formação.

Imaginem os senhores e as senhoras, se houvesse 57 partidos políticos, o que daria para fazer aqui. Absolutamente nada, uma vez que ainda há divergências internas a cada partido. Se todas viessem a este plenário, seria humanamente impossível qualquer acordo.

Ou seja, temos que discutir a cláusula de desempenho para que nós nos entendamos e para que a sociedade possa se identificar com 9, 10, 12 partidos políticos — não somente com o candidato, mas também com o partido a que ele pertence. Essa é a segunda questão que eu levanto.

O terceiro aspecto eu diria que faz parte de uma grande discussão interna dos partidos. Refiro-me à chamada infidelidade partidária. Passados os 4 anos, o Deputado que entender que deve mudar de partido terá 30 dias para fazê-lo. Ele poderá fazer isso uma única vez, após cada mandato.



Obviamente, ele vai estar alavancado pelas teses da sua base eleitoral. Seja ele temático, seja ele ligado ou vinculado a uma determinada região do País, ele deve poder, ouvindo os que aqui o trouxeram, manifestar a intenção de se transferir para outra agremiação partidária.

Então, Deputado Glauber Braga, não entenda isso como uma questão pessoal, como uma questão de diminuir, como uma questão de não permitir que pequenos partidos ou partidos ideológicos, como V.Exa. entender, participem. Eles devem, sim, participar. Nós estaremos aqui juntando as forças que pensam de forma igual, e para isso teremos a possibilidade de oferecer à sociedade a livre escolha.

Se fizerem com os eleitores uma pesquisa sobre a capacidade de identificarem o partido a que pertencem os Deputados que aqui estão, eles poderão saber dizer em quem votaram, mas não a que partido pertence. Isso será muito comum, pelo volume de partidos que há no Brasil, e porque as pessoas não se identificam com eles.

Nós temos que devolver às pessoas o direito, a possibilidade e a transparência de escolher quem elas querem que sejam suas representantes.

Eis o meu apelo, Sr. Presidente: temos que fazer o enfrentamento agora. Já conversei com vários Líderes de bancada. Nós não podemos dar as costas ao País. O momento é de desafio. Quando nós temos desafios, só há três coisas que podemos fazer: enfrentar, combater e vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Aviso a todos que não votaram que a votação vai ser válida de agora para frente.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos discutindo a retirada de pauta da PEC 282, mas logicamente nós precisamos votá-la no dia de hoje.

Essa PEC foi aprovada no Senado, foi enviada para a Câmara e foi analisada e debatida na Comissão Especial, formada por membros de todos os partidos — os Líderes indicaram os representantes de seus partidos. Certo é que alguns participaram com mais frequência, enquanto outros apenas apertavam o dedo no botão de registro para marcar presença, sem participar dos debates, mas não há dúvida de que todos os partidos participaram amplamente dos debates na Comissão Especial que analisou a PEC 282, que foi aprovada no Senado — o autor, se não me engano, é o Senador Ricardo Ferraço.

O que se decidiu na Comissão? Que as coligações cessariam, acabariam, terminariam imediatamente. Nas próximas eleições, em 2018, se proporcionais, nós não devemos mais ter coligações de forma nenhuma — logicamente é permitida a coligação para a eleição de Prefeitos, Governadores e Presidente da República, mas não para a eleição de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores. Foi isso o decidiu a Comissão. A maioria dos que ali estavam presentes decidiu assim.

O texto diz que as coligações terminam em 2017, após a promulgação desta Emenda à Constituição, conforme definido na Comissão. Muito bem, mas, se todos dizem que as coligações são tão ruins, por que esperar mais 2 anos para dar fim a



elas? As coligações, afinal, são o motivo, causa dos problemas que estamos vivendo hoje no País.

As coligações que não representam de fato a ideologia e as ideias dos partidos políticos, porque se juntam, numa mesma coligação, partidos que pensam de forma diferente. Assim, o eleitor que vota em determinado candidato pelas ideias que defende acaba contribuindo não para eleger o candidato que defenderá suas ideias no Parlamento Municipal, Estadual ou Federal, mas para eleger outro, não raro totalmente contrário às ideias do candidato que representaria o eleitor.

Portanto, todos sabemos que as coligações têm que acabar logo, embora muitos dos que se elegeram por meio desse modelo entendam que ele deve continuar. Somente depois de eleitos vão pensar sobre se continuam com as coligações ou se vão alterar novamente a Constituição Federal. Esse é o resumo do que aconteceu na Comissão Especial, e ficou decidido que não haveria mais coligações em 2018.

Sr. Presidente, vamos votar logo esta matéria na noite de hoje. Vamos também retirar a questão da subfederação, que não foi aprovada no Senado. A subfederação é uma criação de alguns pequenos partidos que têm interesse em que se continue com as chapinhas que já existem hoje, algo muito pernicioso para a nossa democracia.

Então, vamos votar, não vamos retirar da pauta. Hoje é o dia decisivo.

Por fim, alerto os Sr. Deputados que estão pretendendo sair do partido ao qual pertencem hoje, que não estão satisfeitos com o partido em que estão sobre uma pegadinha que há nessa proposta de emenda à Constituição: uma vez aprovada essa PEC da forma como está, vai acabar a janela que existe no mês de



março, prevista na legislação eleitoral vigente. Portanto, é importante que cada um veja o que está votando.

Vamos acabar com as coligações já em 2018!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Orientação de bancada.

Srs. Parlamentares, vou consolidar todos os votos de agora em diante.

Peço a compreensão de todos, porque queremos uma votação rápida. Peço aos Líderes que sejam breves. Queremos realmente terminar as votações hoje.

Como vota o PMDB?

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “não” e pede aos colegas, Deputadas e Deputados, que venham ao plenário, para que nós possamos agilizar as votações.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PT?

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores é contrário à retirada de pauta. Nós entendemos que devemos avançar na reforma política. O trabalho que foi feito na Comissão da PEC 282 é muito importante no sentido de dar racionalidade maior ao sistema eleitoral brasileiro. Hoje nós temos que avançar no destaque, que estabelece uma transição importante, o fim das coligações, mas somente para 2020.

Portanto, nós queremos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB?



O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB orienta “não” e solicita, se houver acordo, que todos da base...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - A base toda... Pode colocar aí.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Não, não, Sr. Presidente. O PSD quer encaminhar.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, o PSD quer encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Pode encaminhar. *(Pausa.)*

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, o DEM também quer encaminhar.

O SR. BEBETO - Sr. Presidente, o PSB...

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “não”.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria foi exaustivamente debatida e é fruto de um entendimento construído entre as Lideranças partidárias, entre os Líderes nesta Casa.

Nós entendemos que é o momento de votarmos alguma coisa nesta Casa, e a PEC 282 tem mérito. Nós não podemos perder esta oportunidade de votá-la na noite de hoje.

Por isso, o PSB encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*



O SR. SÓSTENES CAVALCANTE - O Democratas, Sr. Presidente.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós somos a favor da decisão logo, não somos a favor da retirada. Precisamos votar.

Agora, precisamos entender algumas coisas. Eu ouvi muitos falarem sobre votarmos a proibição da coligação só para 2020. Se é para isso, por que a pressa? Se nós vamos legislar só para 2020, por que estamos com pressa de legislar agora? Se é para 2020, podemos legislar daqui a 15 dias, daqui a 1 mês, daqui a 3 meses. Não há problema nenhum.

Eu espero que seja só a cláusula de desempenho, eu espero que não haja pegadinha nisso. Porque, se for apenas a preocupação para 2020, não precisamos correr tanto. Nós estamos com pressa desde ontem, ficamos aqui tanto tempo, para legislar para 2020. E não é essa a preocupação, porque, se for para 2020, nós temos tempo.

É esse o entendimento que nós queremos. Nós precisamos saber, precisa ficar bem claro se não vai haver pegadinha de última hora, se não vão querer empurrar fundo eleitoral, fundo partidário, aumento de outras coisas para o meio da PEC. Espero que não haja pegadinha nenhuma.

Nós somos contra a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o DEM?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós orientamos o voto “não”.

Quero com muita alegria registrar a visita, ao plenário desta Casa, da Primeira-Dama e Secretária de Ação Social, Trabalho e Habitação do Município de Itaperuna,



a Camila, da Presidente da Câmara de Vereadores de Itaperuna, a Amanda, do seu esposo e do Prefeito do Município de Paty do Alferes, Juninho.

Todos eles vêm do nosso Estado, logicamente, atrás de recursos do Governo Federal, neste momento de grande escassez por que passam todos os Municípios do País — não é diferente em Itaperuna e Paty do Alferes.

Queremos desejar a eles boas-vindas e dizer que esta Casa recebe ambos os Municípios de braços abertos.

Temos certeza de que Itaperuna e Paty do Alferes viverão dias melhores daqui para a frente com V.Exas. trabalhando por aqueles Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Sr. Presidente, acha que não podemos mais adiar isso. Estamos no topo. Esta é a hora de darmos uma resposta. E acho que há consenso nesta Casa.

Portanto, nós votamos “não”.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Júlio Delgado, deixe-me terminar aqui.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar as reitoras e os reitores de institutos federais de todo o Brasil presentes neste plenário. Eles vieram participar de uma sessão convocada em defesa dos institutos federais



(*palmas*), para a luta por mais recursos e para a garantia de que essa expansão maravilhosa continue servindo ao povo brasileiro, assim como defender que os tecnólogos sejam contemplados nos concursos das estatais e empresas públicas brasileiras.

O PCdoB, de maneira muito rápida, quer votar, quer votar no acordo, quer saudar a maturidade do Plenário pelo acordo celebrado em maioria e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Andrade votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou consolidar de agora para a frente.

Como vota o Podemos?

O SR. ALUISIO MENDES (PODE-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos entende que esta matéria foi amplamente debatida. Não há razão para a retirada de pauta deste projeto. Nós precisamos enfrentar este assunto.

O Podemos encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não vou orientar pelo PHS, mas não estou aguentando.

V.Exa. tem conduzido, ontem e hoje, com a maior prudência este Plenário e esta Casa.

Nós estamos na Ordem do Dia, Sr. Presidente, e eu vejo aqui apresentações. Com o maior respeito — e sou o maior defensor disso —, não sei quem são. A



entrada no plenário de quem não tem nada a ver com os Deputados, enquanto nós estamos votando uma matéria, Sr. Presidente, não podemos permitir. O plenário fica superlotado num horário em que V.Exa. está fazendo o encaminhamento de matéria. Em nenhum Parlamento do mundo — e V.Exa. viaja — isso acontece. Quando vamos lá, temos que ficar fora do Parlamento para sermos apresentados. Aqui há uma invasão do Parlamento. Não se pode permitir que tenhamos aqui apresentação de Prefeito, de Vereador, agora de reitor, de sub-reitor.

Quer estar aqui na hora da votação? Que dispute a eleição e seja Deputado Federal ou ex-Deputado Federal.

Nós não podemos permitir isso. Isso é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são visitas, são amigos, são professores, são reitores. Já deram o seu recado, já cumprimentaram. Parabéns a eles! Vamos respeitar os nossos colegas, que são instrutores. *(Palmas.)*

O SR. ARTHUR LIRA - Orientação, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL mantém o requerimento, orienta o voto “sim”, acha que esta matéria tem que ser discutida com mais vagar. Nós consideramos inclusive que é importante discutir outros métodos, para que possamos ter a melhoria da política brasileira.

O PSOL mantém o voto “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota a Minoria, Deputada Maria do Rosário?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, a Minoria vota “não”.

Neste momento, quero registrar que todos os reitores e reitoras dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são muito bem-vindos à Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Eu quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, pela sensibilidade com a educação. E quero deixar registrado, na pessoa do Reitor Brandão, que é o Presidente do CONIF, o nosso abraço a cada estudante, a cada educador e a cada servidor público dos institutos federais.

Quero deixar disponibilizada para registro nos Anais a *Carta de Santarém: em defesa da Rede Federal*, que diz que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se relacionam com o desenvolvimento do Brasil, com a liberdade e com a democracia.

Peço a todos os colegas que votem, no Orçamento, favoravelmente à educação, e contra qualquer corte na educação brasileira. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

CARTA A QUE SE REFERE A ORADORA

Carta de Santarém: em defesa da Rede Federal

Reunido em Santarém (PA) nos dias 9 e 10 de agosto de 2017, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Conif) deliberou por manifestar à sociedade brasileira uma solicitação de apoio à manutenção das condições de trabalho dos 38 Institutos Federais, dois Centros



Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II. A efetiva atuação dessas instituições representa: a) a garantia de oportunidade para milhares de jovens e trabalhadores que dependem do ingresso na educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis da formação profissional, como requisitos fundamentais à conquista da cidadania, à mobilidade social e à redução das desigualdades socioeconômicas; b) a possibilidade de transferência de conhecimento e tecnologia aos pequenos e médios empresários e agricultores para potencializar o desempenho de seus empreendimentos, além do suporte tecnológico às políticas públicas como forma de aprimorar serviços indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida da população; c) a oferta de licenciaturas e o desenvolvimento de ações em prol do avanço da qualidade da educação básica em articulação com as demais redes públicas de ensino; d) a qualificação profissional de grupos sociais historicamente excluídos da escola, incentivando a democratização e a potencialização do trabalho e renda. Cabe destacar que, reconhecida como uma das mais bem-sucedidas políticas públicas nacionais, a expansão da Rede Federal viabilizou a instalação de campi em todas as regiões e estados do Brasil. Sua interiorização serviu de vetor para mudar o curso marcante de adensamento populacional, de instituições produtoras de conhecimento, de equipamentos culturais e de infraestrutura econômica. Com isso, vem contribuindo para reduzir as desigualdades socioespaciais e descentralizar o desenvolvimento. Neste momento, a concepção de educação e a natureza pública dessas instituições mostram-se fragilizadas diante de decisões que envolvem corte de recursos e que poderão implicar na precarização e paralisação das atividades em andamento. Tais riscos decorrem da imposição de modelos pedagógicos que desconsideram o debate democrático e o reconhecido trabalho da Rede Federal, o qual pode ser atestado, inclusive, pelos exames nacionais e internacionais que aferem a qualidade da educação. Por fim, a educação e, em particular, a formação para o trabalho devem estar vinculadas, de forma incondicional, a uma perspectiva de natureza política e social mais ampla, conformada à irrefutável precedência do direito das pessoas. Reiterando o pedido de apoio à sociedade brasileira, assim se posiciona este Conselho. Santarém (PA), 10 de agosto de 2017. 77ª Reunião Ordinária do



Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)

O SR. ROBERTO FREIRE - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vai encaminhar o voto “não”.

Nós queremos apreciar esta matéria hoje, queremos votar o destaque do PPS e ver a retomada do texto original, apresentado pela Deputada Shéridan na Comissão que discutiu a PEC 282.

O PHS encaminha o voto “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 267.3.55.O
Data: 20/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Gostaria de acolher aqui a todos os reitores de institutos federais do Brasil inteiro,
principalmente do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Sejam bem-vindos!

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Destaque nº 4:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, IV, c/c § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Art. 2º da proposição original da PEC 282/2016, de autoria do Senado Federal, que “Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre fidelidade partidária e acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição”, para reincluí-lo no texto a ser aprovado pela Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Orientação de bancada. *(Pausa.)*

O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Prefeito de Mondaí aqui se encontra, assim como diversos Prefeitos do Brasil vêm a Brasília e a esta Casa em busca de recursos, porque essa é a única forma de garantirem a melhoria de vida, a qualidade de vida dos municípios.

Enquanto nós não dermos conta de um pacto federativo que garanta mais recursos para os Municípios, onde o cidadão vive, os Prefeitos continuarão vindo a Brasília.

Muito bem, Prefeito de Mondaí, Sr. Valdir Rubert! Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Eu agradeço pela presença aos visitantes.

Peço que fiquem aqui somente os Deputados e o pessoal da Casa agora.

Pessoal, eu pediria que se retirasse agora, por favor.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O SR. JOÃO RODRIGUES - Vamos lá, minha gente! Vamos votar, meu Deus do céu!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O SR. JOÃO RODRIGUES - Vamos parar de embromar, meu povo! Vamos trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT?



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos “sim” ao texto. Votando “sim” ao texto, vamos remeter o fim das coligações proporcionais, o que, no entendimento do Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu esta tese, é muito importante, para darmos racionalidade, coerência ideológica à votação do eleitor nas eleições proporcionais, para 2020. Consideramos fundamental que muitos partidos que têm na sua tática eleitoral o exercício das coligações proporcionais tenham pelo menos o tempo desta eleição para se adaptar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós defendemos uma posição ao longo desses dias, fizemos a defesa do voto majoritário. Infelizmente, esta Casa entendeu — certo ou errado — que não deveria ser aprovado esse sistema.

Nós tínhamos feito um acordo — e na noite de ontem eu já tinha votado a favor desse acordo — para votar exatamente o fim das coligações em 2020, com cláusula de barreira de 1,5%.

Nós do Partido Progressista encaminhamos “sim” ao destaque do PPS e esperamos que o acordo seja cumprido pelos partidos que assumiram esse compromisso.

O SR. ROBERTO FREIRE - Parabéns ao PP!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota PSDB?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria pedir a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para o texto da PEC 282.



Fim de coligação em 2018, em 2020 é tema decorrente da discussão e da construção do relatório desta PEC. Outros temas também são tratados, senhores, temas que ainda serão validados para as eleições de 2018.

A cláusula de desempenho, na sua regra de transição, começa a ser aplicada na próxima eleição, em 2018, com 1,5%, em pelo menos 9 Estados — um terço das unidades federativas do nosso País. Isso significa, Sr. Presidente, que, dos 35 partidos que hoje recebem recursos — tempo de rádio e TV e Fundo Partidário — aleatoriamente, uma queda já para 2018. Vamos acabar com a comercialização dos partidos que se valem das suas estruturas, dos famosos partidos de aluguel que deturpam o processo eleitoral.

Não é só fim de coligação. Fim de coligação, cláusula de desempenho e federações partidárias estão sendo tratados neste substitutivo de reforma política.

O PSDB encaminha “sim” e pede a V.Exa., Sr. Presidente, que registre “sim” para toda a base.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só faço um apelo a todos os Líderes: prestem atenção. Se o interesse é votar de fato, se há um acordo, vamos economizar os discursos, economizar o tempo de Líder, evitar ofícios. Vamos direto ao assunto, votar e resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - A base concorda em colocar “sim” para toda ela? (*Pausa.*)

Menos PSOL e REDE?



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, o PRB quer encaminhar.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, esse destaque foi votado ontem e derrotado. Hoje está sendo colocado em votação de novo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vai votar “não”.

Nós entendemos que o sistema proporcional ainda é o melhor sistema — e acabou ficando, porque nós derrotamos a PEC 77 —, mas com dois adendos: fim das coligações proporcionais, que acabavam sendo espúrias, não programáticas, mas pragmáticas; e o fim do financiamento empresarial de campanha.

É bom que nós tenhamos essa clareza. E o PSOL faz isso com muita coerência, porque não só defendeu sempre o fim das coligações proporcionais, como o praticou; não só defendeu o fim do financiamento empresarial de campanha, como também o praticou.

Por isso, hoje nós vamos manter a nossa coerência e vamos imediatamente estabelecer o fim das coligações proporcionais agora.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - E o PCdoB, Sr. Presidente?

O SR. HENRIQUE FONTANA - E a Minoria, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Esperem, o PMDB é primeiro. Todo mundo quer falar.



O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi feita uma reunião, e nós do PMDB temos uma divisão dentro da bancada. Eu, por exemplo, vou votar “sim”, mas estamos solicitando que se coloque no painel a liberação de bancada. Eu vou votar “sim”, muitos vão votar “sim”, mas há aqueles que vão votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bem.

Como vota o PRB?

O SR. VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, o PRB...

É o PRB agora, Presidente Fábio?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Sim.

O SR. HENRIQUE FONTANA - E a Minoria, Sr. Presidente?

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, vamos votar logo.

Ninguém aguenta mais esse discurso, pelo amor de Deus!

O SR. HENRIQUE FONTANA - E a Minoria, Sr. Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. VINICIUS CARVALHO - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que cortasse o som dos demais microfones para eu poder orientar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Silêncio! Quem quiser vai se posicionar. Então, se o PRB quer, vai falar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE libera a bancada.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Abra a votação!

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Abra a votação, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PRB?

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PRB tem acompanhado, neste plenário, o posicionamento dos partidos. Uns falam em cumprir acordo, e na verdade não cumprem coisa alguma. Já era tempo. Inclusive, na própria Comissão que analisou esta PEC 282, houve um acordo para que este texto fosse inserido no substitutivo da Relatora. E não foi feito assim, porque mudaram.

O PRB entende que esse é o anseio popular. Não é a mudança de sistema como queriam. Então, está sendo feito agora o ajuste para que os partidos possam, de fato, exercer o seu papel político: o fim da coligação só em 2020, bem como, Presidente, a cláusula de desempenho, com a qual nós também concordamos.

Então, esse é o anseio da população. O PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PDT sempre defendeu que deveríamos acabar com as coligações. No entanto, Sr. Presidente, há um acordo que a Liderança fez, aceitando que o fim das coligações seja em 2020. Sabemos que alguns Deputados do partido não vão votar acompanhando a orientação do partido, mas fazemos um apelo para que possamos honrar esse compromisso votando “sim”.

Essa é a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou deixar todo mundo falar. Aí, eu começo a votação e V.Exas. continuam falando. Pode ser assim?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu só quero fazer um apelo ao Plenário.



Todos nós que queremos o fim da coligação proporcional — estamos nesse acordo para 2020 — temos a sabedoria de ter aprendido que não se pode desestabilizar uma votação de reforma política nos últimos minutos.

Há muitos anos, nós tentamos construir o fim da coligação proporcional. Com maturidade, construímos agora um acordo em que partidos menores aceitam o fim da coligação para 2020. Então, vamos cuidar desse acordo, para de fato mudar alguma coisa.

Por isso, o meu apelo é pelo voto “sim”, pelo voto do acordo, para o fim da coligação proporcional em 2020.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou deixar todo mundo falar. Vou abrir a votação, e V.Exas. continuam falando.

Está aberta a votação.

O PHS e todos os outros partidos podem falar.

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. permite que eu fale por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou permitir que todo mundo fale.

O SR. PAULO FOLETTTO - Sr. Presidente, agora é o PSB.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Mauro, V.Exa. já falou. Deixe os outros falarem.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou liberar a bancada. O PSB prega o fim das coligações agora; um terço da bancada quer o fim das coligações já.

Portanto, o PSB está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como encaminha o PHS?



O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque retoma o texto que veio do Senado e também o acordo feito na Comissão.

Com certeza, essa mudança, essa alteração é, sim, um avanço na reforma política. Entre os poucos avanços que houve, esse é um deles.

Por isso, o PHS encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como encaminha o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB quer agradecer ao Plenário pela maturidade. Quero dizer ao Brasil que o Plenário da Câmara dos Deputados não se omitiu.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, aqueles Deputados que queiram acabar com a coligação agora, em 2018, têm que votar “não”.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Nós estamos, sim, acabando com a coligação em 2020, dando a garantia de que os partidos se adaptem...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Hildo, a Deputada Alice está falando. Por favor, depois V.Exa. fala. Eu dou a palavra a V.Exa. daqui a pouco.

O SR. HILDO ROCHA - Está bem. V.Exa. então garante a minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada Alice, V.Exa. pode terminar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer às cabeças pensantes que defendiam o outro sistema, como o Deputado Celso Pansera. Agradeço ainda ao Deputado Arthur Lira, que tem força política, mas, com grandeza, colocou-se à disposição desse acordo após o fato estruturado a partir das votações de ontem.



E o PCdoB, que sempre foi...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Ajude-me, Deputada, senão eu não consigo fazer o que V.Exas. querem.

Com a palavra o Deputado Esperidião Amin, por 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, eu estava falando.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Hildo, o Deputado Amin está na sua frente. V.Exa. já falou.

O SR. HILDO ROCHA - Eu ainda não falei.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Espere um pouco. O PMDB já falou; o PP, não.

O SR. HILDO ROCHA - Não, senhor. Eu falei na retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Então, fale, Deputado Hildo. Deixe-o falar, Deputado Amin. V.Exa. é mais compreensivo.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como o PMDB liberou a bancada, eu quero apenas encaminhar aos Deputados e às Deputadas do PMDB que, se votarem “sim”, estarão votando pela farsa; se votarem “não”, estarão a favor do fim das coligações. O “sim” quer dizer que as coligações não irão acabar nunca.

Portanto, eu quero dizer aos Deputados e às Deputadas do PMDB que quem quer acabar com as coligações deve votar “não”.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deixem-me passar a palavra agora aos outros partidos. Com toda a compreensão, esperem um pouquinho. Eu vou deixar todo mundo falar por 1 minuto.

Com a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que eu quero dizer é muito pouco. Só gostaria de dizer que V.Exa. é um homem iluminado, porque não concluiu a votação ontem.

Este acordo só está sendo possível porque V.Exa. teve sabedoria mineira para permitir que ele amadurecesse. E o acordo não é pouca coisa, não! Eu votei a favor do fim da coligação, em 1995, para que entrasse em vigor em 2006. E o Supremo derrubou. Votar agora para entrar em vigor em 2020 não é pouca coisa, é melhorar o futuro do sistema eleitoral brasileiro. E essa conquista se deu graças a todos nós.

Parabéns a V.Exa. e ao Plenário da Câmara dos Deputados!

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vamos ouvir. Deixem o pessoal que está lá atrás falar; depois, os dois aqui.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu sou autor. O PPS é autor do destaque.

O SR. CELSO MALDANER - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Arnaldo Jordy, espere só um pouquinho. Por favor, peço-lhe um pouquinho de compreensão. Sei que V.Exa. é muito compreensivo. Eu vou lhe conceder a palavra em seguida.



O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, se é bom para os Vereadores o fim da coligação, em 2020, por que não é bom também para os Deputados? Se é bom para os Vereadores também tem que ser bom para os Deputados.

Então, pelo fim da coligação em 2018. Temos que votar e legislar para nós, e não só para os Vereadores.

Vamos votar “não”, pelo fim da coligação em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PV?

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, já está exibida no painel a orientação do PV, que é “sim”. Nós compreendemos que a reforma política que estamos aqui fazendo está distante da expectativa da sociedade. No entanto, este tema do fim das coligações é uma das aspirações da sociedade. Ele contribui para corrigir as distorções do sistema.

E por que em 2020, e não em 2018? Nós precisamos de um tempo de adaptação para permitir que os partidos trabalhem a base, façam formação política, para, aí, sim, terem condições de discutir com a população e de apresentar à sociedade as suas teses, as suas propostas, de apresentar à sociedade uma chapa montada. Por isso, defendemos o fim das coligações para 2020.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou deixar que todos falem, mas há alguns na frente.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, autor.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar esta Casa pela maturidade e, mais do que isso, pela responsabilidade ao afirmar um princípio, um



valor e um conceito que era quase universal, que era comum a uma grande maioria. Apenas a mediação, a transição, como nós estamos fazendo, de uma experiência de mais de 30 anos, e essa ruptura, ao transferir para 2020, dá oportunidade para cada agremiação política ajustar sua estratégia, se preparar, planejar, construir essa alternativa em favor dos interesses do País.

Fazer isso em 2018, aí, sim, seria abortar a possibilidade de muitos partidos sequer tentarem construir esse conceito, ainda que lhe fosse favorável.

Parabéns às Lideranças que honraram o acordo feito na semana passada. Hoje nós oferecemos um avanço no sistema de representação...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra, primeiro, ao Deputado Victor Mendes. *(Pausa.)*

O SR. ALAN RICK - Sr. Presidente, peço aos Deputados do Democratas que venham ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu estou atendendo todo mundo. Estou seguindo a ordem, conforme as solicitações que vejo, pulando de um lado para outro.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado. Queria só registrar que a votação de agora se chama “engana STF”. Na verdade, não há nada a se comemorar, nada a se parabenizar. Está sendo feito um *mise-en-scène* para mostrar ao STF que nós estamos votando alguma coisa. Essa está sendo apenas uma demonstração para o STF de que estamos simulando o fim das coligações.



As coligações vão servir de laboratório, em 2020, para os Vereadores. Por que não colocar o fim das coligações para agora, em 2018? Só para o STF não se manifestar.

Ministros do STF, esta votação de hoje não é maturidade, é individualidade, é egoísmo de alguns Deputados que não tiveram a consciência de realmente mudar o sistema eleitoral, de permitir ao povo brasileiro testar na prática o novo sistema.

Esta é uma votação “engana STF”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu participei de algumas reuniões e sei que a Líder do nosso partido tem posição e participou de outras reuniões. O partido agora libera a bancada, acompanhando só o PMDB, que está aturdido com o placar de 8 a 0 a favor de outra denúncia vir para a Câmara de novo.

Nós tínhamos um acordo com todos os partidos para a coligação ter fim só em 2020. Então, Deputados do PSB que, mesmo com a liberação da bancada — junto apenas com o PMDB, para a minha tristeza —, quiserem votar conforme o acordo celebrado com todos os partidos para o fim das coligações ocorrer em 2020, votem “sim”! O voto para mantermos o acordo é o voto “sim”! E eu vou votar “sim”!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, do PDT. Depois, falará o Deputado Silas Câmara.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só agradecer à bancada do PDT. A maioria dos Deputados já tinha tomado a decisão de votar pelo fim da coligação já para 2018, mas eu



participei de reunião hoje, em que foi construído o acordo político, e transferimos o fim da coligação para 2020.

Eu fiz esse apelo à nossa bancada e ao nosso partido. Vamos votar aqui, cumprindo o acordo para o fim da coligação em 2020; a cláusula de desempenho em nove Estados, 1% já agora, para 2018, e 1% nacional; e a janela continuará do jeito que está em março.

Era essa a nossa consideração.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Silas.

(Pausa.)

O SR. CELSO PANSERA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Desculpe-me! Deputado Celso, deixe o Deputado Silas falar primeiro. Já falaram três Deputados do PMDB.

Depois do Deputado Silas, falará o Deputado Celso Pansera.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que eu vou votar contra essa emenda. Acho um absurdo fazermos uma votação punindo os Vereadores de toda a Nação brasileira em 2020. Poderíamos ter colocado isso para 2022 e demonstrado que esta Casa não está legislando apenas para si. Assim, deixaríamos um espaço mais adequado. A cláusula de barreira já seria um indicador seletivo muito importante para a próxima eleição.

Portanto, em homenagem à eleição municipal e aos Vereadores de todo o Brasil, eu voto contra essa matéria.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem, nós defendemos o fim das coligações a partir de 2018, mas hoje conversamos com muitas lideranças partidárias, com muitos Deputados e avaliamos que, se o Senado fez o papel dele de votar uma PEC indicando um caminho, a Câmara tem a obrigação também de indicar alguma coisa, senão de consenso, ao menos de maioria.

Hoje à tarde nós reunimos a bancada do PMDB. Há uma maioria contra a mudança para 2020, querendo para 2018, mas a liderança encaminhou pela liberação. Eu voto “sim”, a favor de 2020, mas demonstrando que o que nós queremos é construir uma maioria e um caminho para a política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PCdoB?

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós da bancada do PCdoB queremos, primeiro, saudar a atitude madura desta Casa, que é uma Casa política e, na adversidade, chegou a esse acordo, Presidente. Eu acho que a Câmara se engrandece com esse gesto político.

Sr. Presidente, não devemos nos intimidar frente ao Supremo. Esta Casa é que tem o direito de criar as leis. Por essa razão, nós queremos saudar o acordo, porque o acordo foi possível na adversidade. Aí cada um cede um pouco.

O PCdoB, Presidente, sempre teve posição muito clara contra a cláusula de barreira. Foi para construir um acordo que nós fomos à Comissão, falamos com a Deputada Shéridan. Queremos saudar a compreensão da Deputada, que nos ouviu e apresentou uma proposta, que é de acordo, e o PCdoB cedeu nisso exatamente...



(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O Deputado Henrique Fontana vai falar como Líder. S.Exa. está aguardando. *(Pausa.)*

O SR. BETINHO GOMES - Sr. Presidente...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Presidente, se V.Exa. quiser passar a palavra para mais alguns colegas, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou, agora, seguir a ordem da fila do lado esquerdo. Quatro pessoas falam daqui; depois, quatro de lá.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Inscreva-me como Líder, Presidente.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa proposta de emenda à Constituição foi extremamente negociada no Senado, com os Presidentes dos partidos políticos, e os termos sempre ficaram claros. As coligações vão ter fim em 2020, assim como a cláusula de desempenho.

Tentamos votar outra PEC. Não se conseguiu a maioria para a aprovação da PEC 77. Aqui estamos diante, talvez, de uma das poucas possibilidades de se fazer uma reforma política que abra caminho para uma mudança no nosso sistema político.

Nós precisamos ter a maturidade de olhar que o que passou não foi possível ser aprovado. Agora, há a chance de olharmos para a frente e dizer ao País que nós estamos dando um primeiro passo rumo à mudança do nosso sistema eleitoral.

Portanto, eu quero fazer um apelo aos partidos políticos que firmaram acordo durante o dia de hoje, no sentido de que possam continuar com essa posição...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra agora o Deputado Beto Mansur. *(Pausa.)*

O SR. BETINHO GOMES - Concluo, Presidente. Peço que nós possamos concluir esta votação com a aprovação da matéria, acabando definitivamente com a indústria de fábrica de partidos políticos e economizando recursos públicos. Será garantido, assim, o passe essencial para que possamos ter um sistema político mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Beto Mansur.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Plenário, eu acho que é importante ressaltar que o Senado foi sábio no momento em que decidiu o fim da cláusula de barreira para 2018 e o término das coligações para 2020. Isso é óbvio.

Em 2018, nós deveremos ter — possivelmente com 1% ou 1,5% do que foi decidido aqui pela Câmara dos Deputados, na Comissão em que a Deputada Shéridan foi a Relatora, depois de 30 e poucos partidos — 14 ou 15 partidos.

Aí, sim, entre 2018 e 2020, quando terminar a coligação, os Deputados, os Vereadores, enfim, a classe política poderá migrar para esses partidos. Então, é muito importante que tenhamos consciência de votar a proposta que foi apresentada...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Muito bem, Deputado Beto Mansur. Concedo a palavra ao Deputado Jefferson Campos.



O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui elogiar a sua atitude para fazer com que estejamos votando hoje uma matéria de suma importância.

Apesar do esforço de V.Exa., todos os Parlamentares aqui sabiam muito bem que nós deveríamos criar esse fundo para as campanhas, mas que não poderia haver recurso da área da saúde, não poderia haver recurso da educação. Então, eu quero louvar a atitude do Senador Eunício Oliveira, que ontem determinou a instituição de uma comissão de Senadores para estudar o assunto. Provavelmente, na semana que vem, nós vamos analisar essa questão.

Todos nós sabíamos que o fundo poderia ser retirado de emendas parlamentares da bancada, do tempo de televisão, em que hoje há essa compensação. Poderia ser retirado de outras rubricas que nós temos, mas não conseguimos chegar, infelizmente, a esse momento.

Então, eu quero louvar a atitude do Senador Eunício Oliveira, que conseguiu, em uma canetada só, instituir essa comissão. E provavelmente vamos votar...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS orientou "sim", embora internamente respeite a posição de cada Deputado.

Vale salientar que nós temos uma preocupação com a questão do cortar na pele. E isso falamos muito, que devemos cortar na pele muitos temas aqui na Casa. Mas neste particular não estamos cortando na nossa pele. Estamos deixando para



cortar na pele dos Vereadores. Acho que eles não merecem isso. Por isso, estou registrando a minha posição contrária, até porque o exemplo precisa partir desta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Mário Heringer. Depois, eu começo a chamar os Deputados daqui para lá.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo, desde 2003, quando nós chegamos nesta Casa...

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizar e felicitar...

O SR. MÁRIO HERINGER - Sr. Presidente, quem está com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Mário Heringer. Depois, eu vou começar na fila do lado de cá.

O SR. MÁRIO HERINGER - Então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. MÁRIO HERINGER - Sr. Presidente, desde 2003, quando cheguei a esta Casa, sempre foram atribuídas à política as mazelas do Brasil. Nós fizemos e trabalhamos em várias Comissões para tentar fazer isso. O Supremo, uma vez, com a cláusula de barreira, nos derrubou. Numa segunda vez, a infidelidade partidária virou motivo para se formar partido no Brasil.

Desta vez, nós estamos fazendo uma brincadeira. Não estamos fazendo reforma nenhuma, ninguém fez nada, e, a pretexto de enganar a sociedade, nós estamos transferindo para os Vereadores o teste, ou seja, a cobaia do sistema político.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Silvio Costa, aguarde, porque há pessoas na sua frente. V.Exa. tem que esperar. Há 7 pessoas na sua frente.

O SR. SILVIO COSTA - Tudo bem.

O SR. MÁRIO HERINGER - Silvio Costa, por favor. Um pouco de calma, senão não dá. A gente não fica agarrado neste microfone o dia inteiro, e, quando quer fazer uma manifestação, há sempre um mal educado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Sem briga, Deputado Mário Heringer. Pode continuar.

O SR. MÁRIO HERINGER - Presidente, eu esgotei minha fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tudo bem.

Agora, o lado de cá com o Deputado Valdir Colatto. Vamos começar por aqui.

Eu pediria a compreensão do Deputado Silvio Costa e de todo mundo. Eu vou chamar agora o lado de cá, para que eu possa ser justo com todo mundo. Eu não gosto de ser injusto com ninguém!

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a pergunta que todos nos fazem lá fora é: como esta Casa demora tanto para decidir alguma coisa? A conta matemática é simples: 30 e poucos partidos, mais 65 partidos pedindo o registro, e assim o Brasil não vai andar.

Nós na Casa não temos que votar olhando para o nosso umbigo; nós temos que votar para o que o povo pensa lá fora. E o povo lá fora, pelo menos para mim, 100% me pede para acabar com as coligações proporcionais, e nós não estamos ouvindo a voz das ruas. Essa é a realidade. Precisamos ouvir a voz das ruas, e



acabar com a coligação agora, para que este Brasil possa andar. Não há outra decisão que nós tenhamos que tomar. Se não fizermos, o Supremo vai fazer.

Vamos tomar essa decisão consciente aqui para este Brasil andar. Depois, que seja feito um arranjo partidário, quem quiser ir para um partido ou para outro, vai, mas o Brasil não aguenta mais ter coligação.

Por isso, vou votar “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo; depois, Deputado João Daniel.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui chamar a atenção do Ministério dos Transportes e do DNIT, porque as obras da BR-163, conhecida como Cuiabá-Santarém, e da BR-230, conhecida como Transamazônica, no Pará, duas rodovias que estão no PAC, com vários contratos, com licenciamento, estavam progredindo a passo de jabuti; agora, elas estão parando, porque as máquinas estão indo embora, em pleno período de sol, no meio de setembro, mas daria para trabalhar até dezembro, e o Presidente Michel Temer não coloca dinheiro ali para essas obras poderem avançar.

O que vai acontecer de dezembro a julho? Uma fila de caminhões nos atoleiros, para usar a Transamazônica e a BR-163. É um Governo totalmente irresponsável com o povo daquela região.

Que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado João Daniel.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma denúncia e de pedir a V.Exa. que, em nome da Câmara, acompanhe a denúncia.

Ontem ouvimos aqui o relato, a denúncia do assassinato de um líder quilombola na Bahia. Hoje nós recebemos informação, que gostaríamos que fosse apurada, sobre o assassinato de quatro trabalhadores no Município de Chaves, no Pará.

Sr. Presidente, este Governo golpista destituiu, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ouvidor Agrário Nacional, o Desembargador Gercino. Esta Casa não pode abrir mão de cobrar todas as apurações de todos os assassinatos de povos do campo.

Eu peço, Sr. Presidente, apoio à apuração desses casos.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado José Airton Cirilo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o nosso companheiro, o colega advogado Valdetário Andrade Monteiro, que ontem tomou posse no Conselho Nacional de Justiça, representando a nossa querida OAB. Quero desejar ao nosso colega conterrâneo pleno êxito. Que os seus pares tenham um reconhecimento muito grande pelo seu trabalho à frente dessa instituição.

Quero também, Sr. Presidente, ressaltar que, lamentavelmente, a reforma política por que tanto esperava a população brasileira está se tornando um arremedo de reforma política, inclusive com o adiamento do fim das coligações para 2020. Mas é o possível dentro do entendimento da construção política.



Nós esperamos, em 2020, construir uma realidade política que facilite a verdadeira reforma, a que venha a modificar o sistema atual.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, registro hoje com muita alegria a posse do advogado cearense Valdetário Andrade Monteiro como representante da OAB junto ao Conselho Nacional de Justiça, para o biênio 2017-2019.

A indicação de Valdetário Monteiro foi feita por unanimidade, em escrutínio realizado pela OAB ainda em abril deste ano. O advogado cearense já atuava como representante institucional da OAB. Agora ele atuará como conselheiro.

Aproveito para parabenizar o colega, pois também sou advogado, e conterrâneo, desejando e acreditando que seu trabalho será coroado de êxito e terá o reconhecimento de seus pares.

Aproveito para louvar a Universidade de Fortaleza — UNIFOR, a instituição em que tanto eu quanto o novo conselheiro do CNJ fomos graduados em Direito. A UNIFOR é tida como a melhor universidade privada do Norte e do Nordeste.

Faço minhas as palavras do Presidente Nacional da OAB, Claudio Lamachia, para quem *“a atuação deste valoroso advogado, sem dúvidas, trará muitas vitórias para a advocacia e para a cidadania”*.

Bagagem não lhe falta. Não apenas como profissional destacado no meio jurídico, mas também por seu desempenho frente à Presidência da OAB — Seção Ceará. Valdetário Monteiro é professor convidado da Escola Superior da Advocacia, da OAB Ceará, e professor titular do Curso de Direito do Centro Universitário



Estácio, na disciplina Direito Tributário e Financeiro. Ainda é membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas e do Instituto dos Advogados do Ceará.

Valdetário Monteiro foi empossado ontem, na sede do Conselho Nacional de Justiça, em solenidade presidida por sua Presidenta, a Ministra Cármen Lúcia. Ele assume vaga no lugar do ex-conselheiro.

Parabenizamos o novo conselheiro pela nova missão e também o CNJ, que serve para balizar as atividades da magistratura, por contar com a contribuição de Valdetário Monteiro, que, com certeza, será muito valiosa.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Supremo Tribunal Federal, já são sete os votos consolidados, a zero, pelo envio da segunda denúncia do Ministério Público para esta Casa. O Presidente Michel Temer é denunciado por formação de quadrilha e por obstrução à Justiça.

Espero que esta Casa não vire mais uma vez as costas para o povo brasileiro, que permita que o Presidente seja investigado. Se ele não deve, ele não deve temer. Ele deveria apoiar a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Falem só sobre a votação. Se não for sobre a votação, eu não vou dar a palavra. Hoje é sobre votação.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, vamos encerrar! Ainda há dez destaques.

O SR. ARNALDO JORDY - Pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado ao Deputado Rubens Pereira Júnior.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que a Câmara está fazendo hoje é acabar com a coligação no Brasil. Isso é uma mudança de entendimento deste Parlamento, que tempos atrás já tinha constitucionalizado isso.

Sr. Presidente, a pergunta que nós devemos fazer é a seguinte: a coligação deve acabar em 2018 ou em 2020? Os partidos estão sinceramente preparados para essa virada no entendimento? Nem a sociedade está preparada para isso, Sr. Presidente.

Nós estamos fixando uma regra de transição até que as coligações acabem, a partir de 2020 ou de 2022, quando for necessário. Ainda assim, se todos nós concordarmos com o fim das coligações. A transição é necessária e ajudará a democracia no nosso País.

O SR. DANIEL VILELA - Sr. Presidente, isso não é transição.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, como Líder. *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Espere um pouco, Deputado Major. O Deputado Henrique está esperando há meia hora.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, que o PMDB não queira desmoralizar o acordo.

O SR. DANIEL VILELA - Sr. Presidente, isso não é transição, isso é conveniência.



O SR. ROBERTO FREIRE - Nós temos ainda o segundo turno. O PMDB precisa saber disso. Não pode fazer o jogo escondido aqui. Isso não é próprio de um Parlamento sério e democrático.

O SR. DANIEL VILELA - Sr. Presidente, isso não é transição, isso é conveniência. É diferente, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não é conveniência, é desrespeito mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, como Líder.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer a V.Exa. pela concessão da palavra e pedir a atenção dos colegas.

Nós estamos tentando avançar para melhorar o sistema político do País. Eu também desejo uma reforma muito mais profunda e muito mais ousada do que esta, mas nós devemos saudar, em primeiríssimo lugar, este acordo que constitui uma maioria, para dar um passo sólido para o fim das coligações em eleições para Deputado Federal e Estadual e para Vereador, porque isso fortalece os partidos políticos, isso fortalece a democracia brasileira. O fato de planejarmos uma transição para essa regra entrar em vigor em 2020 é absolutamente positivo. Sr. Presidente, V.Exa. é que conduzirá esta votação histórica.

Muitas vezes se tentou votar uma medida como esta. Eu mesmo, como Relator da reforma política, 6 anos atrás, coloquei este como um dos itens prioritários para a melhoria do sistema político do País, e nós não conseguimos a 6 anos atrás. Se estamos conseguindo hoje, para entrar em vigor dentro de 2 anos, isso é um avanço que merece ser saudado pelo Plenário e pelo nosso País.

Sr. Presidente, eu pedi para usar a palavra porque quero conversar com todos os colegas Deputados. No próximo passo da reforma política, nós não devemos olhar partido de governo, partido de oposição. Devemos pensar se queremos ou não uma democracia com menos dinheiro.



Vejo lá sentado o Deputado Jutahy Junior, com quem muitas vezes falei sobre reforma política. Quero falar daqui com partidos pequenos e médios, com partidos mais à direita e mais à esquerda no espectro político do País.

Uma questão que precisa ser enfrentada no sistema político brasileiro é a do barateamento das campanhas eleitorais, é a da diminuição dos recursos financeiros em campanhas eleitorais.

Deputado Roberto Freire, se nós não votarmos o projeto de lei, acompanhado do debate de emendas, para alterar a regra atual de quanto pode custar uma campanha para Deputado Federal em cada um dos Estados, ou para Governador, ou para Senador ou mesmo para Presidente da República, uma campanha apresentará os seguintes absurdos de campanhas multimilionárias.

Porque a regra em vigor hoje, Deputado Nelson Marquezelli, é a de que o teto de gastos será de 70% da maior campanha da eleição anterior. Por exemplo, no Estado do Deputado Glauber Braga, o Rio de Janeiro, a campanha para um candidato a Deputado Federal, esta de 2018, poderá custar 5 milhões e 800 mil reais. Vamos dar o exemplo de São Paulo, para os Deputados paulistas: a campanha para Deputado Federal em São Paulo poderá custar 7 milhões e 200 mil reais.

Vou dar exemplos de campanhas de Governadores. A campanha para Governador do Ceará poderá custar, se nós não mudarmos a lei, 81 milhões de reais; a campanha para Governador de Minas Gerais, 44 milhões de reais; a campanha presidencial, se não mudarmos a lei, se não votarmos o projeto de lei para coibir as campanhas multimilionárias, estará orçada, Deputado Jones Martins, em 250 milhões de reais.



Então, nós precisamos enfrentar este embate, nós temos que colocar tetos. A proposta que eu trago a este Plenário, para aprofundar aquilo que o nosso Relator já propõe, que é uma redução em relação a esses valores — e entendo que a redução pode e deve ser ainda mais ousada, Deputado Ricardo Tripoli —, é a de que os Deputados Federais gastem, no máximo, 60% da média de gastos dos Deputados eleitos naquele Estado na eleição de 2014. Isso vai reduzir o volume de dinheiro circulando em campanhas eleitorais. Comparando 2014 com 2018 — e tenho segurança para citar este dado —, no mínimo, vão ser reduzidas três quartas partes do dinheiro que circulou na campanha de 2014. Isso é ótimo para a democracia, porque tornará a democracia mais saudável. Quanto menos dinheiro em campanha eleitoral, mais se sobressaem ideias, projetos, história de vida dos candidatos.

Eu quero conversar com o Plenário como um todo. Primeiro, sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal de proibir o financiamento empresarial, que foi correta. O financiamento empresarial é fruto, é causa de enorme desigualdade, Deputada Jandira Feghali, nas campanhas eleitorais.

Segunda questão, Deputado Celso Pansera: o financiamento de empresas em eleições causa profunda desigualdade no processo eleitoral. Nós temos que ter uma democracia republicana. Não pode um candidato a Deputado Federal ter 8 milhões, e outro candidato, no mesmo Estado, ter 200 mil reais. Isso desiguala as campanhas, isso faz a nossa democracia ser censitária, uma democracia em que a força do dinheiro impede vocações de excelentes Parlamentares, que poderiam ser Vereadores da sua cidade, Deputados Estaduais, Deputados Federais, e que se veem oprimidos pela lógica do dinheiro.



Nós precisamos, portanto, entrar na votação do projeto de lei, porque só ali vamos poder proibir o autofinanciamento.

Eu quero pedir a cada um dos colegas, que conhecem os seus Estados, que imaginem determinados Estados em que se possa gastar 4 milhões, 5 milhões numa campanha para Deputado Federal, e o próprio Deputado possa assinar um cheque e financiar integralmente a sua campanha. Isso gerará uma campanha, Deputado Lázaro, na qual um candidato vai ter 200 mil reais, o outro vai ter 4 milhões e assina da sua própria conta. A desigualdade está feita. E no Parlamento só os mais ricos e poderosos poderão estar. Os setores populares, os líderes identificados com causas populares e que são apoiados por pessoas de baixa renda, que recebem um ou dois salários mínimos, jamais terão a chance de sentar na cadeira de Deputado Federal, de Deputado Estadual ou de Vereador.

Nós precisamos terminar, Deputado Bebeto, com o autofinanciamento. Não pode uma pessoa rica usar o dinheiro da sua fortuna para comprar o mandato com parte da sua fortuna. Os mandatos têm que ser conquistados na luta política, na democracia.

Por fim, Presidente, quero dizer que cada pessoa física deve ter o limite de 10 mil reais para doar, no todo da campanha: 500 reais para um candidato a Deputado; mil reais para um candidato a Senador; jamais 10 mil reais para cada nível de campanha. Quantos brasileiros têm 60 mil reais para colocar numa campanha eleitoral?

Eu defendo um fundo público de valor moderado, um fundo público que tenha, por exemplo, 1 bilhão de reais, ou seja, cem vezes menor do que o orçamento da saúde, cem vezes menor do que o orçamento da educação.



Então, não façamos a demagogia de dizer que um fundo público, republicano, que garanta candidaturas de pessoas que não têm acesso ao poder econômico retiraria o dinheiro que falta na saúde, que falta na educação ou que falta para construir estradas. O dinheiro que falta na educação, na saúde, nas estradas é perdido aos bilhões com a corrupção, que é alimentada pelos grandes interesses econômicos que querem financiar campanhas e mandatos para ter privilégios, para ter vantagens, para ter obras superfaturadas, para, através de atos de corrupção, garantir bilhões e bilhões de reais de vantagens, que saem dos cofres públicos.

O povo brasileiro fará a maior economia da sua história com um fundo público de valor baixo que garanta uma democracia de iguais e republicana.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Henrique Fontana.

Durante o discurso do Sr. Henrique Fontana, o Sr. Fábio Ramalho, Presidente em exercício, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. JHC, 3º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (JHC) - Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desde a volta da democracia, nós nunca aprovamos uma reforma eleitoral profunda, porque é muito difícil esta Casa aqui, de 513 Deputados, conseguir uma reforma completa.

O que acontece é que, sucessivamente, nós aprimoramos o modelo vigente. Mas aí tem que haver cuidado, porque, nessas correções, nós podemos fazer a correção para pior.

Acabar com a coligação em 2018 causa alguns problemas. Sem financiamento definido, encarece-se o custo das eleições, porque os Deputados terão que ficar montando chapa, e os partidos, dando estrutura para candidatos.

Não se vai acabar com o fisiologismo, porque nós continuaremos tendo os pequenos partidos com os profissionais que montam chapas indo para o processo eleitoral.

Tem que haver atenção. Não se pode mudar o jogo em cima do laço.

Presidente, vamos votar para mudar em 2020 e tentar novamente uma grande reforma neste Parlamento.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Depois do Deputado Pedro Paulo, tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, numa sessão como esta, em que nós estamos votando a reforma política, faz-se necessário lembrar que, normalmente, nós estamos assistindo comentaristas políticos, articulistas, fazerem a afirmação de que nós temos muitos



partidos políticos, que estamos tentando votar aquilo que vai favorecer os que já são Deputados.

Então, é necessário lembrar que o Parlamento brasileiro votou a cláusula de barreira e deu um prazo de 10 anos para que os partidos políticos pudessem se enquadrar na nova regra estabelecida. E quando se completaram os 10 anos, o Supremo Tribunal Federal derrubou a lei. Então ele hoje é pai e mãe dos grandes números de partidos que eles próprios, muitas das vezes, vêm em público criticar. Faz-se necessário lembrar essa questão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de dar como lidos dois pronunciamentos.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, para concluir, é bom que se pesquise o voto. Houve Ministro do Supremo Tribunal Federal que, ao votar, fez a afirmação de que a cláusula de barreira era a opressão dos grandes partidos para aniquilar os pequenos partidos, as pequenas opiniões, aqueles que buscavam inicialmente se organizar.

Então o grande número de partidos que nós temos na sociedade brasileira e no Parlamento tem o DNA e a autorização do Supremo, que derrubou, anos atrás, a cláusula de barreira que esta Casa votou, Sr. Presidente.

O Sr. JHC, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fábio Ramalho, Presidente em exercício.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lidos dois pronunciamentos. Um é relativo ao investimento maior na educação pública, na escola em tempo integral, para recuperar as crianças, os adolescentes, nossos jovens, que nós estamos perdendo para a criminalidade e o tráfico de drogas.

O outro é sobre estas regalias de concessão aos presos de indulto e saídas temporárias no Dia dos Pais, no Dia das Mães, de mulher dentro da cadeia, tudo a que eles têm direito. Não tem isso, não. Vamos acabar com esse negócio, porque é isso que está fazendo com que a criminalidade aumente cada dia mais no País.

A pessoa sai da penitenciária, e a primeira coisa que faz: na esquina, já comete um assalto para pegar o carro para ir para casa.

É assim, Deputado Beto Mansur, que acontecem as coisas neste nosso País.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos telespectadores da *TV Câmara* e dos veículos de imprensa que nos acompanham diuturnamente, ouvintes da *Rádio Câmara* e do programa *A Voz do Brasil*, venho à tribuna desta Casa mais uma vez para falar, sempre, sobre segurança pública. Sabemos que o combate à criminalidade não é só por meio da repressão, mas também da investigação, da prevenção e de ações que possam contribuir para que diminuam os índices apresentados todos os anos.



Portanto, é necessário investimento na educação pública do País. Sou um dos defensores da escola integral, onde as crianças, os adolescentes e jovens possam passar seu tempo aprendendo sobre todas as áreas do conhecimento e também acrescentando na carga horária matérias relacionadas ao mercado de trabalho, como era antigamente — lembrando que neste Governo já houve um pequeno avanço.

Com medidas iguais a esta, o tempo ocioso e perdido que nossos jovens têm no contraturno não será alvo dos traficantes, que os utilizam como aviõezinhos do tráfico ou os viciam em algum entorpecente, fazendo com que cometam pequenos furtos — muitas vezes, desses pequenos furtos, podem cometer homicídios, conforme é noticiado todos os dias na grande imprensa brasileira.

Sr. Presidente, o país precisa investir nos nossos jovens. Precisamos tornar a vida desses jovens mais interessante, criando oportunidades de lazer, trabalho e renda, para que não venham a olhar para os lados e buscar no crime organizado alternativas para o sustento de suas vidas. Isso representa o fim precoce de suas vidas, na cadeia, no confronto com outros criminosos ou em confronto com a polícia.

Nosso objetivo aqui na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, é aprovar leis que possam dar essa oportunidade a esses jovens, como também aprovar leis mais duras para combater aqueles que, via de regra, entram para a criminalidade.

É o que tenho a dizer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna apresentar aos nobres pares o Projeto de Lei nº 1.354, de 2015, de minha autoria, que acrescenta



parágrafo único ao art. 42 da Lei nº 7.209, de 1984, parte geral do Código Penal, que trata da extinção de benefícios destinados aos presos.

O projeto estipula que o preso que estiver cumprindo pena em qualquer dos regimes (aberto ou fechado) e empreender fuga, promover rebeliões ou cometer crimes dentro da unidade prisional ou fora dela, retornará ao cumprimento de pena inicial perdendo todos os benefícios estipulados em lei, acrescentando a pena do crime cometido.

A lei já concede muitas regalias aos presos, como o indulto, que é uma forma de extinção da punibilidade. Em bom português, é uma porta aberta para a fuga. Presos são liberados para visitarem suas famílias em datas comemorativas, e em sua grande maioria, a partir de então, tornam-se foragidos.

A intenção da prisão imposta ao infrator é punir e reeducar, portanto, se o indivíduo cumpre pena e ainda assim comete outros delitos, o correto é que sejam extintos os benefícios e imposta pena maior, desestimulando assim a vontade de arbitrar fuga do sistema prisional ou reincidir criminalmente, seja qual for o regime em que o detento esteja cumprindo pena.

O projeto foi aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e está aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O problema da violência aflige o nosso País em um panorama geral. A atual conjuntura cria um sentimento crescente de desamparo, de falta de proteção, que prevalece e assusta a população.

Sr. Presidente, o povo brasileiro está deixando de acreditar na atuação das polícias (mal equipadas, mal pagas). A ditadura do crime impera, e é com



valorização dos agentes de segurança, investimento em segurança pública e leis mais rígidas que vamos vencer a criminalidade.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, como Líder.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos encerrar porque já tem 45 minutos de votação.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui dizer que nós votamos “sim”, para manter as coligações agora em 2018 e não manter coligação em 2020.

Quero aproveitar para parabenizar os feirantes da cidade de Camaçari. Quase 2 mil famílias ganharam na Justiça hoje uma liminar para suspender as taxas de cobrança que o Prefeito da cidade estava fazendo contra os feirantes de forma ilegal e indevida. Os feirantes foram à Justiça e ganharam.

O Prefeito agora cortou os ganhos dos funcionários efetivos do Município de Camaçari e o seguro-defeso dos trabalhadores da orla de Camaçari. Peço que todos eles façam como os feirantes fizeram, vão à Justiça para garantir os seus direitos.

Os feirantes estão de parabéns, no Município de Camaçari, na Bahia, pela luta que enfrentaram e pela resistência que tiveram de derrotar, na Justiça, a cobrança ilegal das taxas exorbitantes para permanecerem trabalhando naquele local.

Parabéns, feirantes!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer um registro nesta Casa, da vitória dos mais de 1.600 permissionários da Feira de Camaçari, que



conquistaram hoje à tarde, na Justiça, a suspensão da cobrança ilegal promovida pelo Governo do DEM/PMDB, que estava sacrificando de maneira cruel e insensível milhares de pessoas que vivem e sobrevivem diretamente daquele centro comercial.

Mal orientado, o Prefeito do DEM instituiu cobranças absurdas de tarifas, através de dois decretos, violando a previsão legal, impedindo o diálogo e a negociação com o Legislativo local. Não restou alternativa aos feirantes senão a via judicial para resgatar seu legítimo direito de continuar trabalhando no Centro Comercial.

O clima de revolta vivido pelos feirantes de Camaçari ganhou uma alegria inesperada nesta tarde de 20 de setembro, com a decisão judicial favorável a todos.

Fica uma dura lição aos governantes insensíveis, que tentam impor a agenda de Temer em Camaçari.

Parabéns aos feirantes de Camaçari!



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos, neste momento, fazendo história. Quem apostava no silêncio desta Câmara, neste momento, vê que nós, com problemas, com sofrimentos, com divergências, estamos dando voz a uma opinião para o Brasil.

Evidentemente surgiram propostas diferenciadas de sistema político. No meu encaminhamento, eu tentei fazer um agradecimento, mas quero fazê-lo aqui da tribuna, na condição de Líder do PCdoB.

Quero fazer um agradecimento a Deputados que tiveram opiniões diferentes, mas que hoje aquiesceram ao acordo, aquiesceram a esta PEC 282, muito bem relatada pela jovem Deputada Shéridan.

A Deputada Shéridan mostrou, muito mais do que apenas a flexibilidade, a capacidade da juventude de se colocar proativamente diante das diferenças, diante das divergências.

Eu já tenho quase 40 anos de militância — espero que não calculem a idade. Evidentemente, nós sabemos que este é um momento extremamente delicado.

O Deputado Celso Pansera, um cérebro da ciência, da tecnologia, teve essa grandeza.

Boa parte do PT que tinha uma opinião diferente aquiesceu, solidariamente aos seus parceiros, em especial o PCdoB, tenho certeza, que esteve junto dele em alegrias e tristezas.



O Deputado Arthur Lira, um Líder forte, de temperamento similar ao meu, teve neste momento a grandeza de saber aquiescer ao acordo.

Eu quero agradecer a todos e esperar que o Brasil possa ver o sistema proporcional, Deputado Cleber Verde, que junto com o PCdoB e demais partidos defendeu o aprimoramento desse sistema.

Nós não queremos as coisas como estão. Nós queremos melhorar. Mas essa melhora depende de uma transição para uma adaptação. Um partido comunista na legalidade é indicador de democracia. E sem dúvida alguma, um partido jovem como o PRB, mas que tem força de massa, também é indicador de democracia. Então nós entendemos que essa transição será rápida.

Eu quero me dirigir em especial ao PMDB, que já foi guarda-chuva do PCdoB nos momentos mais difíceis das nossas vidas. Nós teremos apenas uma eleição de transição com coligação e já teremos a barreira progressiva.

O SR. DANIEL VILELA - Isso não é transição, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Quero agradecer e pedir aos que ainda não votaram ou mesmo aos que votaram de forma diferente: vamos aquiescer ao acordo. Vamos mostrar a face ativa do Parlamento brasileiro. Vamos dizer ao Tribunal Superior que não é preciso decisão togada. A decisão democrática votada — discutida, difícil de ser tomada — foi possível na diversidade, mas na grandeza.

Por isso, o PCdoB agradece, mas, acima de tudo, pede: vamos ainda dar um voto...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Aviso nº 414-C. Civil

Em 20 de setembro de 2017

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Giacobbo

Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Cancelamento de urgência.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, solicita seja cancelada a urgência pedida para o Projeto de Lei nº 8.107, de 2017.

Atenciosamente,

Eliseu Padilha

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1917 iniciavam-se as atividades da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Adilson Furlan, na localidade de Patrimônio do Ouro, em Castelo, no meu Estado do Espírito Santo. A escola recebeu seu nome em homenagem ao primeiro aluno matriculado, à época, na 5ª série, filho da comunidade e vítima de uma morte prematura no final dos anos 80.

Neste ano, a Escola Adilson Furlan comemora o seu centenário, atendendo principalmente os filhos dos agricultores e dos pequenos comerciantes da região de Patrimônio do Ouro, Pedregulho, Bateia, Córrego da Prata, São Cristóvão e Córrego do Ubá.

O importante evento contará com a apresentação da Lira Castelense no próximo domingo em homenagem à escola e será marcado por uma cerimônia cívica, com a presença de autoridades municipais.

Desde a época de seu primeiro professor, o Sr. Antonio Vazzoler, que se deslocava de cavalo para ensinar as crianças da comunidade a ler, a escrever e a contar, já passaram por essa escola aproximadamente 20 mil alunos. A escola é um patrimônio da educação de Castelo, um patrimônio da educação do Espírito Santo.

Meus parabéns aos professores, mestres e funcionários da Escola Adilson Furlan. Afinal, uma escola no interior do Estado do Espírito Santo completar 100 anos é algo realmente digno de todas as homenagens.



Parabéns à Escola Adilson Furlan! Parabéns a Castelo! Parabéns aos professores e sucesso aos alunos dessa escola!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o SICOOB — Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil realizará, neste sábado, dia 23, o seu 19º encontro, um grande e bonito evento, que reúne os quase 1.300 funcionários do SICOOB, no SESC de Aracruz, com o tema *Energia que nos move*.

O evento cumpre a função de manter vivo nos funcionários do banco o espírito do cooperativismo, com fins de manter o SICOOB impulsionado para continuar crescendo.

No Espírito Santo, hoje o SICOOB administra 5,6 bilhões de reais, atendendo diretamente mais de 230 mil clientes e mais de 500 mil indiretamente. O SICOOB também é um grande propulsor do agronegócio capixaba, que possui 23% de participação nos negócios do banco, e o maior repassador de fundos, principalmente para o FUNCAFÉ no Espírito Santo.

Hoje o SICOOB atende 69 dos 78 Municípios do Estado — e até o final do ano Jerônimo Monteiro completará a agência de número 70 —, além de Municípios do norte e do sul do Rio de Janeiro.

Quero parabenizar o SICOOB, que no próximo sábado fará um grande encontro dos seus funcionários, e agradecer a essa instituição, que começou em silêncio, dedicada ao agronegócio, no interior capixaba, e que hoje é uma peça importante no campo de oportunidades de crédito para a área rural e para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Parabéns, SICOOB! Obrigado por sua presença. Sucesso e vida longa!



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva, por 1 minuto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, quero só fazer um registro e dar como lido meu discurso sobre o fato de o Senado ter colocado a redução da maioria penal em pauta.

Nós sabemos — e esta Casa já teve a oportunidade de votar isso — que a redução da maioria penal não é um remédio e muito menos uma solução para a nossa juventude. Nós estamos assistindo a um sistema prisional que não dá nenhuma oportunidade e chance para que os jovens possam ter uma nova saída.

Sr. Presidente, nós estamos admirados por aquela Casa continuar fechando a porta para os representantes que querem acompanhar as votações. Lá no Senado, pessoas contra essa matéria foram proibidas de ir para as galerias e fazer o acompanhamento da votação.

Eu peço a divulgação deste meu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o sonho antigo de uma elite com mentalidade atrasada está sendo desengavetado no dia de hoje pelo Senado Federal, que é o projeto que visa à redução da maioria penal.

Após acabar com os direitos trabalhistas, reduzir e até extinguir programas sociais e iniciar um processo de venda das riquezas do País, no Governo ilegítimo de Temer, com o apoio da maioria aqui no Congresso Nacional, a redução da maioria penal volta à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A PEC 33/2012, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de



São Paulo, abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos de idade.

Sr. Presidente, sou totalmente contra essa proposta. E por que sou contra, Sr. Presidente? Sou contra porque defendo que é mais eficiente educar do que punir, porque o sistema prisional brasileiro não contribui para a reinserção dos jovens na sociedade; porque prender menores agravaria ainda mais a crise do sistema prisional; porque crianças e adolescentes estão em um patamar de desenvolvimento psicológico diferente dos adultos; porque a redução da maioridade penal afetaria principalmente jovens em condições sociais vulneráveis, porque a tendência mundial é de maioridade penal aos 18 anos e porque a Constituição preferiu proteger os menores de 18 anos da prisão — e isso não poderia ser mudado.

Por esses e outros motivos é que eu sou contra essa proposta e, por isso, peço aos Senadores e Senadoras que tenham enorme sensibilidade e não aprovelem essa aberração em forma de proposta, pois, com certeza, será mais uma tragédia para o País.

Era o que tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. DANIEL VILELA - Sr. Presidente, eu estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Marcos Montes.

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero aqui fazer um triste registro para a minha cidade de Uberaba, que foi o falecimento de um dos homens mais apaixonados pela minha



cidade e, sem dúvida alguma, um apaixonado também pela democracia: Tião Silva. Ele faleceu ontem e vai ser sepultado hoje.

Com muito pesar, eu aqui presto a minha solidariedade à sua família. Um grande abraço a todos pelo falecimento de Tião Silva!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Arthur Lira.

Depois falará o Deputado Laerte Bessa e falará o Deputado Darcísio Perondi como Líder.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por quanto tempo V.Exa. vai manter ainda a votação? A votação já está aberta há 1 hora. Se V.Exa. encerrar agora, eu até abro mão de falar, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Ontem ficamos 1 hora para votar.

O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, ontem nenhuma votação foi aberta com menos de 450 votos.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, eu faria um apelo a V.Exa. Nós temos ainda mais cinco destaques antes de encerrar a votação deste. Nós temos 450 Deputados que marcaram presença. O tema é quase consensual. Nós já estamos com 433 votantes. A vitória deste destaque está garantida. Nós ainda temos outros para votar. Já é o momento de encerrar esta votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Daqui a 10 minutos eu vou encerrar.



Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Senado, porque perdeu a vergonha de ter engavetado durante tanto tempo um projeto que a Nação brasileira precisa que seja votado. Parece que o Senado agora resolveu votar, graças a Deus!

Hoje 30% dos crimes violentos que acontecem no País são em decorrência da participação de menores — menores assassinos, menores infratores. O Estatuto da Criança foi feito para proteger menores carentes, menores abandonados, e não menores bandidos.

Então, o Senado está corretíssimo e fez tardiamente o que já deveria ter feito, porque esta Casa desengavetou projetos que estavam há mais de 15 anos engavetados, os quais votamos e aprovamos. Eu espero que o Senado aprove este projeto o mais rápido possível. O povo brasileiro vai agradecer.

Obrigado, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, pelo Governo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Queridos Deputados, queridas Deputadas, de novo vemos o arbítrio e o abuso de autoridade de um grupo de profissionais que não tem esse poder constitucional. Mas o próprio Supremo aceitou e todos nós aceitamos o quarto poder, que é o Ministério Público. Os procuradores estão soltos, fazem o que querem, não têm limite. É um poder que os deixa livres.

A primeira denúncia a Comissão de Justiça negou técnica e juridicamente. Nós aqui fizemos o julgamento político. Aquela já era fraca, inepta, inconsistente.

E aí, surpreendentemente, o Sr. ex-Procurador junta tudo — ele disse que ia fatiar — e escreve uma história política fantástica, comete erros constitucionais, porque inclui na denúncia situações em que supostamente o Presidente Michel estaria envolvido antes de ser Presidente.

E mais: colocou um grupo de Parlamentares do meu partido e de outros partidos. Fez uma salada de fruta azeda, azeda. Valorizou e requeitou aquela fita montada por ele, ex-Procurador, e por alguns procuradores.

A segunda fita fornecida pelos irmãos bandidos surpreendeu o ex-Procurador. Ele até chorou e está enrolado com seus assistentes diretos, Procurador Ângelo, Procurador Miller e outros, especialmente o Miller.

A denúncia chegará sexta-feira. Chegará sangrando, chegará mais fraca ainda, mas nada me tira da cabeça que essas duas denúncias estão no bojo de uma luta que eu acho que os colegas já perceberam. A base, que é responsável pelos extraordinários resultados econômicos dos últimos 6 meses, já percebeu.



Janot, para mim, liderou — e acho que vai continuar liderando, mas sem força — a guerra que existe: ou o País, ou a sociedade, ou as forças produtivas, ou as forças políticas vencem, ou o Brasil entra no juízo final.

Mas qual é a guerra? É a guerra das corporações públicas, lideradas especialmente pelos virginais, pelos puros; não por todos, mas por boa parte do Ministério Público. São os messiânicos, são os santos — e também os Juizes do Trabalho e os Procuradores do Trabalho — que se sentem prejudicados com a reforma trabalhista, que, como V.Exas. sabem, nós tivemos coragem de votar.

É isso que nós estamos vivendo no Brasil. Ou nós ganhamos, meu caro Líder do PP, ou o País vai se enterrar. Os procuradores, os líderes do Ministério Público e os líderes do Poder Judiciário estão defendendo os seus privilégios.

Vou citar só um número, que eu acho que é do Banco Mundial ou do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. De 2002 a 2015, portanto, 13 anos — nada em relação ao número ou muito em relação ao número —, houve uma transferência de renda de 1 trilhão e 200 bilhões de reais.

Mas para quem, Deputado Daniel Vilela? Certamente, muitos de V.Exas. pensaram: “Ah, foi para o Bolsa Família”. Não, não foi! Foi para um seleto grupo que se aposentou legalmente, mas é injusto. Foram para o Poder Judiciário, Ministério Público, Receita Federal, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União: 1 trilhão e 200 bilhões de reais.

O Tesouro Nacional tirou esse dinheiro da lavoura, dos doentes, dos desempregados, dos empresários que pagam impostos demais. O Tesouro tirou para cobrir o déficit da Previdência pública.



Esse é o fantástico, o gigantesco número que o mundo, quando fica sabendo, não acredita que o Brasil fez isso nos últimos 13 anos. E aí está. Eles não querem trabalhar mais. Eles querem se aposentar cedo e depois montar um escritório na frente da Receita Federal ou do fórum e trabalhar mais 40 anos, ganhando 40 mil reais por mês.

Essa é a luta, e nós vamos ter que definir isso. Ou vencemos essa guerra ou a perdemos, e nós todos nos afundamos, assim como os brasileiros, para quem devemos o nosso trabalho.

Vou encerrar, porque há mais cinco, e V.Exas. sabem disso. Nós estamos com a menor inflação dos últimos 20 anos. E não foi a depressão, foi a agricultura, a baixa de alimentos. A renda já aumentou este ano. O percentual de famílias que ainda devem diminuiu em torno de 3%. A taxa SELIC caiu 8%, diminuindo o peso da dívida bruta. E o Governo anterior aumentou em 50% a dívida bruta — aliás, para financiar essa extraordinária e injusta transferência de renda de 1 trilhão e 200 bilhões de reais. O desemprego começou a cair: já está com menos de 13%. O varejo está dando sinais. A indústria acordou.

De fato, meu querido Deputado Paulo Maluf, a economia está entrando nos trilhos. Ela entrou nos trilhos e saiu da UTI. Tudo isso graças ao trabalho nosso, à atitude, determinação e foco do Presidente Michel Temer e de toda sua área econômica e também ao nosso apoio.

O Presidente Michel, na sua caminhada, precisa de nós, confia em nós. Nós teremos, no ano que vem, um Brasil menos ruim do que o de agora, portanto, bem melhor. Talvez possamos crescer mais de 3%. É, sim, o novo Brasil que nasce. E nasce com apoio da base.

Muito obrigado.



O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. disse que esperaria 10 minutos e encerraria a votação. Ontem V.Exa. disse que palavra dada é palavra cumprida. Eu acredito em V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Pergunto ao Plenário se há alguém sem votar.

O SR. DANIEL VILELA - Pode encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou encerrar. Como eu combinei, vou encerrar. A palavra aqui é igual para todo mundo.

Há alguém que não tenha votado? Se houver, levante a mão. *(Pausa.)* Não há.

Está encerrada.

A SRA. JÔ MORAES - Viva a democracia!



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 348;

NÃO: 87;

ABSTENÇÃO: 4;

TOTAL: 439.

APROVADO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu agradeço ao Deputado Daniel, ao Deputado Hildo e a todos os presentes, ao Deputado Arthur também. E peço a compreensão de V.Exas.

Deputado Hildo, o que falei com V.Exa. eu vou cumprir. Eu espero que V.Exas. tenham compreensão.

Eu tento aqui, na Presidência interina, fazer um trabalho justo, sem prejudicar ninguém. Podem ter certeza disso. Eu procuro manter a minha palavra. O Deputado Daniel é muito elegante, muito educado. E ele me perguntou se eu encerraria em 10 minutos. Eu acertei com ele. O Deputado Julio veio aqui, eu falei que infelizmente eu não podia. O Deputado Daniel veio aqui. A única coisa que o político tem é a palavra.

Eu pediria a V.Exas. que todos se mantivessem aqui no plenário para que possamos votar hoje. Se votarmos tudo hoje, ficaremos aqui até 6 horas da manhã, mas amanhã não vai haver painel. Então, eu pediria a todos, já que querem votar a reforma política, o que é nosso dever, nossa obrigação, para ficarmos aqui até 6 horas da manhã, até a hora que for necessário. Vamos ficar aqui e votar a reforma política. Esse é nosso dever.

O SR. MARCOS MONTES - Parabéns, Presidente Fabinho!



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Esta Presidência informa que estão prejudicados os Destaques de nºs 2, 11, 18 e 20.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Há sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do PT:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Artigo 161, incisos I e § 2º, do Regimento Interno, destaque da expressão: “e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua”, constante no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, na redação do art. 1º do substitutivo da PEC 282/16.

Sala das Sessões, 05/08/17

Dep. Bohn Gass



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. DANIEL VILELA - Presidente, eu estou inscrito para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Bohn Gass, espere um pouco. Primeiro falará o Líder Cleber Verde, depois o Deputado Daniel Vilela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lincoln Portela votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. WEVERTON ROCHA - Presidente, depois do terceiro Líder, falará o Deputado Weverton Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Bohn Gass, há dois Líderes para falar. Peço a V.Exa. que me desculpe. Agradeço a compreensão de V.Exa., mas temos que seguir o que determina o Regimento.

O SR. WEVERTON ROCHA - Presidente, eu quero me inscrever para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bem, Deputado Weverton, vou inscrever V.Exa. aqui.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio Ramalho, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa. pela forma como vem conduzindo esta sessão e a importante votação da reforma política.

Quero cumprimentar, de forma especial, os partidos que honraram o compromisso que fizemos na reunião, quando acertamos que, uma vez derrotado o distritão, nós partiríamos para votar a PEC 382, começando pelo destaque do PPS. Votamos agora, e ele foi aprovado.

Portanto, quero cumprimentar e parabenizar os Líderes que encaminharam “sim” a essa votação, que coloca o fim da coligação apenas para 2020. Isso é importantíssimo! O PRB, enquanto partido, entende que essa transição é importante.

Quero destacar aqui o papel dos Parlamentares do PRB, que estiveram firmes conosco nessa posição de votar contra o distritão, de votar contra o fundo que foi estabelecido na PEC anterior, a PEC 77, acima de tudo, pela firmeza de propósito.

Certamente, o resultado da votação anterior foi uma vitória da democracia, porque houve diálogo, entendimento e a construção, para que nós pudéssemos votar e manter as coligações para a eleição de 2018. Isso é fundamental para a construção e a consolidação das nossas eleições, até porque nós teremos, sim, enquanto presidentes de partido — e eu sou Presidente do PRB do Maranhão —, após a eleição de 2018, a oportunidade de consolidar o partido com o grupo, com Deputados e com lideranças que possam estar preparadas para as novas eleições



que vão surgir após 2018, ou seja, em 2020, que é a estimativa que nós fizemos aqui para que puséssemos fim à coligação.

Em 2020, sim, os nossos partidos, dialogando com a sociedade, dialogando com as lideranças políticas, vão construir o seu quadro partidário, técnico, de lideranças políticas que vão estar aptas a disputar as eleições e, com certeza, com condições de levar às Câmaras Municipais representantes legítimos dos partidos.

Portanto, aqui nós tivemos uma vitória certamente daquilo que é o entendimento de lideranças e, acima de tudo, de compromissos que foram assumidos em decisões anteriores.

Eu quero cumprimentar os Líderes que encaminharam o “sim” na votação anterior, especialmente os nossos Deputados do PRB, que na noite de ontem, votando nesta Casa, garantiram 100% dos votos presentes em plenário.

Portanto, o PRB é um partido daqueles que entrega o que promete, e eu cumprimento os Deputados da minha bancada e que me dão a honra de estar aqui na condição de Líder, acompanhando, defendendo as nossas posições.

Certamente, a reforma que estamos hoje aprovando nesta Casa não é a reforma ideal. Não é a reforma, Deputado Roberto, que a sociedade espera de todos nós. Não é, por exemplo, a discussão que temos que fazer com a sociedade sobre a questão do voto obrigatório.

Nós encontramos muita gente pelas ruas, nas discussões políticas do dia a dia, dizendo que seria necessário discutir o voto facultativo, e a sociedade quer ver essa discussão. Portanto, nós vamos ter a oportunidade mais à frente de fazer esse debate, numa outra reforma. Aqueles que aqui estiverem em 2019 vão discutir outra



reforma política. Ou vão discutir, por exemplo, a perspectiva — e ainda há destaques aqui — de diminuir os gastos de campanha.

Enfim, nós temos vários temas ainda a serem debatidos, certamente dialogando com a sociedade, que tem suas opiniões, que tem suas sugestões, que tem contribuições a dar.

Portanto, não é em uma discussão como esta, na noite de hoje, que vamos aprovar aqui o que certamente vai de encontro ao que espera o povo brasileiro. Mas com certeza é um avanço.

Nós estamos aqui, e aprovarmos agora há pouco a perspectiva de uma transição, ou seja, manter as coligações para 2018.

Como disse a Deputada Alice Portugal: *“Que não haja o ativismo judicial”*. Que o TSE não venha querer legislar diante desta matéria, uma vez que esta Casa deu, de forma bastante contundente, uma votação expressiva, com um resultado que leva certamente à sociedade o desejo do Parlamento, ou seja, garantir as coligações para 2018, sinalizando uma transição para 2020.

Portanto, nós entendemos que, uma vez aprovado o que estamos aprovando aqui, certamente o Judiciário não vai se manifestar através de qualquer manifestação jurídica que vá comprometer o que aprovamos aqui. Parabéns! Em especial, cumprimento a minha bancada do PRB e os Líderes, que honraram com seu compromisso, votando “sim” na votação anterior.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Vilela, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da votação, alguns se utilizaram desta tribuna para dizer que nesta noite nós estaríamos fazendo história. Assiste-lhes razão, mas essa é uma página da história política desta Casa e da política brasileira deplorável.

Foi construído aqui um acordo asqueroso, contrário ao desejo da maioria da sociedade brasileira. Hoje aqueles que tiveram a coragem de defender o fim das coligações de 2020 disseram que a convicção de cada um deles é uma convicção, além de conveniente, temporal, só serve quando eles não estão disputando a eleição. Ou seja: *“Eu sou contra a coligação proporcional desde que eu não esteja disputando”*, *“Eu sou a favor do fim das coligações para os Vereadores em 2020”*.

Aqui, fiz o registro de muitos Parlamentares que sempre se arvoram como representantes da maioria da população brasileira. Nos próximos projetos, eu vou cobrar desses mesmos Deputados que tenham essa mesma conveniência nos próximos projetos. É uma convicção temporal. Isso aqui não é democracia, não. Isso aqui é uma conveniência absurda, que será certamente condenada pela sociedade brasileira.

Espero que o Senado, quando essa matéria para lá voltar, possa recompor o desejo da sociedade e instituir o fim das coligações para 2018.

Não adianta dizer que nós estamos tomando uma decisão para o Supremo, o Judiciário não tomarem uma decisão, porque nós estamos tomando uma decisão pior do que a que poderia ser tomada pelo Judiciário brasileiro, o qual eu também espero que de alguma forma possa recompor esse absurdo que foi feito aqui hoje.



Eu quero fazer um registro de reconhecimento do PSOL, que, com seis Parlamentares — Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Ivan Valente, Chico Alencar, Luiza Erundina e Jean Wyllys — manifestou no painel ser favorável ao fim da coligação em 2018. Eles, sim, tiveram coragem. Eles, sim, não tiveram uma convicção de conveniência. É preciso fazer esse registro.

Quanto à minha bancada do PMDB, eu ainda não tive a oportunidade de ver o resultado de todos os votos, mas sei que uma quantidade significativa votou pelo fim das coligações em 2018. E fico imaginando alguns partidos grandes sujeitando-se a serem controlados por partidos pequenos. Nada contra os partidos pequenos, até porque existem partidos pequenos que fazem parte da história política, que se constituíram na luta democrática, que são representantes legítimos, mas nem todos.

Vejo muitos Deputados de partidos grandes dizendo que votaram “sim” num acordo construído com partidos pequenos.

Infelizmente, mais uma vez, esta Casa faz um acordo que vai em direção contrária ao que é desejado pelo povo brasileiro; mais uma vez, esta Casa vai na contramão da opinião pública.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia deplorável para a classe política, especialmente para a Câmara. Essa é uma decisão equivocada. Nós não temos mais condições de viver num sistema político com esse número de partidos. Isso está se tornando ingovernável. Muitos que votaram nesse sentido vão sentir esse efeito — já o sentem, e continuarão sentindo nos Estados que governam, nos Municípios que governam.

Eu queria fazer esse registro de lamento. Acho que podemos citar a tese do nosso colega Tiririca, em algumas oportunidades políticas, de que nem tudo que



está ruim pode piorar. Com certeza, hoje nós pioramos de forma exponencial o nosso sistema político brasileiro. Espero que ainda tenhamos tempo de fazer essa correção. Espero que o Senado possa desempenhar o seu papel de Casa revisora, de Casa moderadora, e reconstituir aquilo que foi aprovado na Comissão, que é o fim das coligações para 2018.

Agradeço ao Presidente Fábio Ramalho, que deu oportunidade a todos os Deputados de se manifestarem, que cumpriu com a sua palavra encerrando a votação no momento acordado, mas saio daqui lamentando a perda dessa grande oportunidade que o Brasil teve de transformar o nosso futuro político, de transformar esse momento de crise política que vive o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Altineu Côrtes votou com partido na última votação.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Izar votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está consolidada presença, Deputados.

Continua em votação requerimento de destaque para votação de expressão.

Para falar a favor, tem a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dialogar aqui com os Parlamentares, com as Lideranças e chamar a atenção para aquilo que nós vamos votar. É importante que observemos isso.

A Constituição brasileira, quando trata dos partidos, diz que é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna. Aqui se acresce um parágrafo ao art. 17 da Constituição que contém a seguinte expressão: “*e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios...*”.

A introdução desse parágrafo dá condições — pasmem! — a todos os diretórios nos Municípios de terem comissões provisórias *ad aeternum*, fazendo com que a direção partidária para definir os destinos dos partidos não seja escolhida pela autonomia dos filiados nos Municípios e seja composta, sim, por dirigentes biônicos.

O nosso destaque é exatamente para excluirmos essa parte que veio no relatório, porque não podemos permitir que possa haver comissão provisória eterna



na direção dos partidos. Nós podemos ter comissões provisórias, hoje, como regra, durante um prazo, até que se constituam nos Municípios, efetivamente, os diretórios.

Os diretórios têm suas regras. Os diretórios têm suas instâncias. A base tem o poder de ajudar a decidir, construir, filiar pessoas, coordenar as atividades no Município, e o partido, com o diretório, não estará refém, do dono ou de uma direção estadual do partido.

Então, nós não podemos aceitar de forma alguma a introdução desse dispositivo na Constituição. E aí está a gravidade da medida, porque se está constitucionalizando a possibilidade de que as regras sobre escolha, formação, direção dos órgãos permanentes e provisórios dos partidos sejam definidos dessa forma.

Nós queremos campanhas mais baratas. Nós não queremos a intromissão... Como diz o ditado popular: "*Quem contrata a banda pede a música*". Então, se são os empresários que pagam as campanhas eleitorais...

Por isso, o Deputado Henrique Fontana já falava aqui sobre os limites que devem ser estabelecidos tanto para os candidatos quanto para as pessoas que fazem os apoios. Estamos deixando fora o financiamento empresarial, mas queremos que as demais contribuições tenham limite, para que haja campanhas mais baratas.

Em segundo lugar, nós queremos campanhas mais transparentes, que são exatamente as que não têm acordos, as que estão à luz do dia, nas construções realizadas entre partidos. Por isso, exatamente, defendemos o fim das coligações proporcionais.



Nesse caso, nós queremos que a base partidária possa ter participação democrática efetiva. E a introdução desse dispositivo tira da base partidária essa possibilidade, porque permite que haja dirigentes biônicos nos Municípios, dirigentes indicados com renovação permanente dos mandatos pela direção estadual, sem a participação da base, porque as comissões provisórias poderão ser eternas.

Então, o debate que precisamos fazer aqui envolve campanhas mais baratas, campanhas programáticas, fim das coligações partidárias e que possamos ter a voz democrática e soberana do filiado na direção dos partidos. Somente assim fundaremos partidos que tenham programas, partidos que não sejam fisiológicos, partidos que não tenham donos, partidos que não precisem ser usados como partidos de aluguel para poderem sobreviver e que, em nome desses aluguéis, fazem as grandes negociatas que, na verdade, causam ojeriza na população, que, muitas vezes, detesta os partidos políticos exatamente por causa desses acordos. Não! Nós queremos campanhas mais baratas, campanhas mais transparentes. Não queremos esse tipo de acordo. E queremos que os filiados tenham poder estruturado para dirigir o seu partido. Essa democracia interna é fundamental.

Por isso, nós estamos pedindo que os Líderes orientem pela retirada desse dispositivo, concordem com o nosso destaque, para não se introduzir na Constituição Federal, no dispositivo constitucional que assegura aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura, a possibilidade de estabelecerem regras sobre escolha, formação e duração dos seus órgãos permanentes e provisórios.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho, para falar contra a matéria.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, defendo, claro, que os diretórios sejam permanentes, mas os partidos precisam ter autonomia para escolher suas regras, definir os seus caminhos.

Vamos manter o texto como proposto.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Passa-se à orientação de bancada.

O SR. CABO DACIOLO - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma questão de ordem, porque a regra são dois oradores para falar a favor e dois contra a matéria.

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Weverton, V.Exa. é muito compreensível e tem todo o direito de falar. V.Exa. se importa de falar na hora em que eu colocar em votação a matéria? *(Pausa.)*

Obrigado, Deputado, por sua compreensão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Daciolo.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, glória a Deus! Glória a Deus!

Eu falo hoje para a Nação brasileira. Deus criou o homem e a mulher. Em determinado momento, os abençoou e disse: *“Sejam férteis e multipliquem-se. Encham e subjuguem a Terra”*.

Estou falando com homens e mulheres da Nação brasileira que apoiam o patriotismo, que apoiam o nacionalismo, que apoiam o civismo, que apoiam a defesa da Pátria, que apoiam as instituições, que apoiam a garantia da lei e da ordem, que



apoiam os militares da Nação, as Forças Armadas, e são contra o sucateamento das Forças Armadas, são contra os baixos salários dos militares, são contra essa quadrilha instaurada no Congresso Nacional, são contra essa falsa reforma política que está acontecendo hoje no Congresso Nacional, são contra a organização criminosa que envolve PT, PMDB, PP, PSDB e grande parte dos partidos do Brasil.

Eu quero pedir a você, Nação brasileira que está me ouvindo neste exato momento, àqueles que acreditam na Nação brasileira, na Bandeira Nacional, que coloquemos em nossas casas, nas janelas, na varanda, em todos os lugares da nossa residência, a Bandeira Nacional, para que venham a cair os corruptos da Nação, para que venham a cair aqueles que estão matando o povo. E eu posso garantir que boa parte deles se encontra, neste exato momento, hoje, dentro do Congresso Nacional.

Agora, eu quero dar um recado a uma grande vilã da Nação brasileira. Eu estou falando da Rede Globo.

Rede Globo, você é grande para os homens, mas, para Deus, você é pequenininha.

Eu quero falar com a Rede Globo, e aí eu vou falar para Pedro Bial.

Pedro Bial, o senhor chamou ontem o General Villas Bôas para pedir punição ao General Mourão. Primeiro, General Mourão, parabéns! Segundo, General Villas Bôas, parabéns!

O que eu quero deixar muito claro aqui é: se há alguém para ser punido, quem tem que ser punida é a Rede Globo, aquela que vem destruindo a família tradicional do País, aquela que vem destruindo a Nação brasileira e tirando do povo o amor à Pátria, aquela que vem dando contrainformação o tempo todo para a



Nação brasileira, aquela que arregimentou e que está por trás da quadrilha e dessas organizações criminosas do País, a D. Rede Globo.

Sr. Bial, vocês têm que ser punidos. O General Villas Bôas, o General Bacelar, o Brigadeiro Rossato — glória a Deus! —, todos eles têm que ser condecorados — condecorados!

Nação brasileira, vamos colocar a bandeira do Brasil em nossos lares, nas nossas casas, numa manifestação contra a corrupção no Brasil e pelo processamento da denúncia que teve o envio a esta Casa aprovado no Supremo.

Eu peço aos homens e mulheres — agora eu falo com os cristãos — que observem como vai votar a bancada evangélica. Fiquem de olho como vão votar aqueles que falam de Deus.

Eu quero dizer uma coisa: Deus criou homem e mulher — homem e mulher! Então, alguns olham o cisco nos olhos dos outros, mas não conseguem ver a trave nos seus olhos. O homossexualismo é pecado, e está escrito que quem o pratica não vai para o céu, assim como o alcoólatra, assim como o adúltero, assim como o ladrão, assim como o corrupto. Esses também não vão herdar o reino de Deus.

Nação brasileira, juntos somos fortes! Nenhum passo daremos atrás! E Deus está no controle!

Coloquemos a bandeira do País nas nossas casas, nos nossos lares, em defesa da Nação brasileira.

Juntos somos fortes! Nenhum passo daremos atrás! E Deus está no controle!

(Expressão retirada por determinação da Presidência) para acertar a Nação brasileira.

Glória a Deus! Obrigado, Senhor!



Obrigado, Presidente.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, que se retire dos Anais da Casa essa ameaça ao Congresso Nacional.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, esse pronunciamento é uma vergonha para o Brasil. Como todo respeito, ele acabou de pedir o fechamento do Congresso Nacional! Isto é inconstitucional, é uma vergonha! Pelo menos por altivez, este Congresso Nacional tem que defender a democracia, a atuação democrática.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada Maria do Rosário, vamos continuar. Depois, nós falamos sobre isso.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA - Ele não sabe o que diz.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de falar sobre a nossa Constituição Federal. Eu estou vendo aqui a Deputada Maria do Rosário defender a Constituição Federal.

Fiquei sabendo aqui que partidos estão se organizando para quebrar o interstício de votação entre o primeiro e o segundo turnos de votação desta matéria, que é importante. Então, se houver isso, nós vamos fazer a denúncia ao povo brasileiro desse conchavo que está havendo aqui. Aí, sim, eu vou dar razão ao orador que me antecedeu, porque se formou uma quadrilha aqui dentro para fazer



uma farsa e quebrar esse interstício. E, pior, dizem que vão quebrar esse interstício amanhã.

Olha, Sr. Presidente, eu conheço V.Exa. e sei que V.Exa. é um homem sério. Se V.Exa. estiver pactuando com uma bandidagem dessas, perdoe-me, V.Exa. vai perder a consideração que tem deste Deputado.

Agora, o PMDB encaminha “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que se trata aqui é de procurar cumprir com um ponto de vista que foi debatido no Tribunal Superior Eleitoral.

Nós estamos vivendo uma situação com inúmeros partidos com quase 100% de comissões provisórias, e o texto apresentado pela Relatora praticamente constitucionaliza esse número enorme de comissões provisórias. E isso é o que deixa os partidos frágeis.

Os partidos vão ser mais estruturados à medida que tiverem suas comissões permanentes. O nosso destaque tem o objetivo claro de garantir que haja uma transição das comissões provisórias para as comissões permanentes ao longo do tempo, cumprindo assim o resultado do debate que foi feito por todos os partidos com o Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que prestar atenção neste destaque, porque todo o mundo — favoráveis e contrários — ainda está na euforia da aprovação do destaque



anterior. Este destaque do Partido dos Trabalhadores mexe na autonomia dos partidos políticos do Brasil.

É importante que os Líderes partidários, os Presidentes de partidos, os Deputados atentem para este Destaque. É importante que nós votemos contra este destaque do Partido dos Trabalhos, votando “sim”, para a manutenção do texto, para dar independência aos partidos políticos para decidirem sobre as suas questões internas.

O TSE é um órgão fiscalizador das eleições, não tem que legislar. Quem legisla é este Congresso Nacional — a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

E aqui quem defende a autonomia dos partidos políticos vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este é um requerimento que requer atenção, porque diz respeito à autonomia dos partidos. Desde o ano passado, o TSE tem legislado, estabelecido prazos para essa readequação, para esse ajuste nos diretórios dos partidos políticos em todo o País.

Respeitar a condição de autonomia, de independência dos partidos para construírem os seus diretórios estaduais e municipais — e as Sras. e Srs. Deputados são conhecedores da necessidade dessa condição política em suas realidades regionais —, é importante.

O PSDB encaminha “sim”, pela manutenção do texto e pela autonomia dos partidos políticos no Brasil.



Uma observação importante, senhores: precisamos, para validar a manutenção do texto, de 308 votos. Vamos encaminhar “sim”, pela manutenção do texto do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PR?

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, some o horário de Liderança, pois vou usar a tribuna. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O PR já falou, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, ficaram faltando 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado José Rocha, está inscrito antes o Deputado Weverton Rocha, que está tendo a compreensão de esperar. Ele falará antes de V.Exa. Vou permitir que ele fale.

O SR. JOSÉ ROCHA - Do meu tempo, Sr. Presidente, ficaram ainda restantes 3 minutos. Pode conferir com a assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, espanta-me muito o PMDB e o PT estarem na contramão do fortalecimento dos partidos.

O que pretende o PT, através do seu Destaque nº 14, é não contribuir com o fortalecimento dos partidos, quando tenta retirar do texto a oportunidade de os partidos estabelecerem regras sobre escolha, formação e duração dos seus órgãos permanentes e provisórios.

Isso, Sr. Presidente, realmente vai na contramão do fortalecimento dos partidos. Todos nós aqui desejamos que os partidos sejam fortes, independentes,



para se estabelecerem e, com isso, formarem suas comissões provisórias, seus diretórios e terem uma vida em consonância com a democracia que vivemos.

Portanto, o PR vai encaminhar “sim” ao texto e “não” ao destaque, entendendo que este destaque enfraquece a autonomia dos partidos.

Peço até ao PMDB e ao PT que reflitam sobre o Destaque nº 14, porque acho que eles não pretendem ir na contramão do fortalecimento das agremiações partidárias.

O PR quer, sim, partidos fortes para uma democracia cada vez mais forte.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero alterar a orientação do PMDB de “não” para “sim”, em defesa da autonomia dos partidos.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSOL, por favor, para falar assim que terminar esta orientação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bem, Deputado Glauber.

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO LEITE - Sr. Presidente, o Democratas, avaliando e analisando...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado, primeiro falará o PSD.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos visto muita gente defender autonomia de Poder, a autonomia de partido, mas, na hora de votar, vota de forma contrária.

Não dá para votar numa emenda como esta e manter um destaque que tira totalmente a autonomia dos partidos, das agremiações partidárias. Umas agremiações são pequenas, têm mais dificuldade de montar o seu diretório, e nós vamos obrigá-las a formar seus diretórios e mantê-los abertos. Às vezes, há



dificuldades, vencem os prazos. Assim nós vamos prejudicar partidos, principalmente aqueles que têm menos estrutura.

Por isso, nós somos contrários ao destaque, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O voto é “sim” ou “não”?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Votamos pela manutenção do texto. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSB?

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós defendemos o fortalecimento dos partidos. Um partido que vive de comissão provisória por prazo indeterminado não pode ter vida orgânica. A comissão do diretório não tem segurança jurídica, por exemplo.

Então, o PSB, que defende partidos com vida orgânica, com vida programática posta em prática, obviamente, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o DEM?

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de analisar a proposta, o Democratas acha que nós devemos manter os partidos, a democracia e legislar sobre os nossos diretórios. Nós, democraticamente, decidimos encaminhar o voto “sim” ao texto e “não” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai encaminhar “sim”. Nós entendemos que o controle partidário tem que ser feito na política, pelos políticos.



Na noite de hoje, nós vamos dar um grande passo com a cláusula de desempenho, a cláusula de barreira. Com ela, vai-se começar a afunilar o processo político e a criar as condições para, daqui a alguns anos, termos aqui um número reduzido de partidos políticos. Aí, sim, teremos condições de tratarmos da política.

Se as coisas não andam hoje nesta Casa, não é pela quantidade de ideias, que são divergentes e legítimas, mas pela quantidade desenfreada de constituição de novos partidos. Portanto, nós respeitamos os partidos, e eles precisam se autorrespeitar, conquistando esse respeito na urna. Na urna, eles precisam de votos para vir para cá e, aí, sim, ter direito ao Fundo Partidário, ao tempo de televisão e à ação política.

Então, o PDT vai orientar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Weverton, obrigado.

Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vejamos o que o diz o § 1º tratado no destaque:

Art. 1º

“Art. 17.”

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios (...).”

Não podemos permitir, Sr. Presidente, que um destaque do PT possa suprimir a autonomia dos partidos políticos. Eu queria, inclusive, dialogar com o PT, para que ele reavalie este destaque e a sua posição, porque o texto, conforme está, dá



autonomia aos partidos políticos, assegurando não só os diretórios permanentes, mas também o tempo de manutenção dos diretórios provisórios. Isso garante aos partidos segurança jurídica naquilo que estabelecer a sua autonomia.

Portanto, o PRB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos está empenhado em derrotar este destaque, pois ele engessa a organização partidária, interfere na economia interna dos partidos e transforma a função política, que é uma função nobre, em uma função cartorial.

Pessoalmente, defendo estruturas partidárias fortes e definitivas, mas tal medida cabe, Sr. Presidente, sem dúvida, às estruturas partidárias, aos órgãos internos dos partidos.

Atenção, Srs. Parlamentares, precisamos derrotar este destaque.

O Podemos orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade entende que o Poder Judiciário tem que cuidar da aplicação das leis. Quem cuida da política são os políticos.

Por isso, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto “sim”, com muita convicção.



É hora de fortalecer a democracia brasileira, é hora de fortalecer os partidos políticos, e um dos instrumentos fundamentais para isso é a preservação da autonomia dos partidos políticos.

O PCdoB está organizado em diretórios em todos os Estados, na maioria dos Municípios brasileiros. Esse é o jeito que o PCdoB entende ser melhor, mas não quer que isso seja receita para ninguém. Cabe a cada partido, dentro da sua atribuição, respeitando a sua autonomia, definir a melhor forma de se estruturar, de se organizar, de se definir sob sua direção.

Por isso, em nome da preservação da autonomia partidária, encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, exatamente a defesa e a garantia da autonomia partidária — que são conquistas dos partidos políticos no Brasil — o Tribunal Superior Eleitoral, ao longo da sua história, sempre tentou tutelar e regradar. Aliás, isso ainda é um resquício do período do regime autoritário.

Estabelecer o regramento conforme seu entendimento é uma conquista da autonomia. A sociedade é livre para fazer a escolha que quiser, dentro desse princípio da autonomia e da liberdade partidária.

Portanto, o PPS encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Eu pediria aos Deputados de todos os partidos para ficarem nos lugares.



Como vota o PV? (*Pausa.*)

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero ajudar a encaminhar.

Todos nós temos o compromisso de votar a conclusão da PEC 282, muito bem relatada pela Deputada Shéridan. Diante disso, por que já não se abre o painel, enquanto vamos encaminhando, para irmos ganhando tempo? Todo mundo vai querer votar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Todo mundo concorda em fazer desse jeito? Posso abrir o painel, para começarem a votar? (*Pausa.*)

Então, vou abrir o painel.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Não, Deputado Danilo.

Não, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Há alguns que não concordam.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deixe-me explicar. É óbvio que hoje nós estamos num ambiente de bastante acordo.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu gostaria que nos concentrássemos na orientação partidária e trabalhássemos a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - A orientação de bancada pode ser rápida, mas nós temos que respeitar a determinação regimental de orientar as bancadas e, depois, abrir o painel. Aí, sim, pode ser rápido. Se todo mundo ficar no plenário, a votação vai ser rápida.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, só a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bom.

Como vota o PV?



Façam a orientação. Vamos rápido.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, imaginar que a gestão partidária no Brasil é algo que funciona é brincar com os brasileiros. É óbvio que os brasileiros não estão satisfeitos! E muitos de nós que somos filiados a partidos políticos também não estamos satisfeitos com o modelo de gestão do nosso partido.

Sempre escutamos: “o dono do partido aqui”, “o dono do partido ali”, “o partido lá pertence a Fulano, a Beltrano”. Isso não é democrático, isso não faz bem à democracia brasileira.

Eu espero que, com esse passo dado à frente, possamos, entre tantos partidos no Brasil, encontrar um modelo de gestão democrático, que realmente contribua para que o partido seja uma ferramenta de oportunidade, a fim de que, a partir do Município ou do Estado, possa qualificar a política brasileira cada vez mais.

Então, o PV orienta “sim”, no sentido de que realmente é preciso fazer uma reengenharia dos partidos políticos brasileiros, que hoje têm uma gestão antidemocrática, antipopular, que não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PTB?

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB também encaminha “sim”, até porque quer preservar a autonomia dos partidos, mas sempre lembrando que os partidos devem continuar atuando na boa-fé, sempre querendo preservar o limite do respeito a todos os partidários e também preservar o respeito ao interesse coletivo, e não ao individual.

Então, preservando a autonomia dos partidos, o PTB orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)



O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, libere o painel logo, para nós irmos ganhando tempo. Isso é PEC! Precisa de quórum qualificado!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu não posso liberar, Deputado Arnaldo Jordy. O Deputado Miro Teixeira não quer. Então, temos que convencer todo mundo.

Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não dá para entender como as pessoas falam em autonomia partidária e constitucionalizam um dispositivo que, a rigor, vai criar uma regra totalmente complicadora da democracia partidária.

Sabe por quê? Ela dá força aos donos de partido. Ela fragiliza os diretórios de base. Aquele dirigente que olha feio para o presidente nacional ou regional nunca será candidato, nunca será prioritário e será destituído do diretório provisório.

Se nós queremos fortalecer os partidos e a autonomia, digamos “não”.

Parabenizo o PT pela iniciativa. Estamos juntos nessa!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atendendo à solicitação de V.Exa. e tentando ser justo, eu acho que podemos liberar o painel para todos votarem, mas não nesta votação. A partir da próxima, em todas as votações, desde o primeiro partido, ninguém orienta, ninguém fala, ninguém abre a boca.

Está bem. Eu topo. Vamos fazer uma votação atrás da outra. Eu topo!



Eu quero rechaçar ataques feitos à Justiça Eleitoral, porque a transição democrática brasileira se deu no Tribunal Superior Eleitoral, quando foi reconhecido o direito dos delegados de um partido votarem no candidato de outro partido. Assim elegeu-se Tancredo Neves. Assim surgiu a Nova República.

Esta matéria não é constitucional. Esta matéria é de lei ordinária. Sempre foi de lei ordinária.

A Rede, nesta hora, vai liberar a bancada. Não é matéria constitucional, obviamente. Vamos liberar.

Eu vou votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu ouvi, Deputado Miro. Está liberada a sua bancada. V.Exa. falou, Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço a V.Exa. que, a partir do próximo destaque, em todos os destaques, já abra logo o painel. Querem assim? Vamos fazer então desde o primeiro partido.

Obrigado.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu estou recebendo um apelo do Senado. Os Senadores querem acompanhar a matéria. Há pouquíssimo tempo para validar essa reforma lá no Senado. O tempo que os colegas têm perdido no encaminhamento e no tempo de Liderança é muito.



Faço, portanto, um apelo à Casa, aos Deputados e Deputadas, para que validemos e concluamos a discussão deste texto, desta matéria, dessa PEC, de todos os pontos dos destaques ainda hoje.

Há um requerimento de quebra de interstício a ser apresentado. Temos também que votar a matéria em segundo turno. O Senado está disposto a acompanhar e validar pelo menos essa reforma, mas nosso tempo é exíguo, é curto.

Sr. Presidente, eu quero registrar esse apelo aos Deputados para que não percam tempo. Vamos, portanto, acelerar o andamento das votações nesta noite.

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, a Rede liberou, mas está marcando “não” no painel.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, a Minoria quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está liberado.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente, embora a Relatora esteja com muita pressa, V.Exa. prometeu que ia respeitar o Regimento desta Casa. Então, faça o favor de respeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Hildo, eu pediria a V.Exa. um pouquinho mais de calma. Está todo mundo querendo votar. Ter calma é bom para todo mundo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, posso orientar pela Minoria?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Pode. Claro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu compreendo o apelo dos colegas e vou procurar ser rápido, mas, de fato, este destaque é muito importante.



Algumas pessoas usaram aqui argumentos que, do meu ponto de vista, não condizem com um dos grandes problemas da política brasileira, que tem uma preponderância muito grande de poder na mão das direções nacionais dos partidos. Muitos partidos mantêm comissões provisórias nos Estados durante 10, 15 anos e, com isso, aqueles que constroem o partido naquele Estado são surpreendidos de tempos em tempos com intervenções, por exemplo.

A ideia de que de fato nós devamos ter um período limite para comissões provisórias é para garantir a democracia efetiva daqueles que estão construindo o partido A, B ou C em qualquer Município, em qualquer Estado.

Por isso, a Minoria libera a bancada.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Pode abrir o painel.

Quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Maia, Presidente da República em exercício, que está aqui na Casa nos fazendo uma visita.

Seja muito bem-vindo a sua Casa, Presidente Rodrigo Maia.

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Wladimir Costa, do Solidariedade do Pará, em todas as votações, votou com o partido.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o importante é que votemos respeitando a autonomia dos partidos. Não temos que definir como eles devem se organizar, interferindo na sua atividade. Vamos garantir isso, mantendo o texto da proposta.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Weverton Rocha, muito obrigado pela compreensão que V.Exa. tem tido aqui no plenário.

O SR. JORGINHO MELLO - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Estamos votando. O painel está aberto.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Cabo Daciolo, há pouco tempo na tribuna, pregou o fechamento do Congresso e a intervenção militar.

Não quero polemizar com o Cabo Daciolo — ele se comporta como o novo Messias, cujas profecias nunca são cumpridas —, mas peço que seja excluído das notas taquigráficas esse trecho do discurso dele no qual pregou o fechamento da Câmara e a intervenção militar. Inclusive isso é crime inafiançável, imprescritível, previsto no art. 5º da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado.

O SR. SEVERINO NINHO - V.Exa. defere o meu pedido?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está deferido seu pedido.

O SR. SEVERINO NINHO - De mandar excluir das notas taquigráficas o trecho do discurso do Deputado Cabo Daciolo em que S.Exa. pregou o fechamento da Câmara e a intervenção militar?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está deferido seu pedido.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Volto a chamar a bancada do PT para vir ao plenário, a fim de encaminharmos as votações.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Há um Deputado na tribuna, o Deputado Weverton Rocha, que tem sido muito compreensivo com todos aqui.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Weverton Rocha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero lamentar o que nós ouvimos agora há pouco aqui no plenário.

Acredito que todos nós, durante esta Legislatura, tivemos embates, confrontos fortes em momentos difíceis da história do Brasil. Mas, nem de longe, eu iria suscitar ou imaginar que a melhor solução seria pedir o fechamento desta Casa e a intervenção militar.

É óbvio que nós rechaçamos qualquer tipo de tentativa ou iniciativa que possa suscitar, excitar e mobilizar qualquer movimento fascista que venha intervir no verdadeiro e legítimo processo democrático, que pressupõe o voto e a democracia.

Aqui não nós concordamos, mas temos direito de mudar. Você que está em casa, que diz, às vezes, ou na maioria das vezes, que esta Casa não representa o anseio da sociedade, tem o direito de, com o título de eleitor, no ano que vem mudar isso, de vir para cá fazer diferente e fazer melhor.

Esse é o verdadeiro processo democrático, essa é a essência da democracia, e não simplesmente desistir dela e dizer que o Parlamento não serve para nada para se trazer para cá os militares novamente.

Cada um na sua história teve o seu papel. Nós sabemos o que é isso apenas para contar como história. Para o futuro, a nossa geração, a nossa juventude vai lutar de forma intransigente para que a nossa democracia continue ativa, forte e plena. É assim que deve ser sempre daqui para a frente.



Sr. Presidente, não saiu a reforma política que todos queriam, mas pelo menos ela começa a acontecer. A cláusula de desempenho — repito o que foi dito agora há pouco — começa a funcionar, já que, com a exigência de obtenção de 1% dos votos válidos em nove Estados e de 1,5% em âmbito nacional, se começa a criar uma política de afunilamento para partidos políticos começarem a existir no Brasil, não apenas como uma pessoa, mas como organizações partidárias que se estabelecerão em todo o território do nosso País, para que possamos fazer política e, aí, sim, fortalecer os partidos.

Não acreditamos em caminhos para o fortalecimento de partidos cujas regras engessem a vida partidária. Aliás, em nenhum lugar do mundo os partidos são regidos por justiça ou por qualquer organismo externo. Os partidos fazem a sua gestão, se entendem e conseguem construir os seus pleitos eleitorais. Nós temos mediadores.

Então, imaginem só entregar a autonomia e a vida dos partidos para outro Poder. Isso não existe. Os partidos têm vida própria. Eles precisam, mais do que nunca, ser politizados.

E sabe por que pode existir partido? Porque você que está em casa vota. Se você não votar no candidato ou no programa do partido, ele não atinge a sua cláusula de desempenho, que consiste em ter uma porcentagem “x”, a ser estabelecida a partir de agora, em no mínimo nove Estados. E, se não a atingir, esse partido não tem direito a tempo de televisão, nem ao Fundo Partidário. Ou seja, com isso, acaba a fábrica desenfreada de partidos.

Para V.Exas. terem uma ideia, o Brasil hoje tem trinta e poucos partidos políticos, e aqui na Casa há quase trinta instituídos. Já existem quase quarenta



outros prontos para serem homologados no Tribunal Superior Eleitoral. Se não passar a cláusula de barreira, daqui a 3 anos nós estaremos falando de um Brasil com quase setenta partidos políticos. Isso é um absurdo, algo que ninguém aguenta. Imaginem só todos eles aqui no plenário para discutir uma reforma, uma PEC ou qualquer tema complexo de interesse da sociedade. Não haverá como avançar, como produzir!

Então, a verdadeira produção legislativa, o verdadeiro debate desta Casa vai acontecer, sim, quando nós conseguirmos enxugar, de uma vez por todas, essa grande quantidade espalhada de partidos e trazer para cá um debate mais qualificado, com bancadas, com partidos que tenham programas e rumos definidos.



O SR. JUNIOR MARRECA (PEN-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PEN encaminha o voto “sim”.

O SR. JOSÉ ROCHA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Primeiro vou conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos. Deputado José Rocha, V.Exa. já falou várias vezes hoje.

O SR. JOSÉ ROCHA - Então peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Espera só um pouquinho, Deputado. Todos têm o direito de falar, Deputado José Rocha.

O SR. ZÉ CARLOS (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para manifestar a nossa preocupação com relação à greve dos Correios.

Recentemente, foi anunciado o fechamento de mais de 250 agências apenas em Municípios com menos de 50 mil habitantes. O Presidente dos Correios anunciou a demissão de funcionários. Sem negociação, agências de 20 Estados e do Distrito Federal estão fechando suas portas, causando imenso prejuízo à sociedade brasileira.

Há 31 sindicatos ligados aos Correios, e eles têm reivindicações justas. A pauta está sendo colocada para negociação, e, até agora, o Governo não sentou para negociar. É importante que haja essa preocupação, porque os Correios passam por uma crise econômica muito grande. A instituição requer medidas urgentes para garantir a sua sustentabilidade. E os Correios estão na mira das privatizações. Junto à direção da ECT, o Governo tem implantado a abertura para o mercado. Além disso, os trabalhadores precisam arcar com essa má gestão.



Por isso, é importante que esta Casa se una e faça com que o Governo sente para negociar e privilegie a remuneração, as pautas trabalhistas dos servidores dos Correios, empresa tão importante para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os Correios anunciaram em março o fechamento de 250 agências, apenas em Municípios com mais de 50 mil habitantes, além de uma série de medidas de redução de custos e de reestruturação da folha de pagamentos.

Em abril, o Presidente dos Correios, Guilherme Campos, afirmou que a demissão de servidores concursados vinha sendo estudada. Segundo ele, os Correios não têm condições de continuar arcando com sua atual folha de pagamento e contratou um estudo para calcular quantos servidores teriam que ser demitidos para que o gasto com a folha fosse ajustado.

Sem negociação entre representantes dos trabalhadores e a empresa, os funcionários de 20 Estados e do DF aderiram à paralisação hoje, 20 de setembro, segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares — FENTECT em busca de melhorias salariais.

Dos 31 sindicatos ligados à FENTECT, somente três ainda não realizaram assembleia: Acre, Rondônia e Roraima. As agências franqueadas não estão participando da greve. Atualmente, são mais de 6.500 agências próprias dos Correios pelo País, além de mil franqueadas.



A paralisação deverá afetar as entregas e prejudicar os consumidores que dependem dos serviços da estatal postal.

Além disso, o presidente do sindicato disse que a categoria também cobra melhores condições de trabalho. *“A gente decretou greve para forçar a empresa a apresentar alguma proposta para os funcionários”*, informou.

Reivindicações:

Segundo a federação, foram mais de 50 dias de negociação, sem sucesso.

Entre os motivos da greve estão basicamente:

- 8% de reajuste salarial;
- cesta básica de R\$ 440,00;
- pressão para adesão ao plano de demissão voluntária;
- permanência do plano de saúde nos moldes atuais.

Ressalta-se que a categoria de trabalhadores dos Correios é a que recebe os menores salários entre as empresas públicas e estatais, e empresa optou nos últimos anos a manter uma cultura de benefícios em troca de reajustes salariais dignos aos empregados, afirma a FENTECT.

Com o aumento das decisões judiciais que obrigam a empresa a adotar ações de segurança adicionais às necessárias para prestação de serviços de correspondente bancário, como a contratação de vigilantes, por exemplo, a empresa se viu obrigada a interromper a prestação de serviços do Banco Postal em 1.836 agências, localizadas em Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo, uma vez que os altos custos tornam a prestação desses serviços inviável.



Enfim, os Correios passam por uma situação econômica que requer medidas urgentes para garantir sua sustentabilidade. Os Correios estão na mira das privatizações do Governo Federal, que, junto à direção da ECT, já tem implantado a abertura da empresa ao mercado. Além disso, os trabalhadores ainda precisam arcar com a má gestão, sofrendo diversas retiradas e o sucateamento dos Correios por todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, quero registrar a nossa satisfação de receber o Presidente da República interino Rodrigo Maia, que vem a esta Casa, que é a sua Casa, demonstrando que hoje estamos vivendo realmente o verdadeiro parlamentarismo.

O SR. NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente Fábio Ramalho, posso fazer uso da palavra por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu disse para o Deputado Rodrigo Maia que acho que S.Exa. é o Presidente da República que mais esteve neste plenário na história da Câmara Federal.

Mas quero fazer minhas as palavras do Deputado Zé Carlos. Ontem, dia 20, os funcionários dos Correios entraram em greve por tempo indeterminado. A data-base da categoria é o dia 1º de setembro.



Infelizmente, não houve negociação. Não há proposta para a direção dos Correios.

Eu faço parte da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios. Nós já estivemos com o Presidente dos Correios, Guilherme Campos, que é um ex-Deputado desta Casa, para externar a nossa preocupação relativa à grave crise por que passam os Correios neste momento.

Colocamo-nos à disposição inclusive para ajudá-lo na intermediação e vencer esse impasse. É preciso sentar à mesa para negociar. O Governo Federal não pode asfixiar os Correios.

Os Correios devolveram mais de 1 bilhão de reais ao Governo Federal, e este precisa aportar recursos nos Correios. Deve haver negociação.

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para fazer uma constatação rápida: talvez esta seja a última vez que o Presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia esteja aqui como Presidente da Câmara.

A votação no Supremo já está 7 a 1. O Presidente Rodrigo Maia será efetivado Presidente da República, porque o Temer será destituído do cargo pela segunda denúncia gravíssima. Ele não tem mais condições de ficar na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio Ramalho, primeiro, quero manifestar a minha alegria de ter um conterrâneo, um mineiro como V.Exa., presidindo esta Casa.



Simultaneamente, manifesto a minha alegria de termos aqui no plenário junto conosco o Presidente da República Rodrigo Maia — de quem reitero também o espírito fraterno, a humildade, a simplicidade e o espírito republicano. O Deputado Rodrigo, amigo de todos nós, de maneira bem republicana, como disse, honra este Parlamento fazendo o melhor que pode para o Brasil aqui na Câmara dos Deputados e agora na Presidência da República.

Eu tive a alegria de dizer ao Presidente Rodrigo que acabei de ter informações inclusive da Casa Civil que o nosso Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2011, após entendimento com o Banco Central, está pronto para vir ao plenário. Eu acredito que ele será aprovado por unanimidade.

Nós esperamos que, na próxima semana, o Presidente Rodrigo Maia...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Vou concluir em poucos segundos.

Esse entendimento possibilitou um consenso nesse projeto que atende ao cooperativismo de crédito e também às Prefeituras, uma vez que elas poderão operar também com cooperativa de crédito e depositar suas disponibilidades de caixa em cooperativa de crédito.

Na semana que vem, com a presença do Presidente Rodrigo Maia, espero que nós possamos votar esse projeto, e é óbvio que com o apoio de V.Exa., Deputado Fábio Ramalho, que também é um entusiasta do cooperativismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, como Líder.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, aqueles que assistem a esta sessão, leio um informe da Diretoria-Geral do Senado Federal do dia de hoje:

Informamos que o acesso pelas portarias do Senado estará restrito durante todo o dia 20 (quarta-feira), em virtude das discussões e votações de matérias de grande interesse popular, no âmbito das comissões.

É isso mesmo. O acesso pelas portarias do Senado vai estar restrito durante todo o dia 20, conforme o informativo, em virtude de discussões e votações de matérias de grande interesse popular. Ou seja, se houver matéria de grande interesse popular, fecham-se as portarias do Senado, para o povo não poder acompanhá-las. Como pegou muito mal, eles se movimentaram e voltaram atrás.

O que queremos, meus amigos e minhas amigas, para resolver as mazelas da política brasileira, não é menos política, é mais participação direta da sociedade. Aqueles que vêm defender a diminuição da política como a forma de resolução dos problemas do Brasil sabem, e sabem bem, que o direito que ainda temos de assumir esta tribuna e falar aquilo que pensamos pode ser ameaçado.

Não vamos tratar isso como algo natural, nem diminuição da atividade política, nem implementação de um projeto ilegítimo.

O que dá legitimidade a um Estado verdadeiramente democrático para a implementação de um programa é o voto popular. A soberania se estabelece pela vontade da maioria, pela vontade do povo. É isso que faz com que um programa



tenha legitimidade para a sua implementação. Será que aqueles que ficam fazendo defesa de intervenção sabem o que é a representação de não ter liberdade para fazer a defesa daquilo que acredita?

Eu quero ter oportunidade aqui de defender, sim, a queda do Governo de Michel Temer, mas que a representatividade seja estabelecida com um novo programa escolhido pelo povo brasileiro, e não com esta Casa de portas fechadas e de costas para a sociedade brasileira.



O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente Fábio Ramalho, quero aproveitar a oportunidade da presença do
Presidente Rodrigo Maia neste momento aqui no plenário, e tendo V.Exa., que é o
nosso Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para chamar atenção de que,
vencida a pauta da reforma política, a Câmara dos Deputados tem que fazer um
esforço concentrado nas questões de segurança pública no Brasil.

Refiro-me à revisão do Estatuto do Desarmamento, às questões que
envolvem cumprimento de pena no Brasil, à possibilidade de garantir a exclusão de
ilicitude para os policiais ou para os soldados que estão em atividade de polícia no
Brasil, pois isso é essencial. O Brasil clama por mais segurança! A sociedade está
amedrontada, assustada, e, principalmente, olha para o Congresso Nacional com
esperança.

Presidente Fabinho, Presidente Rodrigo Maia, esforço concentrado na
segurança é o que a população brasileira precisa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, gostaria de dizer a V.Exa. que é preciso fazermos um esforço
concentrado nesta Casa, depois da reforma política, na semana que vem, para que
possamos votar a segunda denúncia contra o Presidente Michel Temer, assim que
ela chegar aqui. Essa pauta é importante.

Com essa segunda denúncia, agora V.Exas. terão oportunidade de atender
ao anseio da sociedade. Estamos todos aqui querendo ouvir o que a sociedade
quer, e ela quer o “Fora, Temer!”



Dessa forma, Presidente, V.Exa. aproveita o período de 6 meses para ficar como Presidente da Câmara, já que o Presidente Rodrigo Maia ficará na interinidade da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, eu queria lhe pedir uma ajuda. Gostaria que V.Exa. me representasse na Casa Civil para liberar emendas de máquinas que já estão trabalhando há 3 meses no Pará. A Caixa Econômica deu autorização para emendas importantes ao desenvolvimento do Pará, e a Casa Civil não paga. O Ministro Antônio Imbassahy, que é do PSDB, não está liberando emendas de alguns Parlamentares.

Hoje o Prefeito de Medicilândia me mandou uma carta, porque a empresa que vendeu uma retroescavadeira no valor de 500 mil reais — eu ajudei a organizar a chegada dessa máquina até lá — agora vai fazer a cobrança do aluguel de 3 meses pelo uso dela, e o Prefeito disse que não pode pagar, e a Casa Civil não libera as emendas. Eu queria pedir a V.Exa. que me representasse, fosse amanhã até ao Ministro Imbassahy para liberar pelo menos...

(Desligamento automático do microfone)

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado Silvio Costa, primeiro vou passar a palavra para o Deputado João Daniel. Depois passarei para V.Exa.

O SR. SILVIO COSTA - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Nós temos que ser justos.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a presença no plenário do nosso Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que exerce o cargo de Presidente da República.

Quero ainda dizer que neste momento 200 famílias enfrentam uma situação de reintegração de posse de uma área negociada, Fazenda Junco, em Macambira, para o Acampamento Chico Mendes.

A Justiça do Trabalho deu ganho de causa para que o INCRA seja o proprietário. Está faltando o INCRA se habilitar e pagar. Essa decisão cabe à Casa Civil e à Presidência do INCRA, em Brasília. São 200 famílias — é uma área nobre. Queremos que essa situação seja resolvida.

Fazemos um apelo, Sr. Presidente, a fim de evitar um conflito. Que paguem a Fazenda Junco e sejam assentadas as 200 famílias do Assentamento Chico Mendes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça um apelo aos Líderes, até porque V.Exa. pode fazer toda a votação nominal de ofício. Faltam cinco destaques. Se V.Exa. demorar 1 hora em cada destaque, serão 5 horas da manhã. São quase 21h30min.

O SR. WEVERTON ROCHA - Destaque de PEC não precisa ter intervalo de 1 hora, Deputado.



O SR. SILVIO COSTA - Eu estou com a palavra. Então, eu queria fazer um apelo a V.Exa., Presidente.

O SR. WEVERTON ROCHA - Está perdendo tempo. Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA - Na verdade, já existe um pré-acordo. Gostaria que V.Exa. pudesse agilizar. Não precisa esperar até 430 no painel, porque todo mundo está aqui. Com 400 Deputados, V.Exa. pode encerrar a votação, porque houve acordo. A não ser que furem o acordo. O que falta votar agora é a janela, que é um acordo também.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de entender o seguinte...

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT não participou do acordo da janela. Nós não vamos apoiar.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, eu não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deixem o Deputado Silvio Costa terminar.

O SR. SILVIO COSTA - Eu quero fazer um apelo a V.Exa. Já que esta Casa fez um acordo, peço que V.Exa. agilize as votações, senão vamos ficar aqui até às 5 horas da manhã.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não entendo certas coisas. Como os que se dizem representantes do povo, irresponsavelmente, sem analisar a prova, sem analisar a denúncia, sem analisar nada, já quer afastar logo o Presidente da República.



Vejam que irresponsabilidade! Se diz Parlamentar, mas nem leu a denúncia, nem viu as provas, e já vem falar um negócio desse.

Eu acho uma vergonha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao colega que falou há pouco ao microfone que no Governo Michel Temer as emendas de todos os Deputados e as Deputadas estão sendo contempladas de acordo com as Prefeituras que as legalizam.

Ninguém autoriza a entregar a máquina antes de receber o dinheiro. A empresa que entregou a máquina deveria primeiro conferir se o dinheiro estava na conta. O banco é a Caixa Econômica Federal. Hoje nós temos um Governo que tem diálogo.

Agora, no Governo Dilma, liberaram os recursos simplesmente para os ônibus da Marcopolo, de Caxias do Sul, e ficaram devendo 288 milhões de reais. Quem pagou essa conta foi o Governo Temer.

(Manifestação no plenário: Vamos acabar a votação, Sr. Presidente! Está na hora, Sr. Presidente!)

O SR. MAURO PEREIRA - Aqueles ônibus entregues para ganhar as eleições foram pagos pelo Governo Temer.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, atenção. Só quero aqui fazer...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado João...

Vou pedir a todos os Parlamentares que, de agora em diante, só falem sobre reforma política.



Peço um pouquinho de paciência para todos.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero reforçar o apelo do Deputado Silvio Costa. Peço que V.Exa. preste atenção, até porque tudo aquilo que está acordado, o que está combinado vai acontecer.

Sr. Presidente, por favor! Sr. Presidente, preste atenção! Apelo a V.Exa. para que se reúna com os Líderes e discutam sobre os cinco destaques que faltam. O que estiver combinado pode ser votado rapidamente. Se houver divergência, vamos para o debate. Naqueles destaques em que há acordo, vamos votar rapidamente, senão, daqui a pouco, o quórum começa a cair. Ele já está em 408, daqui a 1 hora vai passar para 390; daqui a mais 2 horas vai cair a sessão, e vamos perder tudo aquilo que fizemos hoje.

Isso é óbvio! Vamos parar com essa tosa de porco: muito grito e pouca lã.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Encerre a votação, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, sejamos objetivos: vamos encerrar a votação, vamos dar sequência aos trabalhos rapidamente, para que possamos encerrar logo esta sessão.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, eu fiz um pedido de informações no Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado, nós estamos votando a reforma política. Por isso, pediria a V.Exa. que falasse sobre reforma política, igual



estou pedindo a todos os Parlamentares. Estamos aqui votando a reforma política.

Estou sendo muito bondoso com todos.

O SR. WEVERTON ROCHA - Vamos votar, Presidente.

O SR. BOHN GASS - Eu vou atender ao pedido de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. WEVERTON ROCHA - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é reforma política, mas há Presidente de partido comprando aqui Deputado. Nós ficamos com esse sistema nefasto, que é de coligação, e vemos muita coisa acontecendo neste plenário. Aquele pessoal que criticava o distritão está agora comprando voto do PMDB, do C, do B.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã vou falar sobre a denúncia que fiz hoje no Ministério em resposta ao pedido de V.Exa., porque há suspeição de que tenham comprado ambulância para favorecer a base do Governo.

Sobre reforma política, como defendi antes, não estamos tirando a autonomia dos partidos. Enganam-se aqueles que disseram que estamos tirando autonomia. O que nós não queremos é que as direções partidárias não tenham regramento sobre as Comissões Municipais, e há acordos entre as direções partidárias que “vendem” — entre aspas — os acordos nos Municípios.

Se os partidos filiados não tomarem uma decisão democrática, haverá intervenção. Esses dirigentes biônicos são aqueles exatamente que não têm seriedade para tomar decisão partidária. Por isso, defendemos a retirada desse ponto nessa emenda apresentada pela Relatora.



O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro da visita do Secretário da Saúde do Estado do Ceará, Henrique Javi.

Quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que está fazendo à frente da saúde do Ceará. Ele veio aqui com o Ministro e com a Deputada Gorete Pereira, para brigar por recursos para o pleno funcionamento do Hospital de Quixeramobim, no Ceará.

Quero aproveitar também a oportunidade para dar como lidos dois pronunciamentos. O primeiro registra a posse ontem do cearense Valdetário Monteiro, no Conselho Nacional de Justiça. O segundo registra a posse de Albertina Teixeira, reconduzida à presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Sobral.

Quero parabenizar, em nome dela, todas as diretorias daquele sindicato.

Obrigado, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje venho com muita alegria a esta tribuna para homenagear um cearense do qual me orgulho bastante, meu irmão Valdetário Andrade Monteiro.

Nesta data Valdetário foi empossado Conselheiro do CNJ pela Presidente do Conselho Nacional de Justiça e também do Supremo Tribunal Federal — STF, Ministra Cármen Lúcia, representando este ato, um enorme ganho ético, técnico e moral para toda a Justiça de nosso País, e um grande orgulho para todos nós cearenses.



A posse foi prestigiada por várias autoridades nacionais, além da Ministra Cármen Lúcia se fizeram presentes no ato o Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro José Coêlho Ferreira, o Presidente do Congresso nacional, Senador Eunício Oliveira, o Ministro Raul Araújo, representando o Superior Tribunal de Justiça, e o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia.

Valdetário assume no CNJ uma das vagas destinadas à indicação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil na instituição, sendo esta indicação um reconhecimento à grande atuação que desempenhou como representante institucional da Ordem junto ao CNJ.

Senhoras e senhores, Valdetário Monteiro tem reconhecidas e comprovadas credenciais para ter sido indicado a tão relevante posto do nosso sistema jurídico, pois além de ter sido o escolhido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, passou por sabatina no Senado Federal e teve seu nome sancionado pelo Presidente da República para desempenhar esta missão tão relevante.

Como advogado e operador do Direito, Valdetário é professor convidado da Escola Superior da Advocacia do Ceará, professor titular do curso de Direito da Universidade Estácio na disciplina Direito Tributário e Financeiro, é membro da Academia Cearense de Letras Jurídicas e do Instituto dos Advogados do Ceará.

Como atividade de maior relevância perante a classe jurídica, Valdetário foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará, por 2 mandatos, sendo reconhecido como um dos presidentes mais profícuos da entidade.

Entre as realizações mais significativas de suas gestões estão a construção de salas de apoio para os advogados em quase todas as comarcas do Estado,



interiorização da Ordem aumentando as subseções de oito para 15 em todo o Ceará, aumento das comissões temáticas ativas da Ordem e a institucionalização do Centro de Apoio e Defesa do Advogado e da Advocacia cearenses.

Por todas as realizações e conquistas acima narradas, parabenizo este grande causídico pela posse no Conselho Nacional de Justiça, o que enche de orgulho todos os cearenses e mais ainda os cidadãos de Arneiroz, nossa terra natal localizada no Sertão dos Inhamuns.

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse transmitido pelo programa *A Voz do Brasil* e por todos os veículos de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje venho com alegria a esta tribuna para registrar que, no dia 18 de setembro, estive em Sobral, para prestigiar a posse dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares daquele Município.

Foi reconduzida ao cargo minha querida amiga Albertina Teixeira, sindicalista e uma defensora ardorosa do povo do campo, de longa data. Recebeu 2.208 votos contra 264 da candidatura de oposição, o que caracterizou ampla maioria e expressou a vontade e confiança dos votantes. O restante da diretoria é assim composta: Vice-Presidente, Adriana Sousa; Secretário-Geral, João Batista Gonçalves; Secretário de Finanças, Raimundo Carneiro Portela; Secretária de Políticas Sociais e de Terceira Idade, Maria Aparecida Aragão; Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente, João Batista Cruz; e Secretária de Mulheres e Jovens, Renata Costa e Silva.



Prestigiaram a solenidade de posse da diretoria, a Vice-Prefeita de Sobral, Christianne Aguiar, o Deputado Estadual Moisés Braz e a Secretária- Geral da FETRAECE, Erivanda França.

O STRAAF é um sindicato bastante atuante em toda a região Norte do nosso Estado, buscando sempre defender os direitos e interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, referendando assim a grande responsabilidade que assume a partir de agora este novo corpo de gestão da entidade.

A luta em defesa da agricultura familiar é uma das bandeiras mais fortes e atuantes que temos em nosso mandato popular, sendo que nestes temas somos membros efetivos da Frente Parlamentar em Defesa da Educação no Campo, bem como da Frente Parlamentar da Previdência Rural.

Somos incentivadores e entusiastas da educação do campo e da implantação e criação das Escolas Família Agrícola, para as quais inclusive destinamos portentosos recursos por meio de emendas parlamentares.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a FETRAECE — Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado do Ceará, que no dia 19 de setembro completou 54 anos de existência.

Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse transmitido pelo programa *A Voz do Brasil* e por todos os veículos de comunicação da Casa.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputado André.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero só reforçar que o painel está registrando o quórum de 408



Deputados há quase 10 minutos. Quando esta sessão for encerrada definitivamente e for convocada uma nova, haverá o risco de o quórum cair acentuadamente.

Então, faço um apelo a V.Exa. para que encerre esta votação a fim de passarmos logo para o próximo destaque.

O SR. SILVIO COSTA - Vamos encerrar!

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou esperar mais 10 minutos.

O SR. HILDO ROCHA - Ainda faltam 31 Deputados para votar! Vamos aguardar!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio, eu tenho muito respeito por V.Exa. e entendo a reivindicação que está fazendo aos Parlamentares para que falem sobre reforma política. Mas, enquanto a matéria ainda está em processo de deliberação, o Parlamentar pode assumir o microfone para falar sobre o tema que quiser.

Quero aqui dialogar com V.Exa. com tranquilidade. Que não haja aqui restrição ao assunto sobre o qual o Parlamentar porventura queira falar nesse tempo que ele tem à disposição. Que ele possa se manifestar sobre aquilo que ache que deva falar. Digo isso a V.Exa. com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado Glauber.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pode encerrar a votação. Não há grandes polêmicas nesse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu disse que ia esperar 10 minutos. Na hora em que chegar a 8 minutos, eu encerro. Estão faltando 8 minutos.



O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fizemos um acordo. V.Exa. esperou 1 hora e 5 minutos, na primeira votação. Houve uma apelação enorme.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Mas havia polêmica. Neste destaque não há grandes polêmicas.

O SR. HILDO ROCHA - V.Exa. disse que nas próximas votações deveria cumprir o mesmo tempo ou haver a mesma quantidade de Deputados. No primeiro destaque, votaram 440 Parlamentares. A votação demorou 1 hora e 5 minutos. V.Exa. disse há pouco que sempre cumpre a sua palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou cumprir, Deputado. Mas eu tenho que observar o número de Deputados. Foi só V.Exa. que falou comigo isso. Quatrocentos estão falando outra coisa. Eu vou cumprir o que a maioria quiser.

V.Exa. me desculpe, mas eu tenho que observar o que quer a maioria.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, aqui ninguém pode inventar Regimento. V.Exa. espera o tempo que quiser. O problema é que há Deputado cobrando palavra de V.Exa. sem entender nada de Regimento. É o caso do Deputado Hildo.

V.Exa. pode encerrar a votação, se quiser. Não há esse papo de cobrar de V.Exa. que seja dado o mesmo tempo para a votação de todos os destaques. Ninguém tem o direito de lhe cobrar a palavra.

Por favor, encerre a votação, até porque já está na hora! Além disso, o Parlamentar tem o direito sagrado de votar ou não. Muitos podem ter ido embora. É um direito do Parlamentar. Ninguém vai ficar aqui submetido a capricho de Deputado do PMDB que tem problema no seu Estado.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu falei que iria esperar até as 21h40min. Então, nesse horário, eu vou...

O SR. ROBERTO FREIRE - Mantenha essa postura, que está correta. Vamos em frente. Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Muita calma, Deputado Hildo Rocha.

Eu vou seguir o Regimento. Vou seguir o Regimento. Quem quiser me contestar tem todo o direito. Vou aceitar a contestação e vou levar para o órgão responsável. Vou esperar os 4 minutos, como falei. Quero ser correto com V.Exa. e com todo mundo. Vamos esperar mais um pouquinho.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio Ramalho, mais uma vez, eu faço um apelo a V.Exa. para que faça uma avaliação do painel eletrônico, para ver se nós já não temos segurança para encerrar esta votação.

Nós temos mais quatro destaques. Nos próximos dois, inclusive, os partidos vão se posicionar conforme o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Atendendo à maioria, vou encerrar.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 311;

NÃO: 107;

TOTAL: 418.

O TEXTO FOI MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque da expressão “majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais”, contido no § 1º do Art. 17, com redação dada pelo Art. 1º do Substitutivo apresentado à PEC 282/2016.

Sala das Sessões, 4/9/17.

Alice Portugal



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada Alice, há acordo para manter?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Não. Sr. Presidente, este destaque é um destaque mais amplo, que foi feito em um momento ainda de dissenso, e o PCdoB tem clareza de que já está contemplado no destaque que foi votado preliminarmente e apresentado pelo PPS, votado nesse amplo acordo que nos contempla.

Regimentalmente, não há como retirá-lo, mas nós pedimos que votemos “não” ao destaque, porque ele está superado pelo acordo.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Daciolo na última votação votou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada, é “sim” para manter o texto?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Posso colocar “sim” para todo mundo?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Pedimos aos partidos que cumpriram o acordo que sigam na mesma orientação.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é “sim” para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O pessoal concorda?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Concorda, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Posso colocar “sim” para todo mundo?

(Manifestação no plenário: “Sim” para todo mundo, Presidente!)

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos botar o “sim” para todo mundo, por autorização da autora do requerimento.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim” para todo mundo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Base aliada é “sim”.

A SRA. SHÉRIDAN - Presidente, esta votação...

(Manifestação no plenário: Vamos votar!)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Aí são os Líderes. V.Exa. é Líder? São os Líderes que determinam.

Como vota o Líder Baleia Rossi, do PMDB?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - “Sim”, então, votou o Líder do PMDB.

(Manifestação no plenário: “Sim” para todo mundo!)

A SRA. SHÉRIDAN - Deputados, atenção. Presidente, peço que me dê a palavra!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Vamos votar!



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O painel está aberto.



A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esta votação confirma o fim das coligações para 2020. Então, atencem à orientação. Houve um acordo, e a votação agora confirma o que foi...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada Shéridan...

A SRA. SHÉRIDAN - ... 2020. Então, é muito importante V.Exas. votarem com atenção.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, só reafirmando o que falou a Deputada Shéridan, esse era um destaque supressivo das vedações. Mas como nós fizemos o acordo e todos votaram a transição terminando em 2020 e mantendo apenas 2018, o próprio PCdoB propõe derrotar o seu destaque.

Então, somos pela manutenção do acordo. A própria autora, que é a bancada do PCdoB, pede a derrota do seu próprio destaque.

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, a bancada do PDT está toda convocada a vir ao plenário.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Põe "liberado" para a REDE.

O SR. WEVERTON ROCHA - Vamos manter o acordo, votando "sim", e já passar para o próximo destaque. Todo mundo vai votar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Todo mundo, não. A REDE não participou de acordo algum.

O SR. WEVERTON ROCHA - Eu chamei o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bom, Deputado Miro. V.Exa. tem toda a razão.



O SR. MIRO TEIXEIRA - É “liberado” para a REDE, só isso. Eu votei “não”, inclusive, porque eu votei “não” à emenda anterior, que foi destacada.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bom. O.k.

Eu pediria a V.Exas. que mantenham a calma. Nós vamos conseguir votar. Eu acho que esse é um dever nosso.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vai demorando, e os Deputados estão indo embora. Muita gente já está saindo.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vai ter efeito administrativo. Eu fui bem claro e não vou abri mão.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Estão indo embora.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Cada votação será descontada no contracheque dos Deputados.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Ficam enrolando, enrolando...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou deixar bem claro isso. Efeito administrativo é efeito administrativo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Tudo bem, mas uns 20 já saíram ali, foram embora.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Quem foi embora, e não foi por doença ou por algum outro motivo, sofrerá o efeito administrativo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Doa a quem doer. Ontem eu consolidei pela presença.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Mas não vai dar quórum.



O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente Fábio, quero parabenizar V.Exa. pela condução, que está sendo muito
boa.

Mas eu gostaria de convidar a população brasileira a uma reflexão. Qual é a
reforma eleitoral que está sendo feita aqui hoje? Qual? Coligação continua valendo,
é o que vale hoje em dia. Fim de coligação: a partir de 2020 para Vereadores; para
Deputados, 2022.

Até lá pode haver outra interpretação. Não está tendo reforma eleitoral, Sr.
Presidente. Cláusula de barreira só vai ter efeito em 2030, Sr. Presidente!

Vamos deixar de iludir a população brasileira com mais um remendo para
fugir do STF. Não existe reforma eleitoral sendo feita. Vamos parar de ser hipócritas.
Isso não existe! A partir de 2020, fim de coligação; em 2022 valeria para Deputado
Federal. Por favor!

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É
isso que está sendo aprovado pela maioria. Isso é democrático.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Lembro que esse é o destaque da coligação em 2020.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - Sr. Presidente, quero alertar que temos ainda 4 destaques. Depois, será
necessário, para concluir a votação, quebrar o interstício para votar o segundo turno.

Nós precisamos dar tempo ao Senado Federal, na próxima semana, para que
ele reafirme. Ele ainda tem que votar, porque essa emenda veio do Senado e nós a
modificamos aqui.



Para que se conclua o esforço de votação desta PEC 282, ainda precisamos ter um acordo de quebra de interstício, votar o segundo turno na noite de hoje para que ela siga para o Senado.

É importante manter o quórum no plenário até mais tarde. Por isso é preciso dar celeridade à votação dos destaques.

Faço o pedido para que o pessoal se mantenha em plenário para que haja a conclusão dos trabalhos.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Aliel Machado, como Líder.

O SR. ALIEL MACHADO (REDE-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna hoje para falar sobre uma notícia que não é para se comemorar e que requer uma atuação desta Casa.

O Supremo Tribunal Federal, já com maioria consolidada, determinou que a denúncia contra o Sr. Presidente da República Michel Temer retorne a esta Casa.

Espanta-me a quantidade de motivos, argumentos, que alguns Deputados têm para defendê-lo mesmo antes de a denúncia chegar a esta Casa. Inclusive, alguns são conhecedores da legislação, ou pelo menos deveriam sê-lo.

Pois bem, a Câmara não julga o Sr. Presidente da República nem o afasta. Ela autoriza o Supremo Tribunal Federal a fazer o primeiro juízo de admissibilidade. E, havendo indícios gravíssimos, serão julgados pela Justiça, porque a Câmara não julga crime comum. O Sr. Michel Temer está sendo acusado de crime comum, praticado por uma quadrilha que assalta este País.

Por isso, a Câmara não pode se omitir e travar a Justiça. É uma nova oportunidade que nós temos de entregá-la à população, recuperar o prestígio ou pelo menos mostrar, neste momento de crise, que não estamos alinhados com essa quadrilha, que foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República.

Mas eu também quero falar aqui sobre a reforma política. Nós discutimos o sistema eleitoral. Muitos são a favor e muitos são contra. Uns encontraram uma maneira e outros, outra. Mas, no fundo, infelizmente, a grande maioria está pensando na sua reeleição. De acordo com o seu partido, com a votação na eleição



anterior, eles se posicionaram. É lógico que esta Casa não iria fazer mudanças, porque foi o atual sistema que a elegeu.

Eu sou favorável pessoalmente — aí não é o partido — ao sistema distrital misto. Nós deveríamos ter avançado nesse sentido. Porém, esta Casa não avançou.

Mas eu quero a chamar atenção, porque o Senado Federal apresentou hoje uma proposta absurda, que precisa ser denunciada à população. O cerne do debate político está no financiamento. Esta Casa precisa avançar para proibir campanhas milionárias, porque, através do dinheiro e do interesse econômico, predomina a corrupção e a vergonha que esta Casa, o Congresso, o sistema político fez ao longo das últimas décadas. Sempre o interesse financeiro se sobrepõe ao interesse coletivo da população.

Precisamos travar, proibir que gastos milionários individuais de empresários que têm outros interesses quando entram na política predominem sobre o atual sistema. Precisamos colocar limites de gastos, de doações, mesmo que individuais, para que não ocorram esses absurdos milionários.

E o Senado Federal, buscando uma fórmula de financiamento, quer autorizar a utilização de bingos e sorteios pelos partidos políticos. O que é isso? Que cinismo é este? Esta é a maior autorização para lavagem de dinheiro da história deste País!

Num momento em que se desnudam investigações, em que se apreendem malas de dinheiro, em que temos um Presidente — pela segunda vez na história — denunciado pelo cometimento de crime comum, nós vamos abrir essa brecha e essa possibilidade!

Já fica registrado aqui o repúdio do nosso partido, que é contrário a essa legislação que o Senado está tentando implementar para autorizar bingo, para



autorizar sorteio, como se partido fosse um negócio, para fazer essa lavagem de dinheiro espúria, vergonhosa, que nós não aceitaremos!

E chamo a atenção dos bons Parlamentares — eu sei que existe muita coisa aqui que não presta, mas existe muita gente séria. Nós precisamos aprovar o fim do financiamento individual milionário! Isso é reforma política! Nós precisamos aprovar o limite de doações para que o interesse empresarial não prevaleça sobre o interesse coletivo do nosso povo!

Essa autorização, essa legislação, sim, é que precisa ser mudada! Não esta de agora, que é apenas uma mudança eleitoral que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Aliel Machado, o Sr. Fábio Ramalho, Presidente em exercício, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Celso Pansera, por 1 minuto.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar a luta do Sindicato dos Bancários da Baixada Fluminense em defesa dos bancos públicos. Hoje, quarta-feira, eles fizeram um ato em Nova Iguaçu contra o fechamento da agência Passarela, da Caixa Econômica Federal, uma agência que é superavitária, com mais de 6 mil clientes, 13 servidores concursados e 8 terceirizados.

Nós somos solidários à luta do Sindicato dos Bancários da Baixada Fluminense contra o fechamento da Caixa Econômica Federal, agência Passarela, em Nova Iguaçu.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor. Estamos observando que todo mundo concordou. É unânime a decisão. Quando há acordo de todos, não há razão para esperar. Não precisa ser de ofício. Agora, o fato é que nós podemos ser mais rápidos. Pelo que me parece, daqui a pouco vai cair o quórum.

Vamos acelerar isso. Vamos ser mais rápidos.

Quem estiver nos gabinetes que venha votar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

O SR. CARLOS ANDRADE (PHS-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Carlos Andrade votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, existe uma fórmula para andar rápido: todo mundo votar. Se todo mundo votar, vai ser rápido. Agora, com um



quórum de menos de 350 Deputados eu não vou correr o risco. Esse é um critério seu, o meu é outro.

Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, por 1 minuto.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho apelar aos Deputados para virem votar. Este destaque foi feito por nós no período do dissenso. Nós fizemos um acordo, votamos, e foi aprovado o destaque do PPS. E se este destaque não alcança o quórum, é óbvio que isso anula outras votações.

Então, nós pedimos, a bem do acordo, que todos os partidos que, com todo o afinco, garantiram o acordo em torno do destaque do PPS venham votar, chamem seus membros para votar, para que possamos encerrar este primeiro turno da PEC 282 e votar rapidamente a quebra do interstício, para votarmos o segundo turno.

Essa é a ordem natural para que possamos sair daqui com um resultado satisfatório.

O SR. NILSON LEITÃO - Encerra!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado, não é assim que a banda toca, não. V.Exa. sabe quantos Deputados votaram contra o fim das coligações em 2020? Foram 87 Deputados. Se esses 87 Deputados votarem também, nós vamos perder esta votação. Então, a Mesa tem que ter responsabilidade. Não é assim, não.

Tem a palavra o Deputado Cabo Sabino, por 1 minuto.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como coordenador da bancada do Ceará e em nome dessa bancada, eu quero parabenizar a Desembargadora Iracema do Vale, a cearense, que hoje teve o



seu nome aprovado no Senado para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 60 votos favoráveis.

Ela é uma mulher digna, que neste momento faz jus ao Judiciário cearense, uma mulher guerreira, aguerrida, forte, que teve uma longa história, que tem uma conduta ilibada. Ao longo da sua vida tem tido grandes vitórias.

Neste momento eu quero aqui, em nome da bancada cearense, parabenizá-la e parabenizar o povo cearense, que traz a Brasília e ao CNJ um grande quadro do Judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Cabo Sabino, pelas palavras.

Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. pediu a palavra por 1 minuto? Eu não ouvi.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Prefiro falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Zarattini.

Passo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, por 1 minuto.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me posicionar contra a privatização dos Correios, uma empresa de mais de 350 anos, com mais de 100 mil funcionários. Hoje a imprensa, por alguma informação encaminhada lá do Palácio do Planalto, disse que o Governo vai privatizar os Correios. Eu sou contra e me posicionei.

O que eu defendo é o restabelecimento do Banco Postal em todos os Municípios do Brasil. Os Correios têm 6.045 bancos postais. No meu Estado, são 180 bancos postais. No Piauí, há 120 Municípios que não têm nenhuma agência de



banco. Então, Sr. Presidente, eu luto para ser mantido o Banco Postal e para que os Correios continuem como estão, que não sejam privatizados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Júlio Cesar.

O SR. LUCIANO BIVAR (Bloco/PSL-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luciano Bivar votou com o partido nas duas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Chico Lopes, por 1 minuto.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero comunicar esta Casa que, hoje pela manhã, a Ordem dos Advogados do Brasil votou moção no sentido de defender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios no Ceará, bem como as distribuidoras de energia do País.

A OAB é contra e vai entrar com uma ação, vai lutar para que não seja privatizado o bem público, gerado pelos impostos do povo, pelo trabalho do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, por 1 minuto.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. está correto na prudência para encerrar a votação. Eu queria apenas lembrar a V.Exa. que nós estamos chegando perto do quórum de 370 Deputados.



Daqueles que votaram na matéria anterior, a maioria votou porque queria acabar com as coligações em 2018. A tendência agora é de todos os votos serem a favor. Então, para não baixar o quórum, talvez poderíamos encerrar com 370 Deputados. Mas a ponderação de V.Exa., claro, é correta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. votou a favor?

O SR. DANIEL COELHO - Votei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de registrar aqui um trabalho que estamos fazendo junto com os demais colegas da Subcomissão do Leite.

Enquanto acompanhamos essa importante votação da reforma política, queremos registrar o trabalho que estamos fazendo na luta em defesa dos produtores de leite de todo o Brasil.

Nós vivemos um momento gravíssimo na pecuária leiteira. Um produtor de leite chega a receber 70 centavos por um litro de leite, que custa o dobro disso para ser produzido.

Uma das razões para esse fato é a importação predatória, importação desordenada de leite em pó do Uruguai, sem nenhum controle, inclusive, na nossa opinião, sem o devido controle sanitário.

Estive no Ministério da Agricultura. Na semana que vem, vamos ao MDIC para controlar, para combater essa importação predatória, apoiando o produtor de leite.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado Jones Martins.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje, neste 20 de setembro, em que nós comemoramos, no Rio Grande do Sul, o Dia do Gaúcho, lá na minha cidade de Gravataí também foi um dia muito importante.

O Prefeito do Município, Marco Alba, hoje à tarde entregou as chaves de 99 habitações. Noventa e nove famílias passarão a ter uma vida mais digna, a morar em um lugar mais decente, saindo de um lugar perigoso, para residir em uma habitação própria construída pela Prefeitura de Gravataí.

Então, eu quero daqui, Sr. Presidente, neste momento de festejo lá na nossa cidade, cumprimentar o Prefeito e toda a administração municipal, que implementaram esse projeto e estão dando dias melhores a essas famílias.

A Prefeitura de Gravataí, com isso, inaugura um momento importante da sua gestão. Depois de colocar em dia as contas, a nossa Prefeitura, sob a gestão do nosso Prefeito Marcos Alba, começa a devolver a cidade para aqueles que mais precisam.

Muito obrigado.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com muita alegria, nós aprovamos hoje, na Comissão de Agricultura, por unanimidade, um requerimento de audiência pública para fazermos o 1º Encontro Nacional da Agricultura Indígena.

Nós vamos trazer lideranças indígenas para Brasília, a fim de debater a produção nas áreas indígenas pelos índios. Vamos debater o direito de eles



explorarem suas terras e também o minério. Muitas aldeias indígenas estão em cima de jazidas — da esmeralda, do ouro, da prata. Muita gente está enriquecendo com isso, menos o índio.

Então, nesse Encontro Nacional da Agricultura Indígena, que ocorrerá no mês de outubro, num evento promovido pela Comissão de Agricultura desta Casa e pela Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, vamos debater esse tema com todas as lideranças indígenas do Brasil, com as universidades, com a EMBRAPA, com as organizações sociais e com os Deputados de todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu gostaria de pedir aos nobres Deputados que estão nos gabinetes que venham ao plenário, pois estamos querendo encerrar a votação.

Na outra votação, o quórum foi a 430. Queremos que chegue a 400. Ajudem-no a tocar rápido. Estamos precisando de V.Exas. Temos que votar! V.Exas. têm que registrar presença. O quórum está diminuindo. Nós não podemos ser irresponsáveis. Eu não vou assumir a responsabilidade, não! Precisamos de 400 Parlamentares aqui, para encerrar a votação — faltam 25. Então, vamos ajudar. Vamos votar! Quem não votou venha votar.

Peço às assessorias que liguem para os Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho centenas de colegas educadores que trabalham num belíssimo programa. No Estado do Pará, onde muitos Municípios não têm prédios escolares, em 1980, ainda no regime militar, surgiu uma ideia boa. Criou-se o SOME — Sistema de Organização Modular de



Ensino, que garante educação por rodízio de professores altamente capacitados. Infelizmente, o programa sofre um golpe agora com a criação do SEI — Sistema Educacional Interativo.

Em regiões, em ilhas, onde sequer chega sinal de Internet, o Governador quer criar outro sistema e retirar os professores, pondo fim, portanto, à educação presencial, com prejuízo enorme à qualidade da educação, às famílias, aos adolescentes e à categoria de trabalhadores em educação.

Viva o SOME! Vamos resistir a esse golpe. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Edmilson Rodrigues.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não faz muito tempo, denunciei em plenário o desmonte do Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME pelo Governo do Estado do Pará.

Trata-se de um sistema que, desde 1980, atua no Estado contribuindo para a formação de jovens na educação básica. Na época, a proposta do Governo era a de implementar o Projeto Mundial, alvo de protesto de muitos professores, alunos e pais de alunos. Agora, a proposta de desmonte mudou de nome, mas continua a ameaçar a educação paraense.

De acordo com denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará — SINTEPP, a partir de informações da própria Secretaria de Educação do Pará — SEDUC, o Sistema Educacional Interativo —



SEI começará a ser implementado a partir de 2018, de forma gradativa, em 128 localidades rurais ou ribeirinhas.

Esse sistema terá um investimento de R\$ 15 milhões e contará com um grupo de professores que, de Belém, irão transmitir as aulas por tecnologia digital às comunidades de difícil acesso, que terão apenas um professor presencial para atuar como facilitador.

O problema de uma educação desse tipo é a de que não estamos falando de estudantes adultos, como ocorre na graduação à distância. São alunos do Ensino Médio, em processo de formação cidadã, motivo pelo qual se torna fundamental a presença física de professores qualificados para auxiliar nessa construção humana, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para a vida em sociedade, sendo referência a esses jovens que vivem em condições precárias, de pouco acesso à informação e que dedicam um esforço diário para conseguir estudar.

Ora, o que o Governo Simão Jatene quer é economizar à custa da precarização do ensino básico, eximindo-se de responsabilidades e compromissos que já deveria ter cumprido, como o de construção de escolas de Ensino Médio nessas localidades, a garantia de condições dignas de trabalho aos professores e professoras, a exemplo do piso salarial, que não é respeitado, e a segurança pública nas escolas, que é negligenciada.

Ao desmontar o SOMA para implementar o SEI, o Governo desconsidera a realidade vivida pelos alunos dessas comunidades. Para se ter uma ideia, desde o ano passado foi imposto que os estudantes se deslocassem de uma comunidade à outra para assistir às aulas, sem levar em conta a dificuldade que isso representa para eles. Nessas comunidades o transporte, na maioria das vezes, é pelo rio e



depende de condições ambientais e climáticas e ainda oferece riscos à vida desses jovens.

Com essa proposta do SEI, além do deslocamento prejudicial à segurança e ao estímulo para estudar, os alunos ainda terão que interagir com uma máquina, em um sistema de ensino completamente impessoal; isso se não houver impedimento ou dificuldade de acesso à tecnologia digital, considerando que nessas comunidades a estrutura ainda é bastante precária.

O certo seria — e é isto o que defendem professores, alunos e pais de alunos — que esse investimento de R\$ 15 milhões fosse para dar suporte pedagógico à docência realizada pelo SOME e não para substituí-lo sem qualquer garantia de melhoria na qualidade de ensino. A figura física, presencial, do professor continua a ser fundamental para a formação básica, mesmo diante de todos os avanços da tecnologia. Não é admissível substituir o face a face, o ensino personalizado, em prol de um sistema que tem pouca efetividade na educação, ainda mais considerando uma realidade peculiar como a da Amazônia. O SEI é algo muito mais midiático do Governo do que uma proposta comprometida com a qualidade de ensino, é mais um ataque à educação proposto por esse Governo.

A partir de amanhã os professores do ensino estadual entrarão em greve para exigir o cumprimento das obrigações do Governo. Até hoje, o piso salarial não está sendo pago, mesmo após determinação judicial. Os professores e professoras estão trabalhando em condições precárias, sem estrutura, sem segurança, sem o mínimo necessário para um serviço de qualidade.

Entre as pautas está também o investimento no SOME, e não a sua substituição, enquanto o Governo não cumpre com a obrigação de oferecer escolas



regulares às comunidades de difícil acesso no Pará. Este Governo já ultrapassou todos os limites de descaso com a educação pública.

Vamos à luta para fazer valer nossos direitos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realizamos hoje na Comissão de Educação uma reunião ampla, com a presença de diversos Parlamentares, de Reitores de institutos federais e do Presidente da CONFENEN — Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Discutimos a situação financeira dos institutos federais, que lamentavelmente estão com obras paralisadas e com o custeio ainda não garantido até o final do ano. Eles precisam da atenção deste Parlamento.

Os institutos federais têm papel importante no desenvolvimento educacional do Brasil, na profissionalização deste País. É importante darmos a devida atenção para que o orçamento lhes seja garantido, não só para este ano, mas também para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

Depois falará o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã, dia 21 de setembro, nós comemoramos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, apresentamos um pronunciamento que fala sobre a situação e as lutas das pessoas com deficiência.



Peço a V.Exa. que seja dada a devida publicidade ao pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a celebração do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, em 21 de setembro, lança luzes sobre assunto de relevância indiscutível, pois diz respeito à dura realidade de milhões de cidadãos e cidadãs com deficiências dos mais diversos tipos.

A despeito das inovações asseguradas no texto constitucional e na legislação daí decorrente, as pessoas com deficiência, bem como seus núcleos familiares, ainda deparam com barreiras de toda ordem, obstáculos que impedem a melhoria na qualidade de vida; o acesso à educação, ao lazer e ao trabalho; a assistência à saúde nos variados níveis e campos requeridos.

Conforme dados apresentados no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE de 2010, o Brasil conta 24,5 milhões de pessoas com deficiência, sendo que mais de 11 milhões são homens e mais de 13 milhões são mulheres.

Embora mais da metade do montante se encontre em idade escolar, apenas 13% estão matriculados. Quanto ao quesito trabalho, dos 9 milhões contados na faixa etária adequada, somente 11% desempenham alguma atividade remunerada.

Eis alguns números que revelam a dificuldade de colocação da pessoa com deficiência. O discurso de inclusão que tem ocupado o cenário e a agenda nacionais



é relativamente recente se considerarmos que não nos referimos a estatísticas, mas a pessoas.

Muitas vezes, os impedimentos se mostram explícitos, como edificações sem previsão de acessibilidade, veículos de transporte despreparados para receber cadeiras de rodas, muletas ou qualquer outro acessório que viabilize a locomoção.

Outras vezes, os impedimentos não ganham contornos físicos, mas se disfarçam, por exemplo, na indiferença da sociedade e dos governos, no desrespeito às normas e previsões legais, na equivocada expectativa de igualdade entre os desiguais.

Como proteger, preservar e proclamar a dignidade de cada cidadão brasileiro, com ou sem deficiência? Como abrigar sob o teto da inclusão social e da ampla participação em sociedade pessoas com limitações de toda e qualquer ordem?

Sras. e Srs. Deputados, é mais que tempo para que políticas públicas sejam elaboradas não como um projeto homogêneo, cujos resultados podem ser aferidos por tabelas de amostragem. Nós estamos falando de pessoas, sonhos, projetos, angústias, decepções, diagnósticos duros, preconceitos, rejeições, falta de empatia, solidariedade, cuidado e respeito pelo outro, desconhecimento; enfim de uma verdadeira montanha-russa de conceitos e sentimentos, de expectativa *versus* realidade.

Que neste 21 de setembro paremos todos para refletir sobre o que é possuir algum tipo de deficiência em um País que ainda patina na assistência aos seus cidadãos. Que no dia 21 de setembro cada pessoa com deficiência deste imenso Brasil seja abraçada por todos nós, povo hospitaleiro, festivo, trabalhador e compassivo.



Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no dia 19 de setembro, o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais completou 106 anos.

O Instituto é resultado de um ideal de sete sargentos, que, em 1903, tiveram a ousadia de pensar em proteger as viúvas dos policiais e bombeiros militares. Durante muitos anos, ele teve autossustentação, contava somente com a participação dos policiais e bombeiros. Depois, dentro das reformas, dos avanços, foi incorporado como autarquia do Estado de Minas Gerais vinculada à Polícia Militar.

Talvez esse seja o instituto de previdência mais antigo e mais bem administrado do Brasil. Ele cuida das pensionistas e faz a gestão da saúde dos policiais e bombeiros militares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo 1 minuto ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar a ida do Governador Rui Costa ao Município de Sento-Sé, onde fez importantes anúncios, como o da estrada ligando Sento-Sé a Juazeiro e o de um conjunto de investimentos na agricultura familiar.

Estavam presentes os Secretários Marcus Cavalcanti e Jerônimo Rodrigues. Saúdo e parablenzo pela iniciativa o Governo Rui Costa, a Prefeita Ana Passos, o ex-Prefeito e os Secretários do PT, que compõem o Governo.



Sento-Sé tem muito a ganhar com essa parceria da Prefeita Ana Passos e do Governador Rui Costa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

(Pausa.)

Esta Presidência vai esperar 7 minutos. Às 22h10min, nós vamos encerrar.

Concedo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo, por 1 minuto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós aprovamos, na Comissão de Agricultura, requerimento de convocação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE. O requerimento foi protocolado pelo Deputado Mário Heringer e assinado por todos os membros da Comissão.

O CADE tem sido muito irresponsável no tratamento de autorizações para fusões e incorporações de empresas brasileiras. No ramo de fertilizantes agrícolas, o Conselho acaba de cometer um grande crime contra a produção brasileira de fertilizantes ao concentrar o fornecimento de matéria-prima e o misturador em uma única grande empresa. Isso vai aumentar os custos e prejudicar o agronegócio brasileiro.

Além disso, no Espírito Santo, o CADE, que está querendo autorizar a aquisição de uma grande empresa de alimentos por uma multinacional, também recomenda a venda de máquinas comerciais. Essas máquinas comerciais são o símbolo da história do povo capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Evair Vieira de Melo.



Concedo a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um convite a todos e principalmente aos Parlamentares de Minas Gerais.

Amanhã, às 10 horas, realizaremos uma sessão solene neste plenário em homenagem aos 65 anos da Rede Itatiaia de Rádio, a *Rádio Itatiaia*, a rádio de Minas.

O convite é dirigido a todos os Deputados e Deputadas. Àqueles que são de Minas Gerais, peço que nos deem a alegria de comparecer amanhã, às 10 horas, neste plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, quero reafirmar o nosso apoio à greve dos trabalhadores dos Correios. Somos radicalmente contrários à privatização dos Correios e ao desmonte, que já está acontecendo, das várias agências do Banco Postal.

Também manifesto preocupação com notícia que saiu hoje na imprensa no sentido de que o Governo Michel Temer pensa em acabar com o Programa Cisternas.

Esse programa começou com a Igreja Católica, através da Ação Social Arquidiocesana — ASA. É um programa vitorioso. No Governo Lula e Dilma nós construímos 1 milhão de cisternas no Brasil. O Nordeste e o Semiárido passam, pelo terceiro ano, por uma seca muito violenta. E essa seca só não é mais dramática



graças às ações do Programa Bolsa Família, à construção de cisternas e aguadas, aos açudes e ao sistema simplificado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar para fazer o registro de que nós estivemos, na última segunda-feira, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, para participar da abertura do 17º Congresso Brasileiro de Mineração, patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Mineração — IBRAM.

Nós participamos, junto com diversos Deputados Federais de Minas Gerais, desse importante encontro, que é realizado um ano em Minas e outro no Pará. Nesse evento, fala-se de toda a área da mineração, de toda a tecnologia que está presente na mineração hoje.

Foi um prazer participar do evento com o Presidente Walter, que nos convidou, acompanhado do Presidente do Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará — SIMINERAL, José Fernando Gomes Júnior. Foi um prazer estar naquela bela cidade, na bela BH.

Espero que possamos fazer da mineração, com novas tecnologias, com novo conhecimento, uma mineração com responsabilidade social e ambiental, a fim de desenvolver cada vez mais o nosso Estado. O Pará é Estado do futuro da mineração.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Fábio Ramalho, 1º Vice-Presidente.*

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vou encerrar a votação. Alguém mais quer votar?



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 371;

NÃO: 11;

ABSTENÇÃO: 1.

MANTIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Encontra-se sobre a mesa o Requerimento de Destaque nº 3.

Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do § 3º (caput e incisos), do art. 17 da Constituição Federal, constante no art. 1º do substitutivo adotado pela Comissão Especial da PEC 282/2016 e, por decorrência, o art. 2º do substitutivo (regra de transição para o dispositivo destacado).

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Delegado Francischini votou com o partido na última votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Reforma sem povo não cria nada de novo. Isso vale para qualquer mudança estrutural ou institucional que se pretenda fazer em qualquer sociedade que se queira entender democrática e republicana.

O povo, a sociedade brasileira, na sua quase totalidade, olha para tudo o que discutimos aqui em relação a esta matéria de mudança na legislação político-eleitoral como os tropeiros de Guimarães Rosa em relação ao seu próprio destino, olhando de banda, olhando atravessado e desconfiado.

Por quê? Porque sabe que nós do Congresso Nacional temos, já faz tempo, um péssimo hábito. Nós ficamos muito interessados em olhar para o próprio espelho, em nos olharmos, e pouco voltados para a janela do mundo, da sociedade, do povo, para a planície, como, por exemplo, esta ressecada aqui do Planalto Central — em Brasília, há 120 dias não cai uma gota d'água. *(Pausa.)*

O Deputado Beto Mansur está me lembrando aqui de que hoje choveu, o que confirma que, quando entramos aqui, nós mal percebemos o que acontece no mundo. Acho que o nosso Niemeyer queria que tivéssemos vocação para ser um pouco tatus, enfiados em buracos, onde o dia não aparece. Que bom que choveu! Quiséramos nós que chovesse aqui nestas discussões da reforma política, a qual, justamente por essa aridez, não é uma verdadeira reforma política.



Mas vamos ao grão do nosso destaque. Nós estamos com a visão do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, o reconhecido jurista Ayres Britto, que disse, em 2006, quando o Supremo derrubou essa cláusula de barreira, que a cláusula de barreira era uma “cláusula de caveira”, que impedia que o pequeno se tornasse grande, restringindo o direito deles não só de existir, mas de crescer.

Todos sabem, por exemplo, que o PT já teve uma bancada de cinco Deputados nesta Casa e, na dinâmica das lutas sociais, com as quais ele era bastante comprometido, foi crescendo na institucionalidade. Isso é virtuoso. O PSDB começou volumoso porque veio de uma dissidência do PMDB.

Mas, na democracia boa e saudável, os partidos têm que ter assegurado o seu direito de crescer. Ninguém está dizendo que, por exemplo, todos os partidos têm que ter exatamente o mesmo tempo de TV e rádio — embora, numa reconfiguração do sistema político, que está colapsado, numa reconfiguração do quadro partidário, que está derretido, é claro que deveríamos, numa perspectiva de estabelecermos uma Assembleia Constituinte para fazer a reforma política, oferecer igualdade de condições para aquelas forças que tivessem o que dizer, que se alimentassem de debates com a sociedade e tivessem o que propor. A lei de iniciativa popular da reforma política democrática, que está engavetada aqui nesta Casa, foi uma iniciativa liderada pela OAB e pelo CNBB e teve mais de 100 entidades populares como proponentes.

Portanto, quando nós combatemos aqui essa “cláusula de caveira” é porque entendemos que o fim das coligações nas proporcionais — e queríamos que isso vigorasse já agora em 2018 — decanta o quadro político.



Agora, decidirmos aqui, como tudo indica que vamos fazer, que partidos de conteúdo ideológico e programático, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados — PSTU, como o Partido Comunista Brasileiro, de tanta tradição, como o Partido da Causa Operária, e, eventualmente, outros que estiverem se formando com esse escopo, não podem existir...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Desculpe-me, Deputado Chico Alencar. Pode concluir.

O SR. CHICO ALENCAR - Ninguém está tentando obstruir, não. Só quero concluir a frase.

Nós defendemos que esses partidos que citei aqui e todos os de conteúdo programático-ideológico possam crescer. Os partidos nanicos, no sentido de não terem conteúdo, de serem partidos do toma-lá-dá-cá, da corrupção estrutural, não podem ser alimentados pelos grandes que sofram de nanismo moral.

Portanto, nós queremos que o fim das coligações seja o verdadeiro filtro para a vida partidária brasileira — daí o nosso destaque.

O SR. MOSES RODRIGUES (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Moses Rodrigues votou com o partido na votação anterior, do Requerimento de Destaque nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Assis Melo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.



O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Vou falar muito rapidamente, porque o Plenário está cansado.

Só quero recolocar que o PSOL tem todos os méritos, foi coerente na questão do fim das coligações e, como pequeno partido, votou a favor do fim da coligação. Entretanto, a transformação, a qual eu também era a favor, não foi possível na atual correlação de forças.

Quanto à cláusula de desempenho, primeiro, quero dizer que existe cláusula de barreira — não de desempenho — nas mais avançadas democracias do mundo. Na Alemanha, por exemplo, a cláusula determina um mínimo de 5%, e o partido não vai para o Parlamento se não conseguir esse índice.

E é a sociedade que determina isso. Não temos que brigar contra o número de partidos. Podem existir centenas de partidos como organização da sociedade civil, mas o problema é a dispersão da representação parlamentar.

O grande cientista político carioca Jairo Nicolau tem dois pequenos livros que mostram que o Brasil é campeão mundial de dispersão de representação partidária. Das quatro eleições com maior dispersão, entre as 1.165 eleições estudadas do século XX e do início do século XXI, o Brasil teve a eleição que ficou em primeiro lugar, a de 2014. O segundo lugar é a eleição, na Polônia, do ex-Presidente Lech Walesa. O terceiro e quartos lugares voltam a ser eleições no Brasil, a de 2010 a de 2006, respectivamente.

Há alguma coisa errada. O problema é a qualidade da governabilidade. No presidencialismo de cooptação, o dano que se recebe acaba surgindo pela inconsistência da estrutura partidária em termos de organização da hegemonia.



Por isso, não é nada demais a cláusula de desempenho. O partido não terá representação partidária formal dentro do Parlamento, mas o Deputado não deixará de vir para cá. Ele não terá acesso ao fundo partidário e ao tempo de TV, mas terá representação política. E o índice é de 1,5%. O Deputado Chico Alencar, do PSOL, é campeão de votos. Os Deputados Jean Wyllys e Edmilson Rodrigues são bons de voto.

Então, a cláusula de desempenho é muito razoável. Um país com 30 partidos dentro do Parlamento é ingovernável, e é isso que acontecerá no Brasil se não houver cláusula de desempenho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina para falar a favor da matéria. *(Pausa.)*

Deputado Davidson Magalhães...

O SR. BALEIA ROSSI - A Deputada Luiza Erundina está na tribuna, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Desculpe-me, Deputada.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, precisamos ser claros e honestos.

Não se trata de uma cláusula de desempenho, mas de uma cláusula de barreira. O que se quer com essa medida? Quer-se barrar, alijar, tirar do cenário político aquelas legendas, aqueles partidos que têm identidade ideológica, identidade política, identidade programática e que já são barrados e excluídos pelas próprias regras vigentes no atual sistema.



Nós queremos retirar do texto essa medida autoritária, excludente, antidemocrática, que atinge exatamente aqueles partidos que têm uma história, que têm uma origem, que têm um currículo de luta em defesa da democracia brasileira, que têm princípios! A existência desses partidos certamente não interessa aos grandes partidos. Daí é preciso alijar, barrar, tirar do mapa os partidos menores, que não são pequenos: eles simplesmente não cresceram ainda, devido aos próprios limites e barreiras impostos inclusive pelo atual sistema.

Por exemplo, o coeficiente eleitoral já é uma cláusula de barreira. Um candidato precisa conseguir no mínimo 10% de votos para poder se eleger em nove Estados. Isso é uma enorme cláusula de barreira.

E há outras tantas, Sr. Presidente. A distribuição dos recursos do Fundo Partidário, por exemplo, é desequilibrada. Quanto ao tempo de TV e de rádio, dispomos de apenas 10 segundos, quando outros têm 10 ou mais minutos para se utilizarem de um meio que é fundamental para que se possa comunicar com uma sociedade enorme, um País continental, com uma diversidade social fantástica.

Uma sociedade complexa como a nossa não pode ser representada por meia dúzia de partidos, porque o pluralismo partidário já pressupõe a possibilidade da diversidade de segmentos sociais. Numa sociedade de classes como a nossa, o povo precisa ter opções de escolha de uma legenda para representá-lo, tendo como bases dessa escolha o programa, a ideologia, a identidade e a história desses partidos.

Portanto, essa é uma medida injusta, antidemocrática, que precisa ser retirada do texto dessa proposta. Se queremos apresentar alguma coisa que sirva para justificar que essa proposta de emenda constitucional é um avanço, para que



possamos dizer que estamos, de fato, promovendo uma reforma política, isso é um remendo num tecido esgarçado. E um remendo novo num tecido esgarçado — e quem é pobre sabe disto — só esgarça ainda mais esse tecido, esse sistema.

Não falemos, portanto, em cláusula de desempenho. Sejam honestos: falemos em cláusula de barreira. Ela atinge exatamente aqueles partidos ideológicos, sendo que alguns deles sequer conseguem chegar a esta Casa para representar os segmentos com os quais eles têm identidade e dos quais nasceram como uma determinação histórica. Essa cláusula só não vai atingir os partidos ditos de aluguel, que não vão desaparecer porque têm o mecanismo do conjunto de partidos, da federação de partidos.

Portanto o objetivo é nos eliminar, o objetivo é tirar aqueles partidos que são independentes, autônomos e que só têm compromisso com o povo. O pluralismo partidário e a possibilidade de escolha entre diferentes opções são condições para que possamos dizer que temos uma sociedade democrática.

Esperamos o apoio, a adesão e o voto favorável ao destaque do PSOL, que pretende exatamente suprimir do texto essa medida autoritária, essa medida excludente, essa medida antidemocrática, que certamente tira qualquer mérito da proposta que está sendo votada aqui.

E essa proposta tem algum mérito, como, por exemplo, o fim das coligações, que de fato é uma mudança importante. Mas esse mérito fica neutralizado se eventualmente for aprovada nesta Casa essa medida, que certamente é excludente, é uma barreira, é uma forma de punir os partidos críticos, os partidos que têm lado, os partidos que colocam com muita clareza aquilo que eles têm como princípio, como regra e como compromisso político.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Orientação de bancada.

Vou determinar o registro no painel do voto “sim” para todos os partidos, menos para o PSOL.

Combinei com o Deputado Ivan que ele poderá falar um pouco mais.

Eu vou passar para a votação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, após o PSOL, os Democratas gostariam de orientar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está bem, Deputado.

Vou abrir o painel.

A SRA. SHÉRIDAN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada Shéridan, espere. Temos que votar primeiro.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - O painel está aberto.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria relembrar ao Plenário o ocorrido, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu contra a cláusula de barreira, em 2005. Havia uma decisão do Supremo Tribunal Federal para cortar partidos que não tivessem menos de 3% dos votos. Nós do PSOL e do PCdoB fomos ao Supremo Tribunal Federal, diferentemente de outros pequenos partidos, que ou se fundiram ou se juntaram a grandes partidos.

Vou dar o exemplo do PRONA, do Deputado Enéas, que teve 1 milhão e 500 mil votos. Ele se juntou com o PL, na época, e criou o PR, que está aqui até hoje. Nós, não. Nós fomos ao Supremo Tribunal Federal para manter a nossa identidade programática e ideológica e construímos um partido em cima de coerência política, em cima de não financiamento empresarial privado para campanha, em cima de não fazer coligações a todo custo.

Quero responder agora aos Deputados e quero a atenção dos Parlamentares para o seguinte fato: peguemos a eleição para Prefeito em São Paulo. O PT e o PSDB, dois grandes partidos, disputaram a eleição. Quando começou a campanha, a Deputada Luiza Erundina tinha 10% de intenção de voto nas pesquisas; ela fazia a chapa comigo. O candidato vencedor, João Doria, tinha 4%; e o Prefeito da época, Fernando Haddad, tinha 6%. Eles juntaram 10 partidos — 10 partidos cada um! — para ter tempo de TV, mas não tinham nenhuma afinidade programática ou ideológica, inclusive para elegerem Vereadores juntos.



Aí sim se estabelece uma desigualdade, uma imensa injustiça, desde o financiamento até essas coligações que transformam o tempo de TV num grande latifúndio. E por isso querem campanhas caras, porque o marqueteiro vai custar 80 milhões de reais, 100 milhões de reais.

Pergunto ao Deputado Marcus Pestana, que eu respeito muito, para que serve ser eleito Deputado e aqui virar Deputado de segunda categoria, sem direito a Liderança, sem direito a tempo de televisão, sem direito a recurso do Fundo Partidário, para efetivar as atividades verdadeiramente partidárias, programáticas e ideológicas? Então, vamos juntar gente e construir partidos com 20, 30 Deputados e ficar fora da cláusula de barreira.

Quero dar um exemplo para todos os Parlamentares desta Casa. No meio desta Legislatura, surgiu um partido que praticamente desapareceu, do qual todos vão se lembrar: o Partido da Mulher Brasileira. Ele não tinha quase nenhuma mulher, mas chegou a juntar 22 Deputados. Hoje não tem mais nenhum.

Essa é a cláusula de barreira. Alguém pode dizer: *“Ah, existe muito partido de aluguel”*. Mas não existe partido grande de aluguel? O que é o partido de aluguel? Nós vamos jogar a criança fora, junto com a água suja da bacia? É disso que se trata? Não! É preciso preservar a autonomia e a soberania popular, e ela é que vai depurar esse processo e decidir se os partidos vão se fundir, se o partido vai ou não vai ser criado. Certamente, isso vai passar por uma depuração até que o Brasil construa partidos verdadeiros, programáticos e ideológicos, e não ajuntamentos de conveniência.

Por isso, peço a atenção de todos os Parlamentares, com todo o respeito, mas o direito de existir de uma legenda que já foi testada e de uma legenda que tem



respeito público programático e ideológico deve prevalecer. Por isso, nós somos contra a cláusula de barreira.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Peço a palavra pelo Democratas, Sr. Presidente.

A SRA. SHÉRIDAN - Sr. Presidente, eu pedi a palavra e gostaria, como Relatora, de chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Deputada, espere só 1 minuto.

Eu peço a todos os Deputados que venham votar. Peço aos que estão em seus gabinetes que venham votar.

Concedo a palavra a Deputada Shéridan. Depois, falará o Deputado José Carlos Aleluia.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, obrigada.

Eu gostaria de chamar a atenção dos colegas para o fato de que, talvez, esse seja o tema mais importante da noite, porque trata da cláusula de desempenho. É importante lembrar a história, voltarmos à história, para tratarmos com responsabilidade desta matéria.

Muitos não leram a proposta e aqui apontam inverdades, tentando desqualificar a essência desse texto, porque discorrem sobre a inconstitucionalidade apontada pelo Supremo. É melhor dar uma navegada na história para ir a 1996, quando foi julgada totalmente constitucional a cláusula de desempenho.

Essa história de Deputado e Deputada de primeiro e de segundo escalão não procede. A discussão do funcionamento parlamentar foi retirada do texto e nada tem a ver com o que nós estamos votando aqui.



Foi construída uma cláusula de desempenho, senhores, plausível, com uma regra de transição que respeita os partidos e sua história de luta no Brasil.

Isso foi discutido e foi tratado...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Desculpe-me, Deputada.

A SRA. SHÉRIDAN - Isso foi tratado com muita responsabilidade. Os senhores acompanharam. Há uma regra de transição. A partir do ano que vem, os partidos que agora têm acesso desregradadamente, aleatoriamente... Hoje, se um cidadão constituir um partido, amanhã já tem acesso a tempo de rádio e TV, sem ter nem sequer um representante nesta Casa.

De 35 partidos inicialmente, caímos para 18 partidos com acesso, e esse número vai aumentando. O acordo foi construído com respeito a uma condição de transição. Então não tentem aqui desqualificar, desconstruir a natureza de um texto que foi feito com responsabilidade, estabelecendo condições e limites para sanear, para racionalizar esse sistema político tão fragilizado e desconstruído que temos hoje dentro da nossa legislação eleitoral.

Vamos votar com atenção e com responsabilidade! A cláusula de desempenho é, sem dúvida alguma...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fábio Ramalho, o Deputado Vitor Valim votou com o partido nas votações passadas.



O SR. LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Lauro Filho votou com o PSB na votação anterior. Obrigado.

A SRA. SHÉRIDAN - A cláusula de desempenho é, sem dúvida alguma, a matéria mais importante de hoje. Então, vamos votar “sim”. Essa é uma cláusula responsável. Votar “sim” é um dever. Este Plenário vai dar uma satisfação à sociedade brasileira hoje com a aprovação desta matéria, que é tão importante quanto o fim das coligações em 2020 já aprovado aqui. E a cláusula de desempenho será validada a partir da próxima eleição, no ano de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. Obrigado pela compreensão, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no Parlamento, a voz representa o voto. Quem tem voto tem voz. Neste destaque, votar “sim” significa que vai ter voz no Parlamento quem tiver voto.

Observe, Sr. Presidente, que a cláusula de desempenho que estamos votando — e é desempenho sim — exige apenas, na primeira eleição, em 2018, que o partido atinja 1,5% dos votos do País, sendo que 1% em 9 Estados, ou eleja 9 Deputados Federais. E vai evoluindo.

Sr. Presidente, nós não podemos ter um Parlamento com 513 Deputados em que partido que não tem meia dúzia vota mais do que partidos que têm cem.

Parabéns, Deputada Shéridan! Parabéns...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. MAURO MARIANI (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Mauro Mariani, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Parabéns aos Líderes por terem fechado o acordo! Nós estamos dando grandes passos esta noite. Aprovaremos, agora, a cláusula de desempenho, e aprovamos há pouco o fim da coligação para 2020.

O Parlamento está trabalhando nesta noite — ou, como dizem alguns mal-intencionados, na calada da noite — na defesa do voto, na defesa do povo brasileiro.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Peço aos Deputados que venham votar, porque nós já vamos encerrar a votação.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar a posição que o PCdoB sempre adotou em relação à cláusula de desempenho.

Nós fomos ao STF para defender que os partidos tenham o direito de concorrer nas eleições, de se apresentar à sociedade, ao eleitor, de manifestar seu projeto, seu posicionamento ideológico. E o eleitor é que define a que partido deve ser dado o direito de existir. É a livre organização partidária. Não cabe ao Poder Judiciário tomar essa decisão. Essa é a posição histórica do PCdoB.

No entanto, Sr. Presidente, estamos aqui reconhecendo o pensamento majoritário deste Plenário e mitigando a proposta para a chamada cláusula de desempenho que veio do Senado.

A proposta do Senado previa um índice de desempenho de 3% dos votos nacionais. Aqui na Câmara dos Deputados, a partir do debate que se fez na



Comissão, da posição da Relatora, a Deputada Shéridan, e por iniciativa, inclusive, do PCdoB, nós conseguimos mitigar essa cláusula e fazer um escalonamento no índice de desempenho, que começa agora em 1,5% e chega a 3% em 2030, dando assim oportunidade para que os partidos possam aos poucos se adequar a essa cláusula de desempenho.

Portanto, foi um avanço que a Câmara dos Deputados pôde produzir neste debate. É isto que estamos deliberando agora: favorecer o acordo, o entendimento, o que foi possível, para produzir o avanço importante que estamos realizando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu vou encerrar a votação daqui a 2 minutos.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cuidado com esta votação, porque agora não são apenas 11 contra, não. Vamos esperar um pouco mais. Vamos chamar os Deputados para o plenário.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Peço a palavra, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Isso é medo da solidariedade ao PSOL?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se nós não conseguirmos fazer a reforma ideal, façamos a reforma possível. E é exatamente isso que nós estamos fazendo aqui. Nós votamos, e já foi aprovada uma das partes mais importantes desta proposta de emenda à Constituição. Agora, estamos votando um segundo item importante da proposta, que é a cláusula de desempenho.

Essa cláusula de desempenho que estamos votando exige um percentual crescente de votos para que um partido político tenha representação na Câmara, em



2018, em 2022, em 2026 e em 2030. O partido precisa ter, em 2018, necessariamente, 1,5% dos votos em pelo menos 9 Estados da Federação; em 2022, vai precisar de 2% dos votos em 9 Estados; em 2026, 2,5% dos votos nacionais em pelo menos 9 Estados; e, a partir de 2030, 3% dos votos.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que se não pudemos fazer a reforma ideal, vamos fazer a reforma possível. É este o acordo que foi possível costurar, é este o acordo que foi possível construir ao longo das últimas horas, eu diria, aqui no Congresso Nacional.

A reforma que estamos fazendo, Sr. Presidente, é o primeiro importante passo para que nós possamos olhar para o futuro e saber que nós estamos contribuindo para melhorar as condições da vida política do nosso País, ao estabelecer uma forma de representação mais adequada para buscar maior credibilidade da sociedade em relação às atividades do Congresso.

Portanto, os partidos estarão preparados, a partir de agora, para esta lógica que eu acabei de falar. Para as próximas 4 eleições, haverá uma escala que vai de 1,5% até 3% dos votos em 9 Estados da Federação.

A aprovação desta cláusula de desempenho é importante para que possamos encerrar ainda hoje esta fase da reforma. Depois haverá a legislação infraconstitucional, mas é muito importante que esta proposta seja votada ainda hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, como Líder. *(Pausa.)*



O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu nome constava ali no painel como orador, mas não era eu o orador. Eu sei que eu sou eu aqui. Isso parece programa humorístico de televisão, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Isso é o carinho com V.Exa., Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É muito carinho.

Apesar de o orador ter feito um bom discurso, deve ficar bem assinalado que, embora tenha sido registrado no painel o meu nome, eu não fiz aquele discurso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Obrigado, Deputado.

O SR. VINICIUS GURGEL (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vinicius Gurgel votou com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Para falar como Líder do PT, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós temos dito por reiteradas vezes que o que se faz contra o ex-Presidente Lula não é um processo, não é uma investigação, não é sequer um julgamento; é uma perseguição. E essa perseguição, que nós temos reiteradamente denunciado, a cada dia vai se tornando mais evidente para o povo brasileiro.

Tanto é assim que, mesmo surgindo novos “julgamentos” — entre aspas —, novas denúncias e novas acusações, o Presidente Lula só sobe nas pesquisas que se sucedem. Ele está cada vez com um percentual maior, cada vez com uma rejeição menor. Isso ocorre exatamente porque o povo brasileiro está constatando a sucessão de mentiras que vêm sendo lançadas contra o ex-Presidente.

Hoje, uma dessas denúncias começa a cair por terra: a referente ao famoso caso da compra do terreno para o Instituto Lula, terreno do qual o Instituto nunca se apropriou e nunca foi proprietário, no qual ele nunca projetou ou construiu nada, mas que é objeto de um processo do Sr. Juiz Sérgio Moro contra o ex-Presidente Lula.

O Sr. Paulo Ricardo Baqueiro de Melo, que é um dos delatores da Odebrecht, solicitou à Justiça a realização de um exame grafotécnico para negar a paternidade de um documento fornecido pela empreiteira à Operação Lava-Jato como sendo de sua autoria. O engenheiro nega que aquela seja a sua assinatura.

O advogado André Damiani afirma que, dentro do setor de realizações imobiliárias da Odebrecht, nunca houve delegação para autorização de pagamentos. Segundo ele, seu cliente não tinha poder para autorizar a remessa de dinheiro que



consta nesse bilhete que o Sr. Paulo Melo declara ser falso e para o qual solicita o exame grafotécnico.

Vejam os senhores: o próprio delator, que espontaneamente foi à Procuradoria fazer a sua denúncia, agora, quando supostamente aparece uma prova, diz: *“A prova é falsa. Essa prova não vale nada. E eu vou comprovar isso através do exame grafotécnico”*.

Além disso, hoje a Subprocuradora-Geral da República Áurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre, defendeu em parecer que o STJ discuta o pedido de suspeição do Juiz Sergio Moro feito pela defesa do ex-Presidente Lula.

Em seu parecer, a representante do Ministério Público citou, entre outras informações, foto em que o Juiz Sérgio Moro aparece ao lado do Senador Aécio Neves. Nessa famosa foto, Aécio Neves comemora com Sérgio Moro não sei bem o quê, mas ambos estão dando muita risada, com muita intimidade.

Em seu parecer, Áurea questiona a imparcialidade de Moro ao julgar Lula, por conta de diversas declarações do magistrado que denotariam que ele tem o ex-Presidente como seu adversário.

Outro ponto de destaque do parecer é o em que ela inclui a participação de Moro em um evento da *ISTOÉ*, revista que ela classifica como “tendenciosa” e “desrespeitosa” com relação à Lula, e cita fotos do mesmo evento, em que Moro posa ao lado de adversários declarados do petista, aos sorrisos.

A Subprocuradora cita ainda diversos outros exemplos pelos quais Moro não poderia julgar Lula. Entre eles, está o fato de Moro ter permitido que uma testemunha chamasse o petista de “lixo” durante uma audiência e ainda ter liberado o vídeo para a imprensa para “ampla divulgação”. Dra. Áurea resgata também o fato



de o Juiz agradecer à população pelas manifestações em seu apoio relacionadas a processos contra Lula que estão sob sua jurisdição e ainda em trâmite; e, mais do que isso, o fato de ter pedido apoio da opinião pública.

Em outro trecho, a Subprocuradora ainda destaca: *“É suspeito o juiz que faz palestras no Brasil e no exterior — eventualmente remuneradas — para tratar de assunto que está sob sua jurisdição e é objeto de ações pendentes de julgamento”*.

No pedido feito ao STJ, a defesa de Lula alega que Moro demonstrou parcialidade na ação penal que levou à condenação do ex-Presidente, ordenando conduções coercitivas e interceptações telefônicas ilegais e levantando ilegalmente o sigilo profissional dos advogados do petista ao grampear seus telefones — aliás, a reação da OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, foi muito débil.

Essa Subprocuradora, a Dra. Áurea Maria Etelvina, levanta algumas questões. Antes tarde do que nunca! O Ministério Público começa a questionar os procedimentos da Operação Lava-Jato. E eles de fato têm de ser questionados, porque se adotou a crença de que as delações são verdades absolutas, de que não é necessário apresentar provas e de que basta que a imprensa divulgue, que dois ou três jornais nacionais mostrem notas de dinheiro jorrando através de duto, para o réu já estar condenado.

Neste caso, querem condenar um homem absolutamente inocente. O Presidente Lula, com certeza, é a pessoa mais investigada na história deste País, porque desde 1978, quando despontou como líder sindical do ABC, ele é investigado e, até hoje, nada se constatou contra ele.



Aliás, diziam que o filho dele era sócio da Friboi. Onde estão os sócios da Friboi? Estão presos na Papuda! Os sócios da Friboi são o Sr. Joesley e o Sr. Wesley, e não o filho do ex-Presidente Lula — muito menos o próprio Lula.

Portanto, cabe a este Congresso discutir as delações e avaliar o que vem sendo feito neste País, pois há acusações sem fundamento. Há um verdadeiro tribunal que não tem base nenhuma em provas. Há um tribunal falso, uma verdadeira República do Galeão, como aquela que se instalou contra Getúlio Vargas em 1954 e que fez toda aquela pressão que levou ao suicídio do ex-Presidente.

Mas queremos deixar muito claro que o Presidente Lula não vai se suicidar e não vai desistir. O Presidente Lula é adorado, é querido pelo povo brasileiro. Cada vez que sai às ruas, ele é parabenizado e aplaudido pelo seu Governo.

Esse Presidente não desiste! (*Palmas.*) Esse Presidente vai continuar a luta, porque nós precisamos trazer de volta a este País a democracia, nós precisamos trazer de volta a este País o direito de o povo brasileiro ter um futuro melhor, se desenvolver, ter acesso à saúde, à educação e à universidade, de modo que o Brasil possa ter um desenvolvimento com distribuição de renda e com garantia de soberania nacional. Isso é o que representa o Presidente Lula.

Portanto, tirem o cavalo da chuva: Lula não desiste! E o PT vai continuar com Lula, com o plano A, B, C, D, Z!

Um abraço!

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Vamos esperar um pouco. Esta matéria aqui é muito importante. Vou esperar mais 15 minutos.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alex Manente votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Esta matéria é muito importante — viu, Deputado Cleber Verde? Por isso estou esperando. Queria a compreensão de V.Exas. Vou esperar mais uns 10 minutos. O Deputado Evandro Gussi me ligou e perguntou se dava tempo de vir, e eu respondi que daria. Ele e mais dois Deputados estão chegando.

Vamos esperar só um pouquinho, Deputado João, porque esta questão é muito importante.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Fábio Ramalho, está mantida a determinação de amanhã a sessão ir até às 14 horas?

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Se V.Exas. se comprometerem a ficar aqui para avançarmos na matéria, nós vamos permanecer aqui até 1 hora, para amanhã não haver painel. Se V.Exas. concordarem, vamos todos permanecer aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - V. Exa. justifica o jantar de um Parlamentar. Eu quero sair em defesa do Deputado João Rodrigues. Ele está traumatizado, com a cabeça inchada, prostrado. O Deputado Simão Sessim não o perdoou depois do resultado da partida de futebol. Ele está tendo que suportar isso tudo! Então, tem que haver equanimidade de sua parte.



O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação o Deputado Arthur Oliveira Maia votou com o PPS.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Nossa Chapecoense é mais forte do que isso. Vamos dar o troco lá em Chapecó.

O SR. FRANKLIN - Presidente, já temos o quórum de 402 Deputados. Dá para abrir o painel e começar outra sessão rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Consulto o Plenário: mais alguém vai votar?

(Manifestações no plenário: Não! Encerra!)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Eu quero dividir com V.Exas. a responsabilidade. V.Exas. concordam em encerrar a votação?

(Manifestações no plenário: Sim!)

Então, como V.Exas. estão concordando, vou encerrá-la.



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 383;

NÃO: 17;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 401.

MANTIDO O TEXTO.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, os tempos difíceis estão ficando para trás. Tempos difíceis que se traduziam não só na percepção, mas nos números. Chegamos ao pior resultado referente à pobreza desde 1989. A recessão iniciada no Governo Dilma Rousseff impôs essa realidade, com a combinação de renda do trabalho em queda e piora na desigualdade, por 2 anos seguidos, em 2015 e 2016. O total de novos pobres no País, ou seja, de pessoas com renda domiciliar *per capita* até 223 reais, aumentou em 5 milhões e 900 mil, a maioria concentrada na Região Nordeste do País.

Se em 2014, o percentual da população menos favorecida economicamente chegou ao patamar de 8,4%, recentemente, as estatísticas apontavam para 11,2%. Desde 2003, ano em que 27,9% do povo brasileiro eram considerados pobres, o Brasil não se deparava com a piora desse indicador, conforme destaca a Fundação Getúlio Vargas, a quem é creditada a pesquisa.

A crise econômica desencadeada no governo passado fez estragos. E não foram poucos, muito menos superficiais. Aumentou o total de pobres e, por escala, agravou a desigualdade social. Mas há tempo para tudo. Os primeiros resultados positivos já são visíveis e norteiam a esperança. Os dados consolidam a saída da recessão.

O Produto Interno Bruto — PIB entrou no segundo trimestre em alta e a expectativa é de avanço de 1,3% em julho em relação ao mesmo mês do ano



passado. A Carta de Conjuntura, divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, sinaliza, por sua vez, para o surgimento de novo ânimo no mercado de trabalho, ou seja, evidencia que está começando uma reversão do cenário negativo. Segundo o próprio IPEA, o mercado de trabalho, que vinha piorando, estabilizou há 2 meses e agora começa a dar sinais de que está se recuperando.

Há quem contra-argumente que o aumento da ocupação está ocorrendo no mercado informal. Mas quando se olha o mercado formal, com carteira assinada, há indicadores de que o quadro também está melhor. Prova disso é a redução do ritmo de demissões. A taxa de desemprego registrada no trimestre encerrado em julho teve queda de 12,8%.

Outro sinal positivo do mercado formal é dado pelo rendimento. A análise por vínculo de ocupação mostra que está no mercado formal a maior alta de rendimentos, de 3,6%. O desalento também caiu, embora com intensidade reduzida, mas já é um sinal positivo. A Carta de Conjuntura mostra que a parcela dos inativos desalentados que achavam que não conseguiriam emprego foi de 44,7% no segundo trimestre, número 2,5% menor que o observado no trimestre anterior. Isso indica aumento da esperança ou confiança em alcançar uma vaga.

Repetindo as palavras da economista do IPEA, Maria Andréia Parente, nesse momento, mais importante do que a intensidade, é a mudança de direção. A taxa de ocupação recua pouco, mas já recua. A ocupação cresce pouco, mas já cresce. O desalento cai pouco, mas cai. Isto significa que a trajetória crescente de resultados negativos declina.

A verdade é que a recuperação do emprego está ocorrendo em todos os



setores da economia. De maneira geral, indústria, comércio e serviços, Pasta comandada pelo Ministro Marcos Pereira, do PRB, mostram desempenho melhor do que estavam no último trimestre. Os três setores geraram 30.200 novos postos com carteira assinada.

O Programa Brasil Mais Produtivo aumentou a produtividade das empresas atendidas pela iniciativa em 51%, em média. Os resultados acumulados até o fim de agosto mostram o sucesso do programa, cuja meta inicial era aumentar em 20% a produtividade das indústrias com a promoção de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto.

De acordo com dados da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial — ABDI, responsável pela gestão do Brasil Mais Produtivo, até agosto, 1.224 atendimentos foram concluídos e outros 1.747 estão em execução. O Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC, Marcos Pereira, lançou o programa em 15 Unidades da Federação, mas as atividades do programa ocorrem em todo o País.

Esse conjunto de informações mostra que o Governo segue trabalhando de forma a imprimir velocidade à recuperação da economia. É fato que o País passa por um momento de depuração, o que é extremamente importante, mas também é fundamental para alavancar o crescimento, a harmonia institucional que, como destacou Raquel Dodge, recentemente empossada no cargo de Procuradora- Geral da República, é a pedra angular que equilibra a relação necessária para se fazer justiça em cada caso concreto.

O Governo só precisa agora de tranquilidade para lidar e vencer os múltiplos desafios e, conseqüentemente, abrir caminhos sustentáveis e inclusivos de crescimento.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. ALEXANDRE VALLE (PR-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, todos têm direito à defesa, segundo a nossa Constituição. Mas fico me perguntando como um advogado pode defender traficante e homicida, como faz o Sr. Jaime Fusco.

O mais estarrecedor é ler nos jornais que esse advogado de marginal propõe um acordo com a Secretaria Estadual de Segurança para reduzir os índices de criminalidade. Todos sabemos que essa tentativa absurda de aproximação nada tem a ver com preocupação com a sociedade, mas em negociar a volta do traficante a um presídio no Estado do Rio.

Eu concordo com todas as entidades, as associações de juízes e o Ministério Público, que criticaram abertamente essa proposta indecente — a meu ver, até mesmo criminosa — do Sr. Jaime Fusco, responsável pela defesa do traficante. Parabenizo especialmente a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas, que destituiu esse advogado da Comissão de Segurança Pública da entidade.

A audácia do advogado em propor que o Estado faça acordo com um traficante acontece também porque as forças estaduais são insuficientes para dar segurança à população. Mas isso não é culpa das polícias. Nossos policiais, principalmente os militares, são heróis, por estarem nas ruas, subindo os morros para combater as fações criminosas, sem terem o mínimo de estrutura adequada.

É com muita tristeza que vemos esse desgoverno no Rio, um Estado sem comando, totalmente acéfalo, sem força e inteligência para ações efetivas no combate à violência, com um Governador omissivo, que até agora não veio a público dar declarações sobre a guerra na Rocinha e outras tragédias recentes, como o



assassinato de uma idosa de 67 anos que foi cruelmente morta a facadas por um menor de 17 anos, em Niterói.

Esse Governador joga a culpa de tudo na crise, mas é incapaz de reconhecer os próprios erros e a sua incapacidade de gestão. A bancada federal do Rio de Janeiro destinou R\$ 25 milhões para que a Secretaria de Segurança Pública pudesse investir em inteligência, tecnologia. Mas o recurso foi perdido, permaneceu nos cofres do Governo Federal no ano passado porque o Estado não teve R\$ 500 mil, percentual mínimo de contrapartida exigida. Isso é o ápice da incompetência administrativa.

Ainda assim, ouvintes e telespectadores, não é por falta de comando que devemos aceitar propostas absurdas como essa de negociar com bandido. Está muito claro que os chefes de facções querem voltar ao Rio porque estão incomodados por estarem longe dos territórios que ainda dominam. Faço um apelo para que todos os chefes do tráfico continuem bem longe do Estado do Rio. Os presídios federais são importantes para isolá-los.

Destaco também, Sras. e Srs. Deputados, que não podemos nos eximir da nossa responsabilidade como legisladores de ajudar na melhoria da segurança pública. O Congresso Nacional precisa dar urgência e celeridade à votação das propostas voltadas para a segurança. Temos que discutir e propor a atualização do Código Penal, que está completamente ultrapassado, favorecendo até criminosos. Esse traficante teve mais de 170 visitas íntimas e recebeu até dentista particular dentro do presídio. É revoltante tanta regalia para um criminoso.

Finalizo fazendo um apelo para que nós do Legislativo e do Judiciário possamos atuar conjuntamente e com urgência para dar uma resposta rápida à



sociedade quanto às questões relacionadas à segurança pública. Estamos todos reféns, vivendo com medo de sermos a próxima vítima. Não dá para continuar assim.

Muito obrigado a todos pela atenção.



O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de setembro passado, um dos *blogs* de maior influência política e social do Ceará completou 10 anos de existência. Conhecido de todos, o Blog do Eliomar foi pioneiro em usar essa ferramenta como meio de informação para toda a sociedade cearense, e, por diversas vezes, pautou a imprensa nacional.

Conduzido com eficiência pelo jornalista Eliomar de Lima, o *blog* tornou-se indispensável para quem quer se manter informado e traz a marca essencial do bom jornalismo: a imparcialidade. Esse reconhecimento é geral, tanto que, no próximo dia 29 de setembro, Eliomar de Lima receberá a medalha de maior importância da Câmara Municipal de Fortaleza, a Medalha Boticário Ferreira.

Eliomar de Lima é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Ceará e, além de blogueiro, é radialista, professor e escritor de histórias infantis. Ele amanhece os dias em busca de notícias no Aeroporto Internacional de Fortaleza. Esse trabalho incansável, que demonstra acima de tudo paixão pelo jornalismo, é referência para as centenas de milhares de pessoas que acessam diariamente o Blog do Eliomar. Por isso, nada mais justo do que homenagear esse grande cearense na Câmara Federal.

Era o que tinha a dizer.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que considere dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A bancada do Maranhão no Congresso Nacional esteve reunida hoje pela manhã com a Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, Kátia Bogéa, para tratar da execução das obras do PAC Cidades Históricas no Maranhão. A nossa preocupação é que o contingenciamento de orçamento por parte do Governo Federal, além de cancelar o início de obras já licitadas, também interrompa as que já estão em execução.

O encontro foi para saber detalhes dos projetos no Estado, visto a importância da recuperação dos monumentos históricos e culturais do Estado. São projetos como o Teatro Arthur Azevedo, intervenções em prédios e praças, a revitalização da Rua Grande e o Mercado Central, por exemplo.

Segundo informações apresentadas pela Presidente do IPHAN, o PAC Cidades Históricas está presente em 44 cidades de 20 Estados. O orçamento aprovado para 2017 era de R\$ 250 milhões. Com um contingenciamento de 77%, o órgão teve disponível apenas R\$ 56 milhões para continuar as obras já em execução. No Maranhão, 44 obras estão previstas no programa, com um valor global de R\$ 133 milhões. Até hoje, cinco obras foram entregues, com um investimento de R\$ 6,4 milhões.

Ainda de acordo com o IPHAN, o Maranhão tem nove obras contratadas, com um valor total de R\$ 47,2 milhões. Caso o Governo Federal não destine mais



verbas, algumas correm o risco de ser interrompidas, como é o caso do Museu de Artes Visuais, do Fórum Universitário, da Jucema, do Palácio das Lágrimas, do Palácio do Cristo Rei, do Centro Artístico Operário, além dos Teatros Arthur Azevedo e João do Vale e da Rua Grande.

Eu assumi o compromisso de que a bancada irá ao Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e ao presidente Michel Temer para lutar pelo descontingenciamento desses recursos. Além do mais, vamos garantir emendas impositivas para o Orçamento do próximo ano. Dessa forma, unidos, continuaremos atuando em defesa do Maranhão.

Kátia Bogéa nos afirmou que o IPHAN tem trabalhado com o apoio do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de São Luís e com a Universidade Federal do Maranhão — UFMA. Já apoiaram a cidade com R\$ 8 milhões para a elaboração de projetos e agora precisam ultrapassar esse momento de dificuldade que o país e o Governo Federal enfrentam, para garantir verba e executar essas obras.

Era o que tinha a dizer.



O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias, fomos surpreendidos com uma liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, permitindo que psicólogos possam promover estudos necessários ou atendimento profissional pertinente à orientação sexual.

Essa decisão abre um sério precedente para a possibilidade de psicólogos tratarem gays e lésbicas como doentes e fazer terapias de “reversão sexual”. Um grave retrocesso!

Em 1990, a Organização Mundial de Saúde — OMS retirou o termo “homossexualismo” da lista de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças. A partir desse fato, recente na história da humanidade, a homossexualidade deixou de ser considerada oficialmente doença, patologia ou desvio.

Foi em 1999 que o Conselho Federal de Psicologia publicou sua Resolução nº 1, que agora está sendo atacada pela Justiça Federal do Distrito Federal. A referida resolução *“estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual (...) considerando que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”*.

Venho ocupar esta tribuna para manifestar meu total apoio ao Conselho Federal de Psicologia, que está certíssimo em orientar os psicólogos no sentido de atuarem segundo os princípios éticos da profissão, notadamente aqueles que disciplinam a não discriminação e a promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade.

É preciso avançar mais e não retroceder! Não se pode criminalizar ou



patologizar a homossexualidade. Ou seja, não se pode curar o que não é doença. O que precisa urgentemente ser “tratado” e erradicado em definitivo é o preconceito.

Todas as orientações sexuais e identidades de gênero são legítimas quando há amor e respeito.

Ações e medidas que retrocedem em direitos humanos só instigam a intolerância e a violência. Por isso, precisamos condenar veementemente toda forma de discriminação contra *gays*, *lésbicas*, *bissexuais* e *pessoas trans*.

Registro aqui minha solidariedade à população LGBT e apoio ao Conselho Federal de Psicologia.



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é uma data de grande importância para a sociedade: 21 de setembro é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Neste dia, diversas entidades e a população se mobilizam para divulgar e lutar pela inclusão das pessoas com deficiência, refletindo e buscando novas soluções.

Consciente da importância dessa luta e atendendo ao pedido do Presidente da APAE de Valinhos, Luís Roberto Roson, e do Diretor Administrativo, Roberto Bernardi, apresentei o Projeto de Lei nº 6.972, de 2017, que oficializará setembro como o mês Setembro Verde, levando essa iniciativa da APAE de Valinhos, que já está implantada no Município e em outras cidades de São Paulo, para todo o território brasileiro.

A proposta do Setembro Verde, que conta igualmente com o apoio da Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, Dra. Cristiany de Castro e do Deputado Estadual André do Prado, é de chamar a atenção para a importância da inclusão social da pessoa com deficiência, dando visibilidade aos desafios que ela enfrenta e também à sua capacidade de participar ativamente da sociedade. Esse é um trabalho contínuo, mas acreditamos que estabelecer um mês promoveria mais avanços a essa luta.

Segundo o projeto de lei, serão realizadas ações que visam a estimular a participação de pessoas com deficiência; conscientizar o Estado, a sociedade e a família da importância de sua inclusão e respeito de seus direitos; identificar desafios; e divulgar avanços, políticas públicas, e conquistas de entidades da área.

Eu e o Deputado Estadual André do Prado temos como prioridade em nossos



mandatos a destinação de recursos e assistência às APAEs e aproveito essa importante data para reforçar que vamos continuar dedicados a promover ações que melhorem diretamente o dia a dia da população, ajudando entidades que como essa quebram barreiras e criam novos horizontes na vida de muitas pessoas!

Gostaria de agradecer a todos os que trabalham nas APAEs e que atendem à população com o cuidado e carinho que sempre vemos quando visitamos as instituições em diferentes cidades do Estado de São Paulo. O trabalho de vocês é primordial!

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 1º de junho e 4 de julho deste ano, subi a esta mesma tribuna para pedir ao Governo brasileiro que se alinhasse ao Governo norte-americano, ao povo de Israel e aos cristãos.

Continuarei a afirmar que o Governo brasileiro, em especial o Ministério das Relações Exteriores, está cometendo erros grosseiros e que estes erros terão consequências históricas.

A política internacional brasileira, nos Governos de FHC, Lula, Dilma e Michel Temer, em nada difere da política internacional, e isso é preocupante. Os sucessivos Ministros da Pasta desconsideraram fatores históricos e geopolíticos, desconsideraram a soberania nacional e aquilo que seja importante para a nossa economia.

Precisamos de explicações do Sr. Aloysio Nunes sobre o voto contra Israel, em maio deste ano, e agora em favor do aborto.

Sobre o voto contra Israel, devo lembrar que o atual Ministro esteve presente na Convenção Nacional da Confederação Israelita do Brasil e declarou apoio a Israel. Poucos meses depois, deu um duro golpe contra o povo de Deus. A declaração do Ministro na Convenção estará disponível no meu Facebook, para comprovar que ele mentiu sobre sua defesa à Israel.

Outro ponto preocupante é a posição do Governo sobre as recomendações do Vaticano. Em documento, o Papa pediu ao Governo do Brasil a proibição da prática do aborto e também que fosse defendida a família natural, formada por um homem e uma mulher. Pasmem, senhores, os cristãos novamente foram apunhalados pelas costas. O Governo brasileiro, por meio do Ministro Aloysio



Nunes, rejeitou as recomendações, nesta semana, do próprio Vaticano.

Temos a certeza de que a única visão que o Sr. Ministro Aloysio Nunes possui é a ideológica e de combate aos valores judaico-cristãos. A visão do Ministro Aloysio nada mudou daquela defendida por José Serra e pelos ex-Ministros dos Governos Lula e Dilma.

Não podemos mais ficar calados. Precisamos dar o basta nessa política internacional desastrosa segundo a qual querem manter relações comerciais e diplomáticas somente com Cuba, Venezuela e tantos outros países comunistas. Além disso, chega de registrarmos vergonhosos votos contra Israel, contra a família e contra a vida.

Para virarmos essa triste página, precisamos ter à frente do Ministério das Relações Exteriores um defensor do livre mercado, da soberania nacional, das liberdades individuais, um anticomunista, um articulador, para estabelecer uma relação saudável com Israel e Estados Unidos, acima de tudo temente a Deus e defensor dos valores cristãos.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 267.3.55.O
Data: 20/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 267.3.55.O
Data: 20/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5827

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho) - Encerro a sessão, convocando terceira Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 20 de setembro, às 22h55min, com a seguinte Ordem do Dia: Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 267.3.55.O

Data: 20/09/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 5827

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 53 minutos.)